

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/332591130>

Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências

Book · April 2019

CITATIONS

53

READS

986

1 author:



Celi Scalon

Federal University of Rio de Janeiro

47 PUBLICATIONS 483 CITATIONS

SEE PROFILE

Copyright © 1999 by Maria Celi.

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica sem a autorização prévia da editora.

Revisão
Dalva Silveira
Maria da Penha Oliveira Dutra

Capa
Cristina Rebello

Impressão
(Em papel Off-set 75g após paginação eletrônica, em tipo Palatino-Roman, c. 10/12)
Ebal

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S293m Scalon, Maria Celi

Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências / Maria Celi Scalon. -
Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999
192p.

Inclui anexos e bibliografia
ISBN 85-7106-158=0

1. Mobilidade social - Brasil. 2. Mobilidade de mão-de-obra - Brasil.
3. Migração social - Brasil. I. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

98-1970.

CDD 304.80981
CDU 316.444 (81)

141298 151298

006446

Co-edição com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ, da
Universidade Candido Mendes-UCAM.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Quando, ao ingressar no doutorado em Sociologia do Iuperj, decidi fazer minha tese sobre mobilidade social não tinha, ainda, a real medida do trabalho que estava me impondo. No processo de realização desta pesquisa, alternei momentos de frustração e arrependimento pela escolha de um tema tão complexo com momentos de paixão e entusiasmo por esta área clássica das Ciências Sociais. Felizmente, foram os últimos que ficaram impressos neste livro e que, certamente, me fizeram vencer o desafio de tratar a mobilidade social brasileira no âmbito das análises de classe e gênero.

A realização desta pesquisa seria impossível sem apoio, pelo qual eu gostaria de agradecer a algumas pessoas, mesmo sabendo impossível citar todos aqueles que me acompanharam nestes quatro anos. Ao meu orientador, Nelson do Valle Silva, agradeço por ter me apresentado ao tema mobilidade, demonstrando sua confiança. Carlos Hasenbalg, Luiz Werneck Vianna, Ricardo Paes de Barros e Alberto Mello e Souza compuseram a banca examinadora e certamente reconhecerão neste livro algumas de suas sugestões. Também foi inestimável a contribuição do professor Richard Lampard, da University of Warwick, pelo interesse com que acompanhou meu trabalho nos dezesseis meses em que estive sob sua orientação.

Lembro que os professores do Iuperj, hoje meus colegas, foram, de diversas formas, responsáveis pela minha formação como socióloga e pesquisadora; e por isto espero não decepcioná-los. Não poderia deixar de mencionar a diretoria do Iuperj, Renato Lessa, Carlos Hasenbalg, Maria Regina Soares de Lima e Cesar Guimarães, pelo incentivo e solicitude, destacando a política de publicações, coordenada por Cesar, que possibilitou a edição deste livro. A Maria Alice Rezende de Carvalho, Ana Caillaux e Zuleica Oliveira sou grata pela interlocução e amizade.

Minha especial gratidão e carinho ao professor Wanderley Guilherme dos Santos, amigo e mestre a quem dedico admiração reverencial.

A minha família, Antonio, Eliseta, Lourdes, Fátima e cia., sou grata pela compreensão e cumplicidade. A Luzia, sempre presente.

Ao Ignacio, por ser o companheiro que dividiu comigo todos os momentos.

SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Introdução.....	13
1. De que mobilidade falamos?.....	22
2. Mobilidade social: em busca de um modelo.....	24
3. Questões centrais.....	26
Capítulo I: Notas sobre esquemas de classes.....	29
1. Marx e Weber: a tradição sociológica construindo conceitos de classe social	30
2. Wright e Goldthorpe: opção pela empiria.....	37
Capítulo II: Por uma classificação de estratos.....	49
1. Estratificação e estrutura social no Brasil.....	53
2. Análise de Conglomerados (Cluster Analysis).....	59
3. Definição de estratos via mobilidade.....	66
4. Avaliando a nova classificação.....	71
Capítulo III: Tendências da mobilidade brasileira.....	79
1. Mobilidade total.....	83
2. Mobilidade intergeracional.....	92
3. Mobilidade intrageracional.....	100
Anexo.....	108
Capítulo IV: Três teses de mobilidade.....	111
1. Fechamento social.....	111
2. Zona de contenção.....	116
3. Contramobilidade.....	122
Anexo.....	125
Capítulo V: Um modelo para o Brasil: estrutura e gênero.....	137
1. Modelos topológicos: mapeando a estrutura social.....	139
2. Gênero e fluidez social.....	152

Considerações Finais.....	161
Bibliografia.....	169
Apêndice.....	181

PREFÁCIO

Reza a tradição oral que Brasília, sede e símbolo do poder máximo no país, surgiu do risco elementar de uma cruz, distribuindo gentes, ofícios, gozos e tormentos por quadrantes incomunicáveis, ou quase. Profecia, quicá, do autismo topoantropomórfico que iria estigmatizar a piramidal sociedade em gestação, ali e por todos os demais quadrantes do território? Pois assim parece.

A despeito do estonteante burburinho do trânsito social brasileiro, aqui jaz uma sociedade crucificada a dois graníticos eixos: urbanitas ou rurícolas, manuéis — isto é, os que trabalham com as mãos e os que com elas nada fazem. Para os manuéis rurícolas é quase certo que o inventário de sua herança garantirá a rotina dos turnos geracionais: seus filhos os substituirão na faina agrícola, assim como os filhos de seus filhos ocuparão o lugar destes. Ao mudarem de local de residência, deslocamento horizontal, os manuéis logo descobrirão o cruzamento de todos os destinos: o absorvente posto de manuel não-qualificado.

Na estrutura social brasileira, a ocupação categoricamente rotulada de “manual não qualificada” representa extraordinário papel: estação terminal para vasto contingente de urbanitas e rurícolas, centro redistribuidor para considerável parcela de outros seres e, finalmente, sólido anteparo para os decaídos de estamentos superiores. Ou seja, para os nascidos sob o signo dos destituídos o horóscopo nacional antecipa razoável chance de redistribuição para algum purgatório de ocupação e renda — o que já seria lucro para os que ingressaram na profissão terrestre pela porta do inferno; repouso definitivo, mesmo que indesejado, para os vagantes que, de passagem pelo inferno, aspiravam continuar degraus acima; e berço esplêndido para alguns poucos que, “filhinhos de papai”, sucumbiram por incompetência ao infortúnio. Na estratificação que singulariza o Brasil, ocupações manuais não qualificadas são uma espécie de esquina na qual estaciona a maioria dos que iam pela vida acima, a trocar confidências de frustrações com a maioria daqueles que lá se iam pela vida abaixo.

É bem verdade também que, à exceção do pico da pirâmide, descendentes imediatos de trabalhadores no campo vêm a constituir a maior proporção de recém-chegados aos demais estamentos da hierarquia de ocupação e renda. Esta é a faceta bem-vinda do transbordo rural, que, ademais, não revela preferência sexual discriminatória — filhos e filhas de campo-

neses arranjam-se como Deus (e o mercado) é servido, isento, nas áreas urbanas.

Nem por isso as expectativas de ascensão são igualmente sólidas, pois os filhos de profissionais têm chances de herdar a posição de seus pais sessenta vezes superior às chances dos manuais não-qualificados de descontar distâncias sociais, relativas ou absolutas. Aliás, os filhos e filhas de quem quer que seja, à exceção dos descendentes dos trabalhadores rurais, têm mais oportunidade de atingir os estratos superiores do que os filhos e filhas do agrupamento de manuais não-qualificados, desde, é claro, que evitem esta baldeação. No Brasil, pior do que ser um manual não-qualificado (isto pode ter sido um bônus social para alguns, feitas as contas) será talvez ser um filho ou filha de um deles. Esta será a herança maior a receber e a transmitir.

Ora, pois. Se os ocupantes da cobertura crescem em números absolutos enquanto poucos, muito poucos, de lá despencam; e se, ao mesmo tempo, os camponeses reproduzem-se quase por inteiro, geração a geração, e ainda exportam prole para todas as latitudes sociais, exceto a cobertura, o que faz com que a mobilidade vertical, intensa, reproduza o mesmo instante imóvel, homogêneo, lastimável?

Hesitei, mas decidi não antecipar a resposta a como o Brasil se fabrica em movimento inercial. Convido o leitor a aprender neste livro muito mais do que aprendi, já que, animado, aventurei-me a prefaciá-lo um volume sobre matéria em que era ignaro. E a Maria Celi Scalon, autora, pelo prazer e proveito da leitura, imensamente agradeço o abaixo signatário.

Wanderley Guilherme dos Santos

INTRODUÇÃO

As diferenças nas oportunidades de aquisição de posições dentro do sistema de estratificação é um tema presente já na sociologia clássica. A preocupação de como a sociedade recruta seus membros para as distintas posições na estrutura de estratificação pode ser reconhecida já entre os primeiros teóricos políticos, como Platão. Em *A República*, Platão apresenta uma teoria de seleção social que supõe a divisão dos cidadãos em três categorias: guardiães ou dirigentes, auxiliares ou soldados e os demais componentes da sociedade (fazendeiros, construtores etc.).

Esse recrutamento se daria com base na hereditariedade, embora houvesse uma margem possível de mobilidade para aqueles cidadãos que, oriundos de um determinado estrato, tivessem aptidões para se inserir em outro, em um movimento ascendente ou descendente. Para tanto, receberiam educação condizente com o estrato para o qual seriam indicados. A atualidade dessa teoria está no fato de ser a ascensão via educação um elemento que caracteriza as chances de vida na sociedade moderna. A mudança e, especialmente, a herança de classe estão fortemente relacionadas às oportunidades educacionais. Além disso, a teoria de Platão adita duas preocupações fundamentais aos estudos de mobilidade: o papel dessa manutenção de uma ordem social estável e na operação eficiente da sociedade.

Marx, embora não abra espaço em sua teoria para a discussão explícita do tema "mobilidade", reconhece nas possibilidades de movimentação ascendente às classes mais privilegiadas um mecanismo de sobrevivência do capitalismo, promovendo a estabilidade da ordem social e funcionando como um processo anti-revolucionário. Ao catalisar os ideais de ascensão da classe trabalhadora, a mobilidade cria condições para a consolidação do sistema capitalista através da assimilação, pela elite, daqueles indivíduos que estão na base da estrutura social.

Quanto maior é a habilidade da classe dominante em assimilar as principais mentes da classe dominada, mais estável e perigoso se torna seu domínio (Marx, 1974: 587).

Dessa forma, embora a mobilidade social não seja um tema central no trabalho de Marx e do marxismo contemporâneo, está presente na idéia de um mecanismo que previne os conflitos de classe e, portanto, a superação do capitalismo. Além disso, a constante troca de posições dificulta a transforma-

ção da "classe em si" em "classe para si", ou seja, torna difícil o desenvolvimento da consciência de classe e da organização de classe. As possibilidades de mudança de posição na estrutura social reforçariam as perspectivas e aquisições individuais em detrimento das conquistas coletivas.

A mobilidade social consistiria, portanto, em uma válvula de escape, cuja função no sistema capitalista seria a de controlar as tensões e pressões por mudanças político-sociais. Some-se, ainda, seu papel fragmentador que privilegia o desempenho individual quebrando possíveis laços de solidariedade de classe.

De acordo com Pareto, o recrutamento pela elite de indivíduos oriundos de classes sociais menos privilegiadas é um processo inevitável e necessário para a sobrevivência da mesma que, caso contrário, seria suplantada. Em oposição a Marx, Vilfredo Pareto defende a inevitabilidade de uma classe dominante, uma vez que qualquer processo de mudança acaba por substituir uma elite por outra. Assim, o caso de uma classe na posição de elite se dá simplesmente pela ascensão de uma outra classe a essa posição. Portanto, a História escreve-se, basicamente, pela sucessão e circulação de elites. Referindo-se a este processo de troca de elites governantes, Pareto conclui: "A História é um cemitério de aristocracias" (Pareto, 1916: §2054, 2055). Neste sentido, o socialismo só viria a promover a substituição da burguesia por uma elite socialista. Seguindo sua teoria, é possível afirmar que a mobilidade social não pode impedir a queda de um regime, embora possa prolongar sua existência.

Amplamente influenciado por Pareto, o trabalho de Sorokin, publicado em 1927, pode ser apontado como o primeiro estudo sistemático dedicado à análise da mobilidade social. Como Pareto, Sorokin aceita a inevitabilidade da desigualdade fundamental entre os homens e a impossibilidade de alcançar a igualdade. Ele argumenta que existem bases universais e permanentes de desigualdades que não podem ser superadas, e que essas bases podem ser encontradas nos diferenciais de importância das ocupações na sociedade e no grau de inteligência requerido para desempenhá-las. Sua teoria enfatiza o caráter funcional das ocupações que teria papel relevante no posicionamento hierárquico de cada uma delas. Também no melhor estilo funcionalista, Sorokin destaca a necessidade da mobilidade social para a distribuição apropriada de talentos entre as ocupações e, assim, assegurar a eficiência e a ordem mediante o bom desempenho pelos indivíduos de suas funções sociais.

Para a alocação eficaz de talentos em ocupações adequadas existem canais de mobilidade, ascendente ou descendente, que Sorokin caracteriza como "canais de circulação vertical": as forças armadas, a Igreja, a escola, as organizações políticas, as organizações profissionais e, também, o casamento, ou melhor, a exogamia entre membros de diferentes estratos sociais. Dentre estes canais, Sorokin destaca a escola que, além de instituição responsável pelo treinamento e educação, testa, seleciona e distribui os indivíduos segundo suas habilidades.

O traço funcionalista de sua obra leva Sorokin a considerar que a mobilidade social flexibiliza os laços de solidariedade de classe, diminuindo as chances de conflito e preservando a ordem social.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento de técnicas de coleta e análise de dados, surgiram os primeiros trabalhos com base empírica representativa. Em 1949, David Glass reuniu um grupo de pesquisadores na London School of Economics para realizar uma pesquisa nacional, com uma amostra de dez mil casos, abrangendo Inglaterra, Escócia e País de Gales. Esse estudo recebeu severas críticas, contudo sua natureza pioneira transformou-o em um clássico das análises de mobilidade.

Glass concluiu, a partir de tabelas de mobilidade intergeracional, que o Reino Unido apresentava um padrão de mobilidade que se caracterizava pelo grande volume de movimentos de curta distância, contrastando com a rigidez e o auto-recrutamento nas posições localizadas nas extremidades da estrutura social, especialmente nos estratos mais privilegiados.

Vinte e cinco anos depois, Westergaard e Resler lançam mão dos dados coletados por Glass em 1949 para concluir que a sociedade britânica estava longe de ser rígida, possuindo um grau expressivo de fluidez e circulação. Contudo, enfatizam que as altas taxas de mobilidade não evitam as desigualdades nas chances de ocupar posições nos estratos mais elevados da hierarquia social. Segundo eles "as pessoas têm maiores probabilidades de ficar aproximadamente no mesmo nível de seus pais do que elas teriam se houvesse 'mobilidade perfeita'" (Westergaard e Resler, 1975: 299). Outro padrão relevante do regime de mobilidade apontado por eles é a escassez de mobilidade de longa distância, cuja principal barreira está na fronteira entre os setores manual e não-manual.

Do trabalho de Glass cabe destacar o objetivo de sua análise e a perspectiva adotada. Sua principal preocupação era saber quão aberta era a sociedade, revelando as desigualdades de oportunidades que denotam injustiças na distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura social.

Em 1959, Lipset e Bendix publicam um trabalho em que a mobilidade é abordada no contexto da democracia americana. O argumento principal é que a mobilidade social funciona como válvula de escape para as tensões sociais, prevenindo movimentos radicais que coloquem em risco a estabilidade do regime democrático. Embora essa perspectiva possa parecer, em um primeiro momento, semelhante à de Pareto, Lipset e Bendix não têm uma visão universal das trocas de elites na história, mas localizam essa questão em um momento bem específico: a sociedade industrial moderna. Contudo, a principal contribuição deles é a pesquisa empírica comparativa dos padrões de mobilidade em diferentes países. Para tanto, utilizam análises secundárias dos resultados de estudos de mobilidade realizados em nove países: França, Dinamarca, Suécia, Suíça, EUA, Japão, Reino Unido e Itália. Adotando uma classificação das ocupações em três estratos — não-manual, manual e fazendeiros — eles analisam basicamente a mobilidade na fronteira manual/não-manual. Lipset e Bendix concluem

que não há grande variação na mobilidade vertical nos nove países, contrariando a suposição inicial de que os EUA teriam um regime de mobilidade mais aberto.

Para explicar essa homogeneidade, Lipset e Bendix concentram-se em características comuns das sociedades industrializadas: "(1) mudanças no número de vagas; (2) taxas diferentes de fecundidade; (3) mudanças nas posições das ocupações; (4) chances no número de posições-status disponíveis para herdar; (5) mudanças nas restrições legais relacionadas às oportunidades potenciais" (Lipset e Bendix, 1959: 57). São as características 2 e 4 que melhor representam as especificidades das sociedades industriais, pois referem-se à criação de novas vagas de nível elevado, decorrentes do processo de expansão econômica, especialmente as categorias de administradores que promovem mobilidade ascendente, e à substituição da herança familiar por processos mais racionais de seleção estabelecidos pela ordem burocrática, o que reforça o papel da educação como canal de mobilidade¹.

Blau e Duncan publicam, em 1967, o livro *The American Occupational Structure*, talvez o trabalho que mais tenha influenciado as análises de mobilidade contemporâneas. Sua importância deve-se, principalmente, às novas técnicas de análise de dados, com ênfase na aplicação da análise de trajetórias (path analysis), que permite estimar a significância de diferentes fatores para a aquisição de status. Assim, o foco do estudo dirige-se para a realização ocupacional do indivíduo (individual occupational achievement) em lugar dos movimentos entre classes. Além disso, preocupa-se com os determinantes em lugar das taxas de mobilidade.

A principal questão a ser respondida é: "como o status adquirido pelo indivíduo em sua carreira é afetado pelo status atribuído a ele anteriormente, como sua origem social, sua etnia, região de nascimento e família" (Blau e Duncan, 1967: 17). Nesse sentido, pode-se perceber que o elemento principal da análise é a distinção entre o status adquirido e o status atribuído. O estudo baseia-se na hipótese de que na sociedade industrial os critérios de seleção são mais universalistas e, portanto, devem predominar as características adquiridas, tais como educação, sobre as atribuídas. A necessidade de mão-de-obra qualificada favorece a mobilidade baseada nas habilidades individuais em contraste com a simples herança ocupacional². Partindo daí, é possível apreender a natureza funcionalista dessa análise, que fica explícita no texto:

Hoje, entretanto, o progresso tecnológico tem criado uma necessidade por conhecimento avançado e qualificação por parte de uma par-

¹ Aqui lembrando o conceito de "canal de circulação vertical" adotado por Sorokin.

² Essa perspectiva assemelha-se à visão funcionalista de Sorokin que supõe a compatibilização das habilidades com a distribuição dos indivíduos entre as ocupações, o que garantiria o melhor desempenho de suas funções sociais.

cela expressiva da força de trabalho, e não meramente por uma pequena elite profissional. Sob essas condições a sociedade não pode mais sustentar o desperdício de recursos humanos que uma estrutura de classes rígida implica. Princípios universalistas têm penetrado profundamente na construção da sociedade moderna e têm elevado a altas taxas a mobilidade ocupacional em resposta às suas necessidades (Blau e Duncan, 1967: 431).

O trabalho desenvolvido na London School of Economics, liderado por Glass, representou por 25 anos a maior fonte de investigação na área de mobilidade. As mudanças ocorridas na sociedade deste período, especialmente com a abertura de novos postos no setor não-manual, passaram a requerer uma nova pesquisa. Em 1972, foi realizada a Oxford Mobility Enquiry por um grupo de pesquisadores da Universidade de Oxford, dentre os quais se destaca John H. Goldthorpe, que desenvolveu um esquema de classes para a análise da mobilidade e, desde então, tem publicado diversos trabalhos importantes nessa área de conhecimento.

A pesquisa baseou-se em uma amostra de dez mil homens residentes na Inglaterra e País de Gales, com idades entre 20 e 64 anos. A maior crítica endereçada a ela deve-se ao fato de não incluir informações sobre as mulheres. Suas principais conclusões corroboram o que havia sido exposto por Glass, ou seja, que a fluidez nos estratos intermediários da estrutura de classes da Grã-Bretanha não encontra paralelo nos extremos, onde predomina a herança social. Assim, a mobilidade de curta distância é mais comum, e a mobilidade de longa distância, mais rara.

Nota-se, ainda, que a mobilidade na fronteira manual/não-manual é mais freqüente no movimento ascendente do manual para o não-manual, não encontrando correspondência no movimento contrário, que se mostra bastante reduzido. Tal padrão indica uma assimetria já apontada no trabalho de Blau e Duncan, que denominam esse movimento de one-way screen, uma vez que é mais fácil atravessar a barreira entre esses dois setores em uma direção do que na outra. O fenômeno é explicado, em grande medida, pela abertura de novas posições no setor não-manual da economia moderna. O estudo mostra, ainda, que as desigualdades de oportunidades estão concentradas na divisão entre a elite e a não-elite; e não entre os descendentes de trabalhadores não-manuais e manuais, caracterizando o auto-recrutamento nos estratos mais privilegiados.

O estudo realizado pelo grupo de pesquisadores de Oxford é, atualmente, a principal fonte de referência para as análises de mobilidade. A ele se seguiram vários debates em torno do tema, que se concentraram especialmente na relevância de incluir informações sobre as mulheres nos estudos de mobilidade, e encontraram na revista da British Sociological Association, *Sociology*, sua principal arena. A cada nova publicação reacende a polêmica, que também fortalece e enriquece essa área de conhecimento que, como foi visto, tem profunda tradição nas Ciências Sociais.

A análise da mobilidade social requer uma concepção de espaço social onde se distribuem bens e valores e se definem as posições dos atores, e conseqüentemente suas relações. Entretanto, o espaço social não é estático, e é através do estudo da mobilidade que se busca capturar a intensidade e a direção das mudanças, revelando dessa forma como ele é organizado.

Uma sociedade pode ser definida como aberta ou fechada, justa ou injusta, igual ou desigual de acordo com o grau de fluidez de sua estrutura de estratificação social, ou seja, de como são distribuídas as oportunidades de alcançar posições sociais. Conforme Hout (1988: 1358): "O estudo da mobilidade ocupacional mede o grau de abertura pela quantificação da associação entre origem e destino ocupacionais. Sociedades podem ser colocadas em um continuum da abertura ao fechamento de acordo com valor numérico dessa associação." Entretanto, o objeto de estudo das análises de mobilidade não se restringe às ocupações; destacam-se, ainda, os estudos sobre mobilidade de renda, educação e, especialmente, classes sociais.

Em qualquer caso, as análises de mobilidade buscam mensurar o grau de fluidez da estrutura social, bem como identificar os padrões e a movimentação envolvidos na distribuição e redistribuição de atributos específicos. No caso da mobilidade ocupacional ou da mobilidade de classes, o foco de análise é a associação entre a posição social de origem, representada pela ocupação do pai, e a posição social de destino, que pode ser a ocupação atual ou a primeira ocupação do indivíduo. O objetivo da mensuração da mobilidade social é apontar as fraturas na estrutura social, que expõe as desigualdades nas oportunidades de aquisição de bens e valores e as estratégias de manutenção e reprodução das posições sociais.

O pressuposto básico das análises de mobilidade é o de que na sociedade moderna as oportunidades de aquisição de riqueza e poder são diferenciadas e dependem de condições sociais que não se restringem às qualidades pessoais. Dessa forma, o estudo da mobilidade social torna possível identificar rotas, bloqueios, sucessos e fracassos que são padronizados e sistemáticos, e devem ser entendidos como resultados tanto de talentos e realizações individuais como de processos sociais (Payne e Abbot, 1990). Dessa forma, a mobilidade social inscreve-se nas análises de desigualdade, na medida em que estas esclarecem processos de cristalização ou redistribuição, permanência ou mudança nas chances de alocação em posições da estrutura social.

Há diversos fatores envolvidos na alocação das posições na estrutura ocupacional. A esses fatores que intervêm no regime de mobilidade social, sociólogas feministas sugerem adicionar o gênero. De todo modo, uma revisão da literatura indica a existência de diferenças significativas na distribuição de posições sociais entre homens e mulheres (Payne e Abbott, 1990).

A tradição de estudos de mobilidade social tem sido de análises de informações referentes aos homens (Glass, 1954; Blaù e Duncan, 1967;

Goldthorpe, 1987). Contudo, no início da década de 60, feministas passaram a criticar o uso exclusivo de dados sobre mão-de-obra masculina nesses estudos, por não considerarem a realidade social contemporânea, marcada pelo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, argumentavam que a perspectiva tradicional não levava em conta a estratificação sexual entre cônjuges.

Existe hoje, na Europa e nos EUA, uma ampla discussão sobre a inclusão ou não de dados sobre as mulheres nas análises de mobilidade. Poucos estudos até a década de 70 haviam focado a participação da mulher no mercado de trabalho e suas chances de mobilidade. Essa discussão envolve uma questão mais ampla que diz respeito à definição da unidade de análise nos estudos de mobilidade social, seja ela a família ou o indivíduo.

A ausência de dados sobre mulheres nas análises de mobilidade social está relacionada à perspectiva convencional, que toma como unidade de análise da estratificação social a família. Dentro dessa conceituação as mulheres têm uma posição de classe derivada, uma vez que a definição da classe social se baseia na posição do chefe do domicílio, que é geralmente o homem. Assim, a posição social das mulheres é determinada pela de seus maridos ou pais (Parkin, 1971; Westergaard e Resler, 1975; Goldthorpe, 1983 e 1984).

Podem-se distinguir duas versões da perspectiva convencional: a funcionalista, relacionada à teoria de Talcott Parsons, e a Teoria de Classes. A escola funcionalista considera que a base da estratificação na sociedade moderna é o status social. O conceito de classe social é atribuído por Parsons aos "grupos de pessoas que são membros de unidades de parentesco efetivas que, como unidades, são aproximadamente igualmente valorizadas" (Parsons, 1954: 77).

Goldthorpe (1983) explica que a visão funcionalista se fundamenta nas regularidades que tornam possível a manutenção do sistema social. Assim, a separação sexual dos papéis na família emerge como resposta às necessidades funcionais de manter a solidariedade da família, promover uma definição clara do status desta e facilitar a mobilidade social. A separação sexual dos papéis sociais estabelece que somente o homem tenha um envolvimento total e competitivo no sistema ocupacional. Essa característica é necessária para que exista na sociedade industrial moderna um alto grau de mobilidade. Isto porque, se ambos os cônjuges têm o mesmo envolvimento no mercado de trabalho, as chances de mobilidade ficam condicionadas ao aparecimento de oportunidades favoráveis para ambos, tornando-se, portanto, mais restritas (idem).

Goldthorpe defende a visão convencional dentro da teoria de classes. Segundo ele, a análise de classes difere da análise funcionalista de status por considerar que "o grau de estabilidade e resistência às mudanças das classes deve-se, não ao seu valor funcional, mas ao fato de representarem o produto passado e a expressão corrente das desigualdades no poder social e no lucro" (idem: 467).

Esta perspectiva reconhece nas normas convencionais de divisão sexual das responsabilidades domésticas uma barreira ao compromisso total das mulheres casadas com o mercado de trabalho; sendo assim, apenas o chefe de domicílio possui uma participação integral na estrutura ocupacional e, conseqüentemente, uma posição diretamente determinada dentro da estrutura de classes. Os demais membros, devido ao caráter restrito e condicional de sua participação na vida ocupacional, possuem uma posição de classe derivada e dependente do chefe de domicílio.

Assim, a visão convencional é explicada pelo fato de as mulheres casadas serem vistas como estando menos comprometidas com o mercado de trabalho, desde que lhes é requerida a adoção de maiores responsabilidades domésticas. Goldthorpe argumenta que "enquanto a proporção de mulheres casadas que em algum momento estão engajadas em um emprego remunerado tem aumentado substancialmente, a adoção de uma perspectiva total de vida de trabalho (working-life) revela a natureza intermitente e limitada desse emprego" (idem: 469). De acordo com essa visão, a natureza da participação das mulheres no mercado de trabalho indica que elas não podem ser compreendidas como constituindo, elas mesmas, uma classe, o que justifica a exclusão da estrutura de emprego feminino nas análises de classe social.

Em reação à perspectiva convencional, vários trabalhos foram realizados com a finalidade de apontar a existência de diferenças na distribuição de recursos e de poder, bem como na alocação de pessoas, que resultam, em última análise, da segregação do mercado de trabalho por gênero. E assim, defendendo uma perspectiva contrária à convencional, inscrevem o indivíduo como unidade de estratificação, em contraposição à família.

A alternativa que rompe mais radicalmente com a perspectiva convencional é a individualista³. Isto porque retira o foco da família e usa como unidade de análise o indivíduo. Assim, as mulheres são classificadas com base em suas próprias ocupações independentemente de seu status marital. Seguindo essa tendência, Abbott (1987) questiona a hipótese fundamental da visão convencional, que considera a identificação de classe das mulheres como dependente da posição ocupacional de seus maridos. Analisando os dados de 342 mulheres casadas que trabalham no setor não-manual de rotina, Abbott conclui que a identificação de classe da mulher é determinada, em parte, pelas suas próprias características, sendo a educação uma variável particularmente importante.

³ Além da perspectiva individualista, Hayes e Miller (1993) apontam outras três alternativas à visão convencional: dominance perspective, na qual a posição da família é determinada pelo membro com posição social mais elevada; joint social class, a posição da família deriva da combinação das classes sociais do marido e da esposa; e consumption ou market class, a posição de classe resulta da combinação da posição de todos os membros da família. Essas três perspectivas mantêm, embora de forma diferenciada, a família como unidade de análise.

Heath e Britten (1984) afirmam que os empregos das mulheres fazem diferença. Analisando a associação entre a qualificação das mulheres e a posição de classe de seus maridos em relação à carreira delas, eles concluem:

Assim, enquanto nós concordamos com Goldthorpe que a participação das mulheres na força de trabalho é, em alguma extensão, condicionada pela classe, nós devemos acrescentar que essa explicação não é a estória toda, e que a educação e as qualificações vocacionais das mulheres desempenham pelo menos uma parte importante (1984: 486).

Baseando a análise em resultados de modelos log-lineares, eles acrescentam:

De fato, nós podemos ver pelas mudanças no ajustamento que a qualificação das próprias mulheres é mais importante que a classe de seus maridos como explicação de suas trajetórias de carreiras (Heath e Britten, 1984: 486).

Eles indicam ainda que o trabalho das mulheres é importante para explicar seus comportamentos eleitorais e de fecundidade. Eles propõem que os estudos de classes sejam baseados em classificações conjuntas (joint classifications), ou seja, com base na situação de classe de ambos os cônjuges, marido e esposa.

Com uma perspectiva individualista, Rose e Marshall (1988) enfatizam diferenças na alocação dos indivíduos em posições sociais que são condicionadas pelo gênero. A partir de dados sobre o mercado de trabalho na Inglaterra, eles concluem que as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, têm menos chances de serem promovidas, possuem menor controle sobre seu trabalho, e têm menos oportunidades de ocuparem posições que envolvam tomada de decisões. Além disso, os homens conseguem melhores retornos para seus investimentos em termos de qualificação profissional. Os autores sugerem que a causa principal das desigualdades nas chances de mercado é a discriminação contra a mulher, e que as chances dos homens dependem do padrão de diferenciação por sexo na estrutura de classes. Isto porque, quanto mais restritas forem as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho maiores serão as chances de os homens adquirirem posições superiores na estrutura ocupacional.

Payne e Abbott (1990) ressaltam que, sendo metade da população composta por mulheres, a exclusão da distribuição ocupacional feminina no estudo da mobilidade implica um retrato incompleto da segmentação do mercado de trabalho. Acrescente-se o fato de que não se pode ignorar o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

1. De que mobilidade falamos?

A forma como a posição social é definida permite distinguir dois tipos de orientação teórica nos estudos de mobilidade: o primeiro deles analisa a mobilidade a partir do movimento interclasses e dos interesses envolvidos na identificação com o comportamento de classe. Trata-se da perspectiva adotada por Goldthorpe (1983, 1984 e 1985). O segundo mensura a mobilidade com base em categorias ocupacionais, e desta forma a encara como resultado de processos que têm lugar na estrutura de emprego. É o exemplo de Payne e Abbott (1990). Os sociólogos que adotam a perspectiva convencional argumentam que a introdução de dados sobre as mulheres faz sentido nos estudos de mobilidade ocupacional, mas, se considerada a mobilidade de classes, as diferenças entre homens e mulheres tornam-se irrelevantes, uma vez que a estrutura de classes é *gender blind*. Daí a importância da definição do foco de análise da mobilidade: classe ou ocupação?

Goldthorpe (1984) defende a perspectiva convencional, argumentando que a natureza restrita e condicional da participação das mulheres no mercado de trabalho indica que elas não podem ser vistas como constituindo uma classe por si mesmas. E apresenta sua definição de mobilidade de classe:

Por mobilidade de classe nós aqui queremos dizer (como através de todo nosso trabalho) mobilidade entre diferentes posições dentro da estrutura de classes, entendida como coletividades com chances de vida e estilos de vida distintos, e orientações sociopolíticas e modos de ação (Goldthorpe, 1986: 532).

Ele adota a perspectiva weberiana de classes ao identificar este conceito a grupos que compartilham chances de vida semelhantes, e se diferenciam de outros grupos por terem oportunidades diversas. Em suas análises de mobilidade, o autor define as categorias combinando ocupação e status de emprego, que se reportam às situações de mercado e de trabalho.

Também Dale, Gilbert e Arber (1985) utilizam o conceito weberiano de classe social — definida como o grupo que possui a mesma situação no mercado de trabalho —, só que argumentando em favor da inclusão das mulheres nas análises de classes. De acordo com eles, "Embora muitas mulheres possam enfrentar constrangimentos à sua participação no mercado de trabalho, todas as que estão em empregos pagos têm uma relação direta com o mercado de trabalho que pode ser usada para determinar a classe com base na ocupação" (idem: 386).

A definição das categorias utilizadas nos estudos de mobilidade tem relevância uma vez que as diferenças entre as classes sociais são, em última análise, diferenças nas chances de vida dos indivíduos; e é este o elo que as distingue. Segundo Giddens (1973) as classes sociais se definem

pelo fato de envolverem chances comuns de mobilidade, tanto durante a vida produtiva como através de gerações.

O estudo da estrutura de classes preenche um espaço importante na análise de estratificação social desde a sociologia clássica, com Marx e Weber. Na visão marxista, o sistema de estratificação apresenta-se polarizado em duas classes homogêneas: os com propriedade e os sem propriedade. A classe social é identificada como uma comunidade que partilha interesses e visões de mundo semelhantes, e está em permanente estado de tensão ou conflito com a outra classe.

Weber elabora uma análise mais complexa ao reconhecer um sistema diversificado de relações de classe, que se constitui na sociedade capitalista através da divisão do trabalho. Segundo ele, a posse de habilidades vendáveis estabelece níveis diferenciados de classes dentro da categoria não-proprietários. Com isso, ele supera a dicotomia proprietários/não-proprietários.

Ao identificar as qualificações profissionais como formas de propriedade que são valorizadas e negociadas no mercado de trabalho, Weber amplia o conceito de classe e enfoca a diversificação e a complexidade do mercado de trabalho capitalista. Nesse sentido, as diferenças nas possibilidades de mercado não se prendem unicamente à posse ou não de propriedade, mas à posse de habilidades específicas que se convertem em recompensas como renda, segurança no emprego, expectativa de progresso, autoridade etc. E é com base nessas possibilidades de mercado para cada categoria ocupacional que se pode estabelecer um estudo de classes sociais (Giddens, 1973).

Na análise weberiana, classe corresponde a um agregado de situações de classe, que, por sua vez, são identificadas como posições no mercado, não formando necessariamente comunidades. Assim, uma classe refere-se a qualquer conjunto de indivíduos que compartilham uma situação de mercado comum, em termos de bens e habilidades que possuem (ver Giddens, 1973). Dessa forma, não se pode falar em "consciência de classe" pois, no sentido weberiano, classe independe da percepção que o indivíduo tem de sua situação de classe, que é dada na estrutura do mercado.

Em nossa terminologia, classes não são comunidades [...] O termo classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe (Weber, 1977: 181).

Dale, Gilbert e Arber (1985) enfatizam que o conceito weberiano de classe, por se basear na relação direta com o mercado de trabalho, tem como unidade de análise o indivíduo que pode ser alocado em uma posição de classe ocupacional, independentemente de sua posição na família. Portanto, a concepção weberiana de classe não exclui a possibilidade de estudos sobre mobilidade feminina.

De acordo com Rose e Marshall (1988) o que está envolvido na definição das categorias utilizadas nos estudos de mobilidade é a situação de mercado, a situação de trabalho e a situação de status. Por

situação de mercado entende-se a fonte e o nível de renda, possibilidade de promoção e, ainda, o grau de segurança no emprego; a situação de trabalho refere-se à posição na divisão de trabalho, e, assim, à relação de produção; e a situação de status diz respeito ao modo como as posições são valorizadas.

Mach e Wesolowski (1986) destacam a dimensão dada pelas teorias de mobilidade às escalas de prestígio baseadas em categorias ocupacionais, nas quais a ocupação não é somente um aspecto a ser estudado, mas um indicador da posição do indivíduo em uma dada sociedade. Essas escalas são o critério básico para definir as categorias sociais entre as quais ocorre a mobilidade. Segundo Crompton (1989: 568), "Origens e destinos não são somente empregos, mas posições sociais complexas que têm coerência e são diferentemente alocadas na competição por riqueza e poder".

Este livro inclui a definição de mobilidade como resultado dos processos ocupacionais que têm lugar no mercado de trabalho; portanto, baseia-se na definição weberiana de classes sociais como agregados que compartilham situações comuns no mercado, entendendo "situações de mercado como chances de vida que advêm da ocupação do indivíduo e de sua posição no mercado de trabalho" (Erikson, 1984: 501). A partir da observação dos níveis de homogeneidade e coesão dos grupos ocupacionais é possível identificar características de classe, como grupos alocados na mesma posição de mercado. Nas palavras de Weber:

Mas sempre essa é a conotação geral do conceito de classe, que o tipo de oportunidade no mercado é o momento decisivo que apresenta a condição comum para o destino do indivíduo. Situação de classe é, nesse sentido, situação de mercado (Weber, 1977: 182).

2. Mobilidade social: em busca de um modelo

É a partir de análises sobre o padrão de mobilidade entre categorias que se busca determinar o formato da estrutura social, definindo seus contornos com base na relação entre os estratos. A operacionalização dessa análise requer a utilização de modelos log-lineares, uma vez que estes se aplicam a variáveis categóricas tabuladas em classificações cruzadas (Agresti, 1990, Fienberg, 1994; Goodman, 1979, 1987). Somente na metade da década de 60 os métodos estatísticos correspondentes à modelagem de dados categóricos conquistaram o mesmo grau de sofisticação das técnicas aplicadas às variáveis contínuas, que vinham sendo utilizadas desde o início do século.

O desenvolvimento de métodos para análise de regressão de variáveis contínuas data de 1880, e Fisher⁴ já utilizava amplamente análises de regressão e análise de variância na metade da década de 20. Porém, a natureza "qualitativa" e discreta dos dados relativos às Ciências Sociais e Biomédicas requeria o desenvolvimento de instrumental metodológico tão sofisticado e robusto como aquele utilizado para variáveis contínuas. Esse foi o passo decisivo para que as análises de variáveis categóricas evoluíssem das técnicas bivariadas para modelos multivariados; isto revolucionou a modelagem das tabelas de mobilidade social.

Não é surpreendente que esse progresso tenha sido promovido por estatísticos que tinham laços com as Ciências Sociais (tais como Leo Goodman, Shelby Haberman, Fredrick Mosteller e Stephen Fienberg) ou com as Ciências Biomédicas (tais como Joseph Berkson, Jerome Cornfield e Gary Koch) (Agresti, 1990: 1).

Em 1949, pesquisa realizada por David Glass⁵ sobre mobilidade social na Inglaterra, hoje considerada um clássico na área, introduziu a técnica conhecida como índice de associação, aplicado a comparações entre pares de categorias. Este índice é calculado como a razão entre a frequência observada e a frequência esperada no caso de independência entre os estratos, ou seja, é a razão entre a frequência observada e o produto das frequências marginais de origem e destino. Embora esses índices sejam esclarecedores das associações entre estratos de origem e destino, há muitas críticas apontando limitações analíticas desse procedimento, uma vez que o valor dessas taxas é bastante influenciado pelos valores marginais da tabela de mobilidade (ver Tyree, 1973; Billewicz, 1955-56).

O principal argumento é que, embora esse índice tenha importância como medida descritiva das associações entre estratos em sua forma "absoluta", eles são sensíveis ao volume de dados nas marginais da tabela. Assim, não é possível medir o grau de associação entre os estratos independentemente dos efeitos marginais, ou seja, dos efeitos causados pelas diferenças de magnitude desses estratos, o que provoca certo grau de distorção.

O que está sendo discutido é a impropriedade dos índices de associação como técnicas de mensuração de mobilidade "relativa", na medida em que são influenciados pelo tamanho das categorias e, portanto, refletem a mobilidade absoluta, que incorpora as mudanças na estrutura de emprego. Nesse sentido, o índice de associação, que foi amplamente utilizado nas análises de mobilidade do pós-guerra, reflete a mobilidade incluindo os efeitos dos tamanhos das categorias ou, como apreende Goldthorpe

⁴ Fisher foi um estatístico inglês que desde a década de 20 contribuiu de forma relevante para o desenvolvimento de métodos de análise de dados.

⁵ Essa pesquisa pode ser encontrada na publicação organizada por David Glass em 1954.

(1987), reflete a associação de facto entre posições de origem e destino. No entanto, como são sensíveis à distribuição marginal da tabela, aquelas categorias com valores marginais baixos tendem a apresentar altos índices de associação.

O desenvolvimento de métodos apropriados para a medição de dados categóricos permitiu que as análises de mobilidade tivessem maior acurácia, corrigindo os problemas apresentados nas metodologias anteriores. Utilizando técnicas log-lineares e regressão logística, foram desenvolvidos modelos para detectar os padrões de mobilidade, definir trajetórias ocupacionais e caracterizar estruturas sociais. Esses modelos são divisíveis em dois tipos: Modelos Topológicos e Modelos de Associação, e estão relacionados com a divisão das análises de mobilidade em dois tipos de contextos conceituais, que serão discutidos nos capítulos seguintes: o contexto classe-estrutural e o contexto hierárquico.

3. Questões centrais

O objetivo principal deste estudo é desenvolver um modelo de mobilidade que permita reconhecer as características da estrutura social brasileira. A proposta é analisar padrões de fluidez social, através de taxas relativas de mobilidade, com a finalidade de apresentar um panorama das oportunidades experimentadas pelas diferentes classes sociais no sistema de estratificação. Além disso, serão analisadas taxas absolutas de mobilidade, que proporcionam um retrato descritivo dos movimentos entre estratos sociais, e a interpretação do que Goldthorpe chama de mobilidade de facto.

Este trabalho também se propõe a analisar o impacto do gênero sobre os padrões de mobilidade, com base na aplicação de modelos log-lineares às tabelas de mobilidade construídas com dados da PNAD-1988 para o Brasil. A partir dessa observação, será possível caracterizar a existência de diferenciais entre homens e mulheres na estrutura de classes do país. Também aqui serão consideradas taxas absolutas e taxas relativas de mobilidade; as primeiras incluem os efeitos das distribuições marginais e, portanto, as diferenças na estrutura de empregos entre gerações; na segunda este efeito é controlado a fim de não considerar as mudanças estruturais (Goldthorpe e Payne, 1986).

A literatura brasileira na área de mobilidade é escassa, porém consistente, tratando tanto da mobilidade ocupacional (Pastore, 1979; Pastore e Zylberstajn, 1990; Valle e Silva, 1979; Haller e Saraiva, 1988), como da mobilidade de renda (Gibbon, 1979; Barros, Ramos e Reis, 1992) e da mobilidade educacional (Pastore e Zylberstajn, 1991; Barros e Lam, 1991; Barros e Santos, 1991). Entretanto, a mobilidade ocupacional feminina foi ana-

lisada unicamente por Caillaux (1989), em contraste com o que ocorre nos Estados Unidos e na Europa, onde essas análises se tornam cada vez mais frequentes.

Pesquisas realizadas na América Latina enfatizam o crescimento da participação da mulher no trabalho organizado (Aguiar, 1990; Prates, 1990; Spindel, 1990). Nos anos 70 foram desenvolvidos no Brasil vários estudos expondo a segmentação da distribuição de empregos por sexo (Singer e Madeira, 1973; Blay, 1978; Paiva Abreu, 1977). Essas análises tornam evidentes as características diferenciadas no movimento de incorporação e expulsão dos trabalhadores homens e mulheres. As mulheres têm menos estabilidade no mercado de trabalho, ocupam posições menos privilegiadas na estrutura de emprego, recebem salários inferiores aos dos homens e têm menos oportunidades de ascensão na carreira (Pena, 1980). O artigo publicado por Spindel no livro *Mujer y Crisis* (1990) revela o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, apesar da crise econômica que marcou a década de 80.

A literatura sobre mobilidade ocupacional e gênero indica a existência de rotas e oportunidades específicas por gênero, o que requer um estudo próprio do mercado de trabalho das mulheres, especialmente dos padrões de mobilidade na estrutura ocupacional (Payne e Abboit, 1990; Rose e Marshall, 1988). Estes autores avaliam que a segregação por gênero no mercado de trabalho cria oportunidades diferenciadas para homens e mulheres, e a especificidade da movimentação das mulheres na estrutura ocupacional aponta um novo paradigma para a pesquisa de mobilidade.

O que importa para a análise a ser desenvolvida aqui não é tanto as diferenças no volume de mobilidade para mulheres e homens, mas o padrão da mesma. O escopo é identificar se a estrutura social internaliza desigualdades de gênero. As principais questões são: a estrutura de classes é determinada pelo gênero? Existem diferenças significativas entre homens e mulheres na alocação em posições dentro da estrutura social? O grau de fluidez da sociedade brasileira tem a ver com desigualdades de gênero? Classe e gênero são na realidade conceitos indissociáveis, como argumentam os críticos da perspectiva convencional? Ou os estudos de mobilidade social e de classe podem prescindir das análises de gênero?

De modo geral, as desvantagens vividas pelas mulheres na estrutura de emprego não são questionadas; ao contrário, as análises que corroboram essa realidade são amplamente aceitas mesmo pelos defensores da perspectiva convencional. Portanto, não se trata de minimizar a importância dos estudos que retratam as desigualdades de gênero no que diz respeito às oportunidades no mercado de trabalho, ou ainda, às oportunidades ocupacionais. Essas desvantagens são comprovadas pela literatura sociológica e não constituem fonte de discordância entre defensores e críticos da perspectiva convencional. O foco de debate é a estrutura de classes e a mobilidade de classes. Assim, a disputa gira em torno da existência ou não de clivagens de gênero nos padrões de acesso e de oportunidades de

mobilidade que desenham a estrutura social, caracterizando bloqueios e fraturas.

Nesse sentido, o argumento central dos que adotam a perspectiva convencional é o de que a estrutura de classes não comporta especificidades de gênero que justifiquem a inclusão de informações sobre mulheres; ou seja, as chances relativas de posicionamento na estrutura social são distribuídas de tal forma que independem do gênero. Conseqüentemente, a meta principal é avaliar se a estrutura social revelada pelos padrões de mobilidade inclui diferenciais de gênero; ou se as características dessa estrutura se aplicam indiferentemente a homens e mulheres.

O livro divide-se em cinco capítulos. "Notas sobre Esquemas de Classe" é o primeiro deles, que trata de exemplificar como se definem classificações de estratos através dos trabalhos de Olin Wright e John Goldthorpe. Se, por um lado, Wright se apresenta como sociólogo marxista e busca, ao definir seus mapas de classes, dar um tratamento empírico à teoria de Marx, por outro, Goldthorpe é apontado como sociólogo neoweberiano. Por isso, no capítulo I são também apresentados, de forma sintetizada, alguns conceitos marxistas e weberianos.

No Capítulo II é desenvolvida uma classificação de estratos cuja definição segue um processo que combina métodos de tratamento de dados e opções teóricas de análise. O Capítulo III retoma a tradição de estudos de mobilidade no Brasil — mesmo escassos, os trabalhos realizados, especialmente os de José Pastore, tiveram grande impacto, sendo até hoje usados como importante referência na Sociologia brasileira —, procura-se, a partir disso, sistematizar uma análise descritiva da mobilidade, focalizando as diferenças de gênero. No Capítulo IV, três teses clássicas de mobilidade são reestudadas. Na realidade, são três hipóteses que foram recuperadas por John Goldthorpe (1987) e Pamela Abbott (1990), e se referem às principais características da estrutura de estratificação. Aqui, elas são testadas para o caso brasileiro e também objetivam visualizar possíveis diferenças entre homens e mulheres.

O Capítulo V busca responder à principal questão colocada, que é a existência ou não de diferenças significativas entre homens e mulheres nas chances relativas de alocação no sistema de estratificação social. Nesse sentido, o alvo da análise não é a distinção entre homens e mulheres nas oportunidades de obtenção de postos na estrutura de emprego, mas determinar se o modelo de mobilidade relativa e a estrutura de classes no Brasil envolvem desigualdades de gênero. O capítulo de conclusão apresenta de forma resumida as principais considerações que pontuaram todo o trabalho e, dessa forma, sistematiza os resultados já obtidos e analisados em cada capítulo.

CAPÍTULO I

NOTAS SOBRE ESQUEMAS DE CLASSES

Na base da construção de um esquema de classes está a opção por um marco teórico e analítico que se dá em meio a uma discussão sobre o conceito de classe social, que teve início na sociologia clássica do século XIX, com Marx e Weber, e se torna cada vez mais viva na sociologia contemporânea. Aqui não há pretensão de discutir exaustivamente essa literatura que, por sua extensão e complexidade, exigiria, talvez, um trabalho dedicado somente a este propósito. O objetivo é apresentar linhas gerais que permitam esclarecer esse debate, no sentido de definir a posição tomada neste livro dentro do amplo contexto das análises de classes e, conseqüentemente, a opção que informa o esquema de estratos aqui definido. Mesmo com o risco de levar a um reducionismo da discussão sobre teorias de classes, a opção por localizar essa discussão num contexto instrumental e básico para a definição do problema aqui envolvido se sustenta no próprio desenho deste trabalho, cuja preocupação principal é apontar a estrutura de estratos no Brasil, confrontando, ainda, a problemática da segmentação do mercado de trabalho por gênero.

Aqui será construída uma classificação de estratos a partir da qual serão realizadas as análises das tabelas de mobilidade; de acordo com as necessidades da análise e da metodologia desenvolvidas, novas classificações serão introduzidas ao longo do trabalho, entretanto elas terão como ponto de partida aquela aqui definida. Vale lembrar que nenhum esquema de estratos é incontestável por ser, em última instância, uma construção teórica e metodológica visando atender aos objetivos específicos da análise em questão. Portanto, seria pretensioso crer que uma classificação por estratos expressa a realidade empírica e objetiva, uma vez que se constrói a partir de opções feitas entre distintos contextos conceituais.

Na esteira das teorias marxista e weberiana, inúmeras considerações teórico-conceituais foram traçadas para as análises de classes. Um debate, aparentemente infundável, e questões, aparentemente insolúveis e irreduzíveis, movimentam esse cenário. Começando pelos clássicos, será possível entender os desdobramentos que suas teorias tiveram nas análises de classes do período pós-guerra, e também as dificuldades encontra-

das para que fossem defendidas num contexto econômico, político e social já diferente daquele do século XIX.

1. Marx e Weber: a tradição sociológica construindo conceitos de classe social

O conceito de classe é elemento fundamental na teoria marxista, como recorda Crompton (1994: 23): "No Manifesto Comunista, Marx e Engels (1962: 34) descrevem o curso da história humana em termos da luta entre classes." Entretanto, Marx em nenhum momento de sua extensa obra oferece uma definição sistemática do conceito de classe, embora a teoria de classes tenha uma posição relevante no seu projeto mais amplo de traçar a história das sociedades.

O capítulo destinado à teoria de classes no livro III do *Capital* (1974) é interrompido justamente quando Marx tratava de explicitar sua definição de classe. Segundo ele a resposta à pergunta "que é uma classe?" parte da resposta a uma outra pergunta: "que é que converte os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, em fatores das três grandes classes sociais?" (1974: 886). Sua resposta não chega a ser totalmente conhecida, porque o manuscrito é interrompido dois parágrafos depois. No entanto, a centralidade da visão de uma sociedade capitalista cindida em interesses conflitantes de classes está muito clara e, a partir de referências que perpassam toda sua obra, em especial o Manifesto do Partido Comunista, é possível conhecer e derivar daí o conceito marxista de classes.

Segundo Marx, um período histórico é definido pelo modo de produção existente; daí ser possível associar diferentes períodos históricos a diferentes modos de produção, tais como o escravismo nas sociedades grega e romana, o feudalismo e, por fim, o capitalismo. A cada modo de produção corresponde um tipo de relação de produção, esta definida pelas relações estabelecidas dentro do processo de produção. As relações de classes são, por sua vez, determinadas pelas relações de produção, que no caso da sociedade capitalista se caracterizam, basicamente, pela propriedade ou não dos meios de produção. Na ordem capitalista Marx distingue duas grandes classes: a classe capitalista, ou burguesia, proprietária dos meios de produção; e a classe trabalhadora, ou proletariado, que sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Dessa forma, a diferenciação social é dada basicamente em termos econômicos, de classes, reconhecendo a estrutura social como polarizada entre capitalistas e trabalhadores engajados numa relação de exploração, via expropriação, e com interesses econômicos antagônicos e conflitantes. Ao cindir a estrutura de classes em exploradores e explorados, Marx ca-

racteriza uma sociedade em conflito de interesses, na qual o proletariado torna-se o agente da revolução. A superação do capitalismo é apresentada como um processo inevitável, gerado nas contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista, uma vez que o interesse pela obtenção de lucros numa economia competitiva leva o capitalista a explorar o trabalho do proletariado, através de baixos salários e alta produção.

O conceito de mais-valia segue a lógica de que, nessa ordem econômica, salários e lucros estão inversamente relacionados, e as classes proprietária e trabalhadora são agentes de um conflito estruturalmente determinado inerente às suas posições no processo de produção⁶. Contudo, não se deve crer que exploração e conflito de classes são criações do capitalismo, uma vez que, na teoria marxista, as lutas de classes são o motor da história das sociedades. Essa idéia está explícita na já muito citada passagem do Manifesto:

Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em luta (Marx e Engels, 1977: 34).

Esses interesses inconciliáveis levam ao conflito de classes e à revolução, que se tornará realidade na medida em que o proletariado se reconhecer como classe, em outras palavras, adquirir consciência de classe. Nesse sentido, classes são entendidas como forças sociais agentes de transformação das sociedades; e o motor da história das sociedades é a luta entre classes. Como enfatizou Engels após a morte de Marx:

(...) foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei de acordo com a qual todas as lutas históricas, tenham elas ocorrido no domínio político, religioso, filosófico ou algum outro domínio ideológico, são de fato a mais ou menos clara expressão das lutas de classes sociais (Engels, 1950: 223).

Para tanto, Marx aposta no aumento e organização do proletariado. O crescimento do grande capital levaria ao desaparecimento das classes intermediárias, identificadas na pequena burguesia, que seriam, assim, incorporadas à classe proletária, formando uma só classe trabalhadora e reforçando a polarização da sociedade capitalista em duas grandes classes. Já

⁶Essa discussão pode ser aprofundada com a leitura de "Class Analysis" (Miliband, 1993), in Giddens e Turner, *Social Theory Today*.

o desenvolvimento técnico conduziria à homogeneização da classe trabalhadora através da alienação e rotinização do trabalho. Essa é a base dos conceitos de exploração, proletarização, polarização, conflito de classes e mudança social que informam a teoria de classes em Marx. Aqui é possível avaliar a centralidade do modelo de conflito que a teoria de classes marxista aborda, e a relação estabelecida por ele entre a esfera econômica da produção e as superestruturas política e ideológica.

Weber, ao estabelecer uma definição do conceito de classes, uma vez mais dialoga com Marx. Segundo ele, classes não são necessariamente agentes sociais, e a distinção entre classes é definida como componente causal das oportunidades de vida, que, por sua vez, são determinadas pelas posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado. A dedução possível é que as desigualdades nas oportunidades de vida decorrem da alocação diferenciada dos indivíduos em posições de classes. Dessa forma, pode-se concluir que as classes são formadas por aqueles indivíduos que partilham a mesma situação de mercado. Como ele mesmo conclui, posição de classe é, em última instância, posição de mercado. Essa posição é definida segundo os recursos trazidos pelos indivíduos para serem oferecidos no mercado, seja propriedade, qualificações, educação, habilidades específicas. Em suma, a definição weberiana de classes pode ser entendida como situações de classes que inscrevem chances de vida diferenciadas, decorrentes de fatores econômicos. A análise de classes concentra-se, portanto, em como os recursos mobilizados pelos indivíduos no mercado resultam em chances de vida diferenciadas.

Podemos falar de "classe" quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que (2) este componente é representado exclusivamente por interesses na posse de bens e oportunidades de renda, e (3) é representado sob as condições de mercadorias e mercados de trabalho [E acrescenta:] Esses pontos referem-se a "situação de classe", que nós podemos expressar brevemente como as chances típicas para oferta de bens, condições externas de vida, e experiências pessoais de vida, na medida em que esta chance é determinada pela quantidade de poder, ou falta deste, para dispor de bens ou qualificações para renda numa ordem econômica dada (Weber, 1977: 181).

Pode-se argumentar que na economia capitalista existem inúmeras posições de mercado. Entretanto, Weber considera essa questão e introduz a noção de que "classe social é a totalidade daquelas situações de classe entre as quais uma mudança pessoal e na sucessão das gerações é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente" (Weber, 1991: 198). Fica, assim, resolvido o problema empírico de identificação de um número finito de classes sociais. Essa concepção coloca, ainda, as análises de mobilidade no centro das análises de classes, uma vez que as classes sociais são

identificáveis através do reconhecimento e mapeamento das categorias entre as quais a mobilidade é frequente.

Em Weber, classe é um conceito puramente econômico, mas ao contrário de Marx, ele não concentra na economia o papel de distinções de grupos sociais. Sua teoria reconhece várias formas de diferenciação social, que podem estar baseadas em status, prestígio e outros fatores adscritos, tais como etnia, sexo etc. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber, 1989) é um exercício para mostrar como fatores não econômicos podem ter influência sobre a determinação da ordem econômica, contrariando assim a idéia da superestrutura econômica como principal fonte de influência sobre a vida social, e conseqüentemente rejeitando o determinismo do materialismo histórico, no qual as condições materiais de vida seriam invariavelmente fatores causais.

Nesse trabalho, ele demonstra como o desenvolvimento do capitalismo nos EUA foi influenciado por um estilo de vida baseado no protestantismo ascético. E, referindo-se ao conceito de vocação na ética protestante, considera: "Falar aqui de um reflexo das condições 'materiais' sobre a 'superestrutura ideal' seria patentemente insensato" (Weber, 1989: 39), numa alusão clara à teoria marxista. Para tanto, ele enfatiza como a religião e, conseqüentemente, a ideologia nela contida determinaram um estilo de vida que influenciou a ordem econômica capitalista. Nesse sentido, sua análise inverte a ordem de causalidade pressuposta na teoria marxista, que entende a relação causal partindo sempre das condições materiais de vida em direção a outros fenômenos da vida social.

Em defesa da multicausalidade, e com uma crítica à ênfase nos processos econômicos como fatores determinantes da história das sociedades, Weber conclui seu livro assim:

Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz, mesmo que dentro da maior boa vontade, de avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis, mas, qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica (Weber, 1989: 132).

Em oposição ao modelo de conflito marxista, Weber não entendia classes como agentes históricos. Ao contrário, enfatizava que classes não são

comunidades, embora reconhecesse a possibilidade de servirem de base para ações comuns na defesa dos interesses daqueles que compartilham da mesma posição de classe. Isto porque deixa claro que o conceito de classes está restrito a interesses econômicos, e somente aqueles referentes ao mercado. E afirma: "O surgimento de ação societária ou mesmo de ação comunal não é, de forma alguma, um fenômeno universal" (Weber, 1977: 183).

Sua oposição à teoria marxista de conflito, e principalmente à noção de que existe uma correlação direta entre os conceitos de classe, interesse de classe e ação de classe, é explícita:

Tratar "classe" conceitualmente como tendo o mesmo valor de "comunidade" conduz à distorção. Que homens na mesma situação de classe regularmente reagem em ações de massa àquelas situações tangíveis tais como as econômicas na direção dos interesses que são mais adequados ao seu número médio é um fator importante e afinal simples para a compreensão dos eventos históricos. Sobretudo, esse fato não deve levar aquele tipo de operação pseudocientífica com os conceitos de "classe" e "interesse de classe" tão freqüente nos dias atuais e que tem encontrado sua expressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso, de que o indivíduo pode estar errado no que concerne ao seu interesse mas que a "classe" é infalível sobre seus interesses (Weber, 1977: 184).

Contudo, o determinismo do materialismo histórico não é o alvo principal das críticas dirigidas à teoria de classes marxista por sociólogos. A crítica mais comum refere-se ao fato de a teoria marxista não dar conta da complexidade e fragmentação da estrutura social atual. Em especial, por não poder lidar com o crescimento de uma classe intermediária que avança na proporção do avanço da burocracia, como havia previsto Weber, e que tem um papel cada vez mais relevante na divisão do trabalho, mesmo dentro da fábrica. Assim, categorias como as de gerentes, administradores e funcionários de escritório não só concentram um grande número de trabalhadores como também têm uma participação importante na estrutura de ocupações, especialmente no sentido da diferenciação da estrutura de empregos da classe de empregados não-manuais, que se convencionou chamar *white-collar* ou, como definiu David Lockwood já no título de seu livro, *The Blackcoated Worker*⁷.

Pode-se argumentar que a fragmentação das classes obscurece os laços e divisões entre elas, esse é um complicador para teoria do conflito e, conseqüentemente, para a superação do capitalismo via revolu-

ção. Portanto, esse é também o alvo das críticas mais contundentes à teoria marxista. Essa fragmentação é tão central nas teorias de classes contemporâneas, que existe a tese que indica uma tendência para o fim das classes sociais⁸.

As divisões de classes estão perdendo seu caráter auto-evidente e extensivo (Pakulski e Waters, 1996: 1).

Dessa forma, o argumento central sobre a superioridade da teoria weberiana é que ela contém elementos que permitem lidar com a complexidade da estrutura de classes da sociedade moderna, uma vez que inclui como fatores na definição de classes não somente a propriedade, mas também as qualificações e habilidades (*skills*) dos trabalhadores, negociáveis no mercado. Embora considere a divisão entre proprietários e não-proprietários como básica para determinar a situação de classes, Weber entende que:

Dentro dessas categorias, entretanto, as situações de classe são além disso diferenciadas: por um lado, de acordo com o tipo de propriedade que é utilizada para obter rendimentos; e, por outro lado, de acordo com o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado (Weber, 1977: 184).

O modelo marxista de duas classes não reflete a pluralidade de classes sociais existentes nas sociedades capitalistas atuais. Embora em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1988) Marx reconheça a existência de muitas classes, essas aparecem como fragmentos da burguesia e do proletariado. Sua teoria de conflito leva, no limite, à percepção de uma sociedade polarizada entre duas classes. Deve-se entender que, nesse sentido, o conflito entre classes resulta em polarização e coalização e, portanto, as estruturas das relações de classes dependem do contexto, podendo ir da fragmentação à polarização, de acordo com o grau de conflito. Em última instância, a intensificação do conflito de interesses permite antever a aglutinação das demais classes em duas grandes classes antagonicas.

Outra dificuldade, apontada por neoweberianos, em conciliar a teoria marxista com a realidade das sociedades capitalistas atuais está no processo de transformação das classes, essas entendidas como grupos baseados em interesses econômicos conflitantes, em grupos politicamente ativos. Dessa forma, trata-se de um processo no qual a impossibilidade de conciliação

⁷ David Lockwood (1958). Nesse livro, Lockwood trata das teorias marxistas e weberianas enfocando a classe de empregados não-manuais: "grupo socioeconômico que há muito tem sido um desconforto para a teoria marxista: a massa crescente de empregados *lower non-manual* ou *white-collar*".

⁸ Como referência para essa discussão, ver Pakulski e Waters (1996). Posição contrária pode ser encontrada em Miliband (1993), que reafirma o papel central das análises de classe na teoria sociológica.

desses interesses torna inevitável o desdobramento do conflito em ação política, cujo campo é uma sociedade polarizada em duas classes.

No entanto, o fracasso da classe trabalhadora das sociedades capitalistas avançadas em conformar-se às expectativas teóricas e políticas de Marx sugere que a fragmentação de classes é mais pervasiva historicamente que a polarização de classes, e que Marx seriamente subestimou a habilidade das sociedades capitalistas para conter o conflito de classes e prosperar (Edgell, 1993: 10).

Deve-se ainda destacar que a especialização, provocada pela crescente divisão do trabalho, contrariamente ao que previa Marx, não levou à homogeneização da classe trabalhadora, mas resultou em sua fragmentação, uma vez que gerou diferenças tanto em termos de recompensas econômicas como em termos de autonomia, estabilidade e condições de trabalho. Podem-se ter como exemplo as desigualdades existentes entre operários das indústrias tradicionais e operários das indústrias modernas. Outro ponto importante refere-se à globalização da produção e portanto da "fábrica", que contribuiu fortemente para a divisão do trabalho em termos transnacionais, especialização em nível de mercados nacionais, e fragmentação da classe operária, sendo esta uma das facetas do pós-fordismo.

O avanço tecnológico levou à substituição da produção em larga escala, centralizada e dirigida para o consumo em massa, que caracterizou o fordismo, pela produção em pequena escala, diversificada e voltada para o consumo imediato, que define o pós-fordismo. Ao declínio da grande indústria, centralizada e baseada na produção em massa, corresponde a diminuição de posições em ocupações consideradas blue-collar e, portanto, ao declínio da classe operária como era identificada depois da Segunda Guerra. Esta deu lugar ao trabalho desqualificado, temporário, instável, com características muito distintas dos empregos nas grandes indústrias do período fordista. Isso se deve a mudanças na própria organização da produção e do mercado⁹. Será que esse é o momento de acenar um Farewell to the Working Class, como sugere o título do livro de Gorz (1982), ou crer na existência de uma nova classe trabalhadora, com um perfil diferente daquele traçado no fordismo?

Uma distinção básica, e talvez muito resumida, das teorias de classes de Marx e Weber pode ser feita na medida em que as relações de classes, em Marx, se distinguem no processo de produção, enquanto as classes, para Weber, se distinguem por chances de vida estabelecidas no mercado.

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre globalização e pós-fordismo deve-se referir às obras de Sayer (1990) e Waters (1995).

É possível, ainda, apontar que Marx entendia as classes como agentes da evolução histórica, enquanto Weber sequer as reconhecia como comunidades, embora deixasse aberta a possibilidade de "representarem possível, e freqüente, base para ação comum" (Weber, 1977: 183).

2. Wright e Goldthorpe: opção pela empiria

É possível afirmar que toda a produção teórica nas áreas de estratificação, classes e mobilidade foi e é informada pelas teorias de Marx e Weber. O título dado a um capítulo do livro de Breen e Rottman (1995) é expressivo da importância desses dois sociólogos: "On the shoulders of giants: Class theory after Marx and Weber". É assim que os estudos de classes realizados no século XX podem ser entendidos, como teorias formadas basicamente a partir do debate iniciado por Marx e Weber; isto é verdade especialmente na Europa.

Entretanto, podem-se identificar similaridades entre neomarxistas e neoweberianos; especialmente por construírem esquemas de classes relacionais, ou ainda chamados teóricos em oposição aos esquemas de classes hierárquicos, comuns à sociologia norte-americana. Na realidade, desde a Segunda Guerra, marxistas e weberianos usam a teoria de classes para explicar teoricamente como as ocupações podem estar localizadas dentro de uma estrutura de posições de classes e, através dessa estrutura, observar empiricamente a estratificação social. Contudo, são as diferenças entre essas duas "escolas" que movimentam o debate sobre classes.

Aqui serão analisados, de uma forma sumarizada, os trabalhos de Erick Olin Wright e John H. Goldthorpe, apontados como exemplos das teorias marxista e weberiana. A escolha desses dois sociólogos deve-se ao fato de estarem voltados para uma orientação empírica dos estudos de estratificação social, implicando a exclusão da análise do trabalho de alguns sociólogos importantes, que tiveram papel relevante para o desenvolvimento teórico das análises de classes, mas não as direcionaram em estudos empíricos; é o caso de Giddens, Parkin e Poulantzas¹⁰, entre outros. Assim, a opção por Wright e Goldthorpe é um recorte na discussão da teoria de classes que fundamentou-se no objetivo deste estudo que é a análise empírica da mobilidade social.

Como foi visto, Marx não forneceu uma definição precisa de seu conceito de classe. Assim, na tentativa de dar continuidade à sua teoria de classes, autores neomarxistas buscam completar essa lacuna deixada por ele. Mas, além disso, buscam também lidar com a complexificação da estrutura de classes das sociedades capitalistas atuais, mantendo a base de sua teo-

¹⁰ A obra de Poulantzas, Parkin e Giddens é extensa, contudo uma revisão dos textos incluídos na publicação de Giddens e Held (1992) pode ser esclarecedora do pensamento desses autores.

ria que é a perspectiva do conflito e do antagonismo de interesses, intrínsecos às relações de classes no modelo capitalista. Recorde-se que a teoria marxista identificava duas classes polarizadas, capitalista e proletária, ou ainda, proprietária e não-proprietária dos meios de produção.

No entanto, diante da realidade da sociedade capitalista atual, na qual é possível reconhecer empiricamente a fragmentação da estrutura de classes e a expansão da classe média, a maior dificuldade a ser enfrentada pelos teóricos neomarxistas é manter a fidelidade aos conceitos de conflito, polarização e antagonismo das classes sociais, bem como à idéia de um movimento inexorável no sentido da proletarização das classes sociais não-capitalistas que teria como consequência necessária a revolução. A perspectiva dual das relações de classes impõe o problema de como tratar essas relações como polarizadas sendo que existem posições de classe não-polarizadas.

Surge então uma questão: se as relações de classes são polarizadas e, portanto, a estrutura de classes está cindida em classes antagônicas, qual o lugar da classe média?

A perspectiva de polarização das classes é desafiada pela complexificação da estrutura de classe capitalista, com a expansão de postos diversificados na classe média, ou ainda o que se convencionou chamar de white-collar. Além disso, o conceito de proletarização é desafiado pelo fato de as classes médias não estarem sendo substituídas, como ocorre com a classe operária, por novos métodos de produção que tornem seu trabalho mecânico e despersonalizado, o que é uma condição essencial para a definição de proletarização de uma classe. Das várias formas encontradas para lidar com essa restrição pode-se indicar como principal corrente teórica neomarxista aquela que não reconhece a classe média como uma classe, em lugar disso, percebe a classe média situada simultaneamente em mais de uma classe, da qual Wright tornou-se a maior expressão¹¹. Nesse sentido, as posições assumidas por essa classe, ou classes, são entendidas como posições contraditórias nas relações de classe.

Um exemplo são os administradores, que estão localizados, ao mesmo tempo, na classe trabalhadora e na classe capitalista. Isto porque são assalariados, mas também controlam a operação de produção e o trabalho de outros empregados. Além disso, devem-se considerar os trabalhadores com recursos credenciais que, se por um lado são explorados pelos proprietários do capital, por outro são exploradores dos trabalhadores não-qualificados por se beneficiarem da escassez de pro-

fissionais qualificados, criada pela limitação do acesso à educação e treinamento.

É esta a maior contribuição de Erik Olin Wright à teoria marxista de classes, defendida em sua tese de doutorado publicada em 1976 quando propõe seu primeiro esquema de classes, ou mapa de classes, como ele mesmo denomina. Este tem a seguinte estrutura:

- 1 — Burguesia capitalista tradicional
- 2 — Posição quasi-contraditória: alto executivo de empresas
- 3 — Posição contraditória: gerentes de alto nível
- 4 — Posição contraditória: gerentes de nível médio
- 5 — Posição contraditória: tecnocratas
- 6 — Posição contraditória: supervisores (capataz)
- 7 — Proletariado
- 8 — Posição contraditória: trabalhadores semi-autônômos
- 9 — Pequena burguesia
- 10 — Pequenos empregadores

Em 1985 ele faz uma revisão crítica de sua teoria no livro *Classes*, reconhecendo que seu conceito de posições contraditórias de classes não é fiel ao eixo conceitual da teoria marxista, por basear-se quase que exclusivamente na idéia de dominação em vez de exploração que é o conceito-chave para explicar as relações entre posições de classes e interesses de classes, e o consequente conflito gerado aí. Segundo Wright, o conceito de dominação não implica conflito de interesses dos atores como membros de classes, mas refere-se a qualquer situação de opressão.

Assim, ao resgatar, apoiado no trabalho de Roemer (1982), o conceito de exploração, ele recupera a idéia central da teoria marxista de que as classes possuem interesses objetivos, recuperando, portanto, a vocação da teoria de classes como teoria do conflito.

Exploração, ao contrário de dominação, implica intrinsecamente um conjunto de interesses materiais. Se nós queremos reter algum sentido no qual os interesses dos indivíduos como membros de classes não são simplesmente quaisquer interesses que esses indivíduos têm subjetivamente, então a mudança para um conceito domination-centered torna isto mais difícil (Wright, 1989: 5).

¹¹ Erik Olin Wright é sociólogo neomarxista cuja obra tem como principal objetivo a sistematização e conceitualização de uma tipologia de classes para ser utilizada em estudos empíricos. Assim, ele busca dar ao marxismo, que vem sendo extensivamente tratado teoricamente, também um estatuto empírico.

A nova classificação proposta por Wright (1989) está representada abaixo:

Proprietários dos meios de produção	Não-proprietários (trabalhadores assalariados)			
Tem capital suficiente para empregar e não trabalhar	1. Burguesia	4. Administradores e gerentes credenciados	7. Administradores semicredenciados	10. Gerentes não-credenciados
Tem capital suficiente para empregar mas deve trabalhar	2. Pequenos empregadores	5. Supervisores credenciados	8. Supervisores semicredenciados	11. Supervisores não-credenciados
Tem capital suficiente para trabalhar por conta própria mas não tem empregados	3. Pequena burguesia	6. Não-gerentes credenciados	9. Trabalhadores semicredenciados	12. Proletários

O segundo mapa de classes de Wright deve ser lido através de duas divisões básicas: a primeira entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção; a segunda supõe divisões internas, os proprietários dividem-se entre os que possuem e não possuem empregados, e os não-proprietários dividem-se segundo os tipos de credenciais e posição na organização. Os proprietários compõem três estratos definidos de acordo com o emprego ou não de trabalhadores e também com o número de trabalhadores empregados. Os não-proprietários estão divididos em nove estratos; três deles referem-se aos administradores divididos entre especialistas, semicredenciados e não-credenciados; supervisores, também divididos em especialistas, semicredenciados e não-credenciados; e, por fim, especialistas não-administradores, trabalhadores não-credenciados e proletários.

Como se pode observar, há três eixos que definem seu "mapa": recursos nos meios de produção, recursos organizacionais e recursos credenciais/qualificações, calcados na idéia de propriedade, posição na organização, no que concerne ao controle sobre o próprio trabalho e ao controle sobre o trabalho de outros, e credenciamento/treinamento. Deve-se considerar que estes conceitos estão intimamente vinculados aos de posição de mercado e posição de emprego introduzidos e defendidos por neoweberianos¹², e até mesmo ao próprio conceito weberiano de skills.

A aplicação do esquema das classes de Wright pode ser encontrada no trabalho em que ele utiliza a análise de mobilidade para examinar as diferenças nos graus de permeabilidade intergeracional em três fronteiras de classe: propriedade, autoridade e qualificação (Western e Wright, 1994), que corresponde aos três eixos sobre os quais construiu seu segundo mapa

¹² Lockwood, Goldthorpe, Blackburn, entre outros.

de classes. Para tanto, os autores aplicam modelos log-lineares topológicos aos dados de mobilidade intergeracional de quatro países, EUA, Canadá, Noruega e Suécia, usando uma classificação composta de sete classes: empregadores, pequena burguesia, administradores-especialistas, administradores, profissionais, semiprofissionais e trabalhadores.

Western e Wright concluem que a fronteira de autoridade é a mais permeável. Nos EUA e Canadá a fronteira de propriedade é a menos permeável, enquanto nos países europeus não há diferença significativa no grau de permeabilidade das fronteiras de propriedade e qualificação. Segundo eles, essas conclusões corroboram a teoria marxista, uma vez que a propriedade assume o papel de principal definidor das diferenças de classes. Essa perspectiva é ainda reforçada pelo fato de as fronteiras de classe entre trabalhadores e proprietários serem menos permeáveis do que seria previsto utilizando um modelo que englobe a adição da permeabilidade das três dimensões em questão.

A guinada conceitual dada por Wright ao abandonar o conceito de dominação pelo de exploração é criticada por Miliband (1993), na medida em que a exploração é o principal objetivo da dominação, embora não seja o único, já que existem formas de dominação, como já havia sido posto por Wright, que não têm como objetivo a expropriação do trabalho excedente (surplus labour)¹³. Segundo ele, "Exploração é de importância crucial, mas é a dominação que a torna possível" (1993: 328). Além disso, Miliband encontra vantagens em manter a perspectiva da dominação, principalmente por ter uma dimensão mais abrangente e inclusiva que coloca as relações de classes num contexto mais amplo que o puramente econômico. Assim, reconhece na classe trabalhadora divisões não só em termos de ocupação, mas também de gênero, raça, etnia, religião ideologia etc.

Além disso, não está longe de críticas a teoria de posições contraditórias de classe, apresentada por Wright como solução para o impasse criado pela existência de classes intermediárias não polarizadas que surgiram na esteira do capitalismo do século XX. Esta perspectiva é questionável, mesmo com a revisão que o levou ao redirecionamento de sua análise para um quadro conceitual calcado na idéia de exploração; quadro este que é a base para a definição da estrutura das relações de classes. Isto porque a exploração capitalista implica a noção de apropriação da força de trabalho de uma classe por outra classe; o que não corresponde ao tipo de relação entre especialistas e não-especialistas. Mesmo considerando, como Wright, que indivíduos com qualificações e credenciais têm uma remuneração superior aos custos da produção dessas qualificações, torna-se difícil derivar daí a idéia de que existe exploração nas relações de produção entre especialistas e não-especialistas.

¹³ Miliband cita o patriarcalismo como uma dessas formas de dominação que não têm conteúdo de apropriação do valor excedente do trabalho.

Wright defende que os recursos organizacionais e as qualificações/credenciais são formas de exploração, embora secundárias, e também bases do antagonismo das relações de classes. No entanto, esta perspectiva pode ser questionada, uma vez que recursos organizacionais e credenciais estão vinculados às distinções no nível técnico e aos aspectos de autoridade e controle do trabalho.

Assim, a desigualdade nos recursos organizacionais e de qualificações/credenciais não é a base das relações de exploração, mas está relacionada a diferenças na divisão técnica do trabalho ou nas relações de autoridade entre a(s) classe(s) não-proprietária(s) (Edgell, 1993: 26).

Uma das críticas mais comuns à teoria de classes de Wright é que, apesar de seu intento de manter-se fiel ao marxismo, suas soluções para inserir as questões trazidas pelo capitalismo moderno no contexto teórico de Marx acabam por aproximar-se da conceituação de Weber e das teses defendidas por sociólogos neoweberianos¹⁴. A inclusão do credencialismo e dos recursos organizacionais como bases para a definição e diferenciação entre os estratos não-proprietários pode ser diretamente associada ao que neoweberianos definem como situação de mercado e situação de trabalho. Wright incorpora, assim, a idéia de Weber de que a posição de classe dos que não possuem propriedade é definida de acordo com o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado. Weber já destacava a crescente demanda por qualificação e credenciamento criada pelo processo de burocratização no capitalismo.

Wright, ao tentar operacionalizar um esquema de classes que trouxesse a teoria de Marx para o plano empírico, teve de lidar com as dificuldades enfrentadas pela teoria marxista em explicar a complexa estrutura de classes das sociedades capitalistas atuais. Como solução, apresenta um esquema de classes que muito se aproxima da conceituação weberiana, reforçando o argumento de que a teoria de conflito de Marx não deu conta da adaptação do capitalismo às novas formas de divisão do trabalho e estratificação que permite, assim, sua sobrevivência e impõe dificuldades à superação deste modelo.

John H. Goldthorpe é hoje um dos mais influentes sociólogos, sua produção na área de mobilidade é extensa e suas análises podem ser con-

¹⁴ Giddens (1985), Carter (1986), Rose e Marshall (1989) apresentam uma avaliação crítica dos conceitos desenvolvidos por Wright em *Classes* (1985), no sentido de que seu esquema de classes representa um afastamento da teoria de Marx em direção à teoria de Weber. "Marxistas agora sabem o que não-marxistas há muito já sabiam, isto é, que formação de classes não é dada pela estrutura, mas que há uma 'complexa e contingente ... relação entre estrutura de classes e formação de classe' (p. 4). É interessante que marxistas assim como Wright tenham chegado a essas conclusões usando suas próprias versões do tipo de teorias de middle-range há muito usadas por neoweberianos" (Rose e Marshall, 1989).

sideradas como referência obrigatória nos estudos de classes. Atualmente ele coordena um projeto de análises de mobilidade cross-national, que envolve diversos países europeus, denominado CSMIM (Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Societies). O rótulo de sociólogo neoweberiano, ou ainda left-weberian, tem sido consistentemente recusado por Goldthorpe; contudo, a teoria que informa a construção de seus esquemas de classes tem raízes evidentes na obra de Weber, confirmadas por suas referências às já clássicas definições de posição de mercado e posição de trabalho elaboradas por Lockwood, um weberiano confesso com quem trabalhou na década de 60.

O esquema teórico de classes de Goldthorpe, como a grande maioria dos esquemas deste tipo, baseia-se na estrutura ocupacional. E para defini-lo ele se apropria de dois conceitos-chave emprestados da teoria de Lockwood (1958) que são: posição de mercado e posição de trabalho. Em *The Blackcoated Worker*, Lockwood define três conceitos que ganharam dimensões expressivas nos estudos de classes: (a) *situação de mercado*, que indica a posição econômica, em termos de probabilidade de ser inserido no mercado de trabalho; treinamento, qualificações e experiências oferecidas no mercado; grau de segurança (estabilidade); oportunidade de mobilidade ascendente e recompensas materiais tais como salário, renda ou outras; (b) *situação de trabalho*, que inclui o conjunto de relações nas quais o indivíduo está envolvido em seu emprego em virtude da posição que ocupa na divisão do trabalho; e (c) *situação de status*, que corresponde à posição na hierarquia de prestígio da sociedade como um todo.

Para definir sua classificação, Goldthorpe utiliza como elementos básicos para a agregação de categorias ocupacionais a posição de mercado, ou seja, a posição na estrutura econômica, e a posição de trabalho, entendida como a posição nas relações de produção. Em 1987, Goldthorpe desenvolveu sua primeira versão de sete classes, baseada na escala ocupacional de general desirability com 36 categorias desenvolvidas por ele e Hope em 1974 (Goldthorpe e Hope, 1974). Esta versão inclui categorias diferenciadas segundo sua função ocupacional e seu status de emprego, isto é, se empregador, empregado ou conta própria, estando esta dimensão já definida na escala Hope-Goldthorpe:

Assim nós combinamos categorias ocupacionais cujos membros poderiam parecer à luz de evidências disponíveis, ser tipicamente comparáveis, por um lado, em termos de seus recursos e níveis salariais, seu grau de seguridade econômica e chances de melhoria econômica (i.e. situação de mercado); e por outro lado, em suas posições dentro do sistema de autoridade e controle que governam o processo de produção no qual eles estão engajados (i.e. situação de trabalho) (Goldthorpe et alii, 1987: 40).

Seu esquema de classes está assim estruturado:

Classe I — Profissionais de alto nível, administradores e oficiais de alto nível; gerentes de grandes indústrias, e grandes proprietários.

Classe II — Profissionais de baixo nível, e técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços; e supervisores de trabalhadores não-manuais.

Classe III — Empregados no setor não-manual de rotina.

Classe IV — Pequenos proprietários e artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria.

Classe V — Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais.

Classe VI — Trabalhadores manuais qualificados na indústria.

Classe VII — Trabalhadores manuais semiquualificados ou sem qualificação e trabalhadores na agricultura.

Esse esquema é revisto com o objetivo de criar categorias compatíveis com o estudo de mobilidade comparada entre nações. E resulta também em sete classes:

Classes I e II — Profissionais, administradores e gerentes, técnicos de alto nível e supervisores de trabalhadores não-manuais.

Classe III — Trabalhadores no setor não-manual de rotina.

Classe IVab — Pequenos proprietários, artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria com ou sem empregados (exceto no setor primário).

Classe IVc — Fazendeiros e outros trabalhadores por conta própria no setor primário.

Classe V e VI — Técnicos de baixo nível, supervisores do trabalho manual e trabalhadores manuais qualificados.

Classe VIIa — Trabalhadores manuais semiquualificados ou sem qualificação (exceto do setor primário).

Classe VIIb — Trabalhadores na agricultura e outros trabalhadores do setor primário.

Uma das preocupações de Goldthorpe é enfatizar que seu esquema de classes tem uma dimensão relacional, não hierárquica: "Nosso esquema de classes não deve ser visto como tendo — ou não deve ser esperado que tenha — uma forma hierárquica consistente" (1987: 43). Contudo, seu objetivo principal não é desenvolver um esquema de classes; ao contrário, este é apenas um ponto de partida, embora essencial, para o estudo da mobilidade, uma vez que sua análise de classes se baseia na idéia de identidade demográfica de classe.

Aqui cabe uma citação, já que o conceito de identidade demográfica é melhor explicitado nas palavras do próprio Goldthorpe. Segundo a idéia de identidade demográfica, classes são vistas como "coletividades que são identificadas através do grau de continuidade com que, em consequência dos padrões de mobilidade e imobilidade de classe, seus membros estão associados com grupos particulares de posições no tempo" (1983: 467). E é o grau de identidade demográfica, isto é, de persistência e estabilidade na composição de uma classe que possibilita um grau de identificação e similaridade de interesses capaz de mobilizar a ação de classes nos planos político e social.

Como havia sido observado anteriormente, há muitas similaridades entre a teoria de classes marxista e weberiana e, mais especificamente, entre os esquemas de classe de neomarxistas e neoweberianos. As críticas feitas a Goldthorpe são, em grande medida, iguais àquelas feitas a Wright. A primeira delas é a de que o esquema de classes de Goldthorpe não pode ser exatamente considerado relacional, como ele define. Por relacional entende-se o esquema que inclui classes diametralmente opostas, supondo que uma classe obtém benefícios em detrimento da outra; já um esquema gradacional baseia-se numa estrutura de hierarquias em que as posições são classificadas comparativamente umas às outras entre baixas e altas. Deve-se reconhecer que o esquema de classes proposto por Goldthorpe inclui ambas as dimensões, relacional e gradacional, e esta mesma crítica aplica-se a Wright.

Outra crítica a Goldthorpe é que a distinção manual e não-manual que aparece como dimensão dominante na sua definição das classes é confusa. Ele posiciona ocupações não-manuais de rotina no nível intermediário de seu esquema de classes, mesmo considerando que algumas dessas ocupações têm características de blue-collar, em vista de suas posições de mercado e posições de trabalho. Isto é, são ocupações que não requerem qualificações, não têm perspectiva de promoção ou melhoria, e constituem, em grande medida, atividades mecânicas nas quais os trabalhadores não possuem autonomia ou controle sobre seu próprio trabalho; ao contrário, estão submetidos a estreita supervisão.

Esta crítica é dirigida, mais particularmente, por sociólogos envolvidos nas análises de gênero, que vêem no crescimento do número de mulheres no setor não-manual de rotina uma correspondente proletarianização dessas ocupações. Nesse sentido, a argumentação gira em torno da especificidade da estrutura de empregos das mulheres, na qual ocupações

feminilizadas na classe não-manual de rotina têm características de blue-collar. Dentro desse contexto, a classificação de Goldthorpe não parece apropriada para as análises de mobilidade e estratificação no que se refere às mulheres¹⁵. Contudo, é interessante destacar que a tese de proletarização do trabalho não-manual feminino tem sido amplamente contestada, uma vez que não é plenamente aceita sua validade empírica¹⁶.

Deve-se considerar que a divisão manual e não-manual é de extrema importância, e as ocupações não-manuais, mesmo consideradas de rotina e baixa qualificação têm, em geral, um componente de estabilidade e prestígio não encontrado nas ocupações manuais. Como enfatiza Lockwood (1958), trabalhadores não-manuais de rotina têm situação de mercado e situação de trabalho superior aos trabalhadores manuais, no que se refere às chances de vida.

Pode-se, ainda, apontar um grave problema no esquema de classes de Goldthorpe, o de não considerar a dimensão de propriedade na sua classificação das classes: service e intermediate. Neste sentido, ele ignora uma dimensão básica na divisão de classes, tanto na teoria weberiana como na marxista, que é a propriedade, reunindo, assim, numa mesma classe, proprietários e não-proprietários. Mesmo considerando que as posições na service class privam de certo grau de autonomia e controle, não se podem confundir aqueles que administram o capital, e portanto, servem ao capital ou à burocracia com os capitalistas. A classe denominada "service", serve ao capital, mas não é capitalista. Essa mesma limitação aparece na agregação das ocupações não-manuais de rotina com a pequena burguesia.

O debate entre neoweberianos e neomarxistas expõe as divergências entre essas duas teorias, mas obscurece suas similaridades. Em concreto, os conceitos marxista e weberiano de classes se sobrepõem, principalmente pela ênfase dada à propriedade como fator central e primário na divisão de classes. Essas semelhanças estão explícitas nas classificações de Goldthorpe e Wright, cujas divergências não excluem que ambas estejam construídas sobre elementos básicos, como propriedade, qualificações e força de trabalho.

A constatação de que o mapa de classes de Wright se aproxima da teoria weberiana, apesar de seus esforços em manter fidelidade à teoria marxista de conflito e exploração, baseia-se no fato de este reconhecer o papel relevante que credenciais, qualificações e recursos organizacionais exercem na estruturação das categorias. Na mesma medida, é possível reconhecer que o esquema de Goldthorpe engloba princípios da teoria mar-

¹⁵ Ver Heath, A. e Britten, N. (1984). Women's Job's do Make a Difference: A Reply to Goldthorpe. *Sociology*, 18. Payne, C. e Abbot, P. (1990). *The Social Mobility of Women: Beyond Male Mobility Models*. The Falmer Press, London.

¹⁶ Ver Rose, D.; Marshall, G.; Newby, H. e Vogler, C. (1987). Goodbye to supervisors? in *Work, Employment and Society*, 1 (1): 7-24. Goldthorpe, J.H. (1983). Women and Class Analysis: in defense of the conventional view, in *Sociology*, 17 (4). Goldthorpe, J.H. Women and Class Analysis: a reply to the replies, in *Sociology*, 18 (4).

xista no que diz respeito às relações de emprego, que levam à diferenciação dos empregadores, autônomos e empregados.

Os princípios de diferenciação que nós adotamos têm sido principalmente derivados de fontes clássicas, em particular, de Marx e Max Weber (Erikson e Goldthorpe, 1993: 37).

A influência das teorias marxista e weberiana na classificação de Goldthorpe é também reconhecida por Evans (1996):

Embora o esquema tenha sido às vezes caracterizado como "neoweberiano", ele parece mais corretamente considerado uma amálgama de principalmente — embora não exclusivamente — princípios marxistas e weberianos (1996: 230, nota 3).

Muito sumariamente é possível apontar três tradições nas análises de classe: a marxista, que está calçada basicamente na idéia de relações de produção e divide a estrutura em duas grandes classes em oposição; a weberiana, na qual classe é definida segundo recursos diferenciados que no mercado obtêm também recompensas diferenciadas; e a tradição funcionalista ou teoria de status, a qual não reconhece fronteiras de classes e, portanto, as recompensas se dão de acordo com a idéia de realização (achievement) e não de propriedade. Essa última tradição é amplamente adotada nos Estados Unidos da América, em que se baseia o importante trabalho de Blau e Duncan (1967), já um clássico nas análises de mobilidade. Contudo, desde que se dissociem os conceitos de classe e status, é possível questionar a validade de considerar esta perspectiva como teoria de classes.

A sociologia norte-americana privilegiou o status ocupacional, as possibilidades de aquisição e realização de status (status achievement) e a hierarquização das ocupações segundo seu grau de institucionalização e manutenção de valores da sociedade sobre as teorias de classe, sejam marxistas ou weberianas¹⁷. De forma simplificada, podem-se distinguir classe e status reconhecendo que classe está vinculada ao acesso a recompensas materiais que se refletem nas oportunidades de vida, enquanto status está relacionado ao acesso a recompensas simbólicas que se concretizam em diferenciais de estilos de vida. Cabe ressaltar que esses conceitos estão intrinsecamente relacionados na empiria, apesar dos esforços de alguns sociólogos em propagar a superioridade de um sobre outro. Bens simbólicos e materiais operam na realidade dentro de uma correlação direta e significativa.

Não se poderia deixar de citar o trabalho de Bourdieu, que introduz o conceito de espaço social entendido como um espaço multidimensional de

¹⁷ Waters (1991) enfatiza os pontos de convergência e divergência das análises de classe.

posições. Essas posições se definem segundo o capital que determina a alocação dos atores na distribuição de poder que, por sua vez, encerram as probabilidades de ganho nos diferentes campos. Ele reconhece, ainda, diversas formas de capital como o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico.

Para Bourdieu, as classes são uma formação de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, o que implica uma maior probabilidade de adotar atitudes e interesses semelhantes. Neste sentido, a sociologia pode ser entendida nos termos de topologia social, uma vez que é no espaço social que se distribuem essas posições e as distâncias que as separam. De acordo com Bourdieu (1989: 137): "O que existe é um espaço de relações, o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforço e sobretudo em tempo (...)"¹⁸.

O principal objetivo dessa discussão que precede a definição dos estratos é apresentar alguns aspectos das teorias marxistas e weberianas, suas divergências e principalmente suas similaridades, no sentido de avaliar os elementos que serão a base para a classificação aqui proposta. Ao buscar traduzir essas teorias em classificações direcionadas à aplicação empírica, Wright e Goldthorpe acabam por destacar características ocupacionais que estruturam seus esquemas de classes. São elas: propriedade, qualificação, treinamento, recursos organizacionais, autonomia e controle sobre o próprio trabalho e o trabalho de outros, rendimento e status de emprego. A classificação introduzida neste trabalho propõe a inclusão desses fatores, sempre que os dados permitirem essas distinções.

A classificação utilizada neste trabalho pode ser incluída entre o que se convencionou chamar classes ocupacionais, já que está baseada nas ocupações listadas na PNAD 1988. Nesse sentido, o esquema aqui apresentado é caracterizado como um esquema de classes ocupacionais¹⁹, na medida em que os dados apresentam limitações que não permitem o desenvolvimento de um esquema de classes teórico. Limitações tais como a ausência de informação sobre o status de emprego dos pais, ou seja, se os pais dos indivíduos entrevistados eram empregadores, empregados ou trabalhavam por conta própria. Contudo, deve ser entendido que a ocupação é hoje um dos principais indicadores da posição de classe dos indivíduos, e tem sido amplamente utilizada para definir esquemas de classes sociais, tanto entre neomarxistas como entre neweberianos.

¹⁸ Deve-se, ainda, considerar a atualidade da análise de Sping-Andersen (1993), que reconhece na sociedade atual um momento de transição no qual se dá a coexistência de duas estruturas, industrial e pós-industrial. Assim, as classes encontram-se numa conjunção que deriva da sobrevivência de elementos da estrutura fordista e da incorporação de elementos da estrutura pós-fordista: daí a convivência de duas estruturas de classes.

¹⁹ Crompton (1994) apresenta um panorama sobre as diversas formas de esquema de classes.

CAPÍTULO II

POR UMA CLASSIFICAÇÃO DE ESTRATOS

As análises de mobilidade têm como objetivo principal estabelecer os contornos da estrutura social definindo, através do estudo do delineamento e da reprodução das classes, as características do sistema de estratificação. Marx e Weber informaram de maneira diferente as atuais teorias de classes e, conseqüentemente, o processo de definição das relações e interações entre os estratos sociais. Neste capítulo busca-se estabelecer a forma da estrutura de estratos no Brasil a partir da construção de um modelo que permita deduzir o delineamento tanto das associações e interações, como dos bloqueios e isolamentos entre categorias ocupacionais.

A busca da definição de um esquema de classes termina por ser também a construção de uma teoria sobre os padrões de mobilidade que, em última instância, informa sobre os processos de formação de classes, reconhecendo nesse mesmo processo a estrutura social, com seus fluxos e barreiras. A proposta é apresentar uma classificação das categorias ocupacionais incluídas na PNAD 1988 em estratos sociais. No entanto, é importante ressaltar que a definição de um esquema de classes está fortemente relacionada aos objetivos da pesquisa e ao contexto conceitual em que ela se inscreve; neste caso o contexto adotado foi o chamado class structural por Erikson e Goldthorpe (1993).

As análises de mobilidade podem ser relacionadas a duas perspectivas, tradicionais e divergentes, que partem de contextos conceituais distintos, e informam não só a própria definição de mobilidade, como também a forma como ela é medida e observada. São eles: o contexto classe-estrutural e o contexto hierárquico. No contexto classe-estrutural a mobilidade é concebida como movimento entre posições de classe dentro de uma estrutura social; no contexto hierárquico a mobilidade é entendida como o movimento dentro de uma hierarquia social.

Para aqueles que seguem a primeira tradição, mobilidade se refere ao movimento entre posições sociais que são identificadas em termos de relações nos mercados de trabalho e unidades de produção; para os que seguem a segunda, mobilidade se refere ao movimento

de indivíduos entre grupos sociais ou agregados que são ranqueados de acordo com critérios tais como o prestígio de seus membros, status, recursos econômicos etc. (Erikson e Goldthorpe, 1993: 31).

Karl Marx e de John Stuart Mill podem ser apontados como exemplos dessas duas correntes divergentes, sendo a idéia de Karl Marx claramente classe-estrutural e a de Mill relacionada à hierarquia social. Embora Marx reconhecesse um fluxo constante de mudança na posição dos trabalhadores americanos, ele não reconhece aí nenhuma forma de mobilidade vertical, ou seja, de significativa ascendência social. Já Mill caracteriza como mobilidade o fluxo entre níveis nas posições de emprego, uma vez que fundamenta sua análise nas mudanças experimentadas pelos trabalhadores nas tarefas executadas e na estima social vinculada a elas. Nesse sentido, antecipa as teorias liberais²⁰.

Nesse ponto, é importante delimitar a opção teórica, justificando-a com base nos objetivos da análise de mobilidade feita neste livro e apontando suas implicações metodológicas e analíticas. A opção foi por não utilizar escalas de prestígio ocupacional, relacionadas a uma perspectiva hierárquica da construção de um esquema de classes, mas sim buscar estabelecer uma classificação das ocupações considerando a situação de mercado e a situação de trabalho dessas categorias. Assim, busca-se captar a posição das categorias na estrutura de classes sem a preocupação em posicioná-las num ranking de prestígio.

O objetivo é definir uma classificação baseada no aspecto relacional dessas categorias dentro da estrutura do mercado de trabalho. Como Goldthorpe e Hope (1974) concluíram, nas pesquisas cujo objetivo é a construção de uma escala de prestígio ocupacional, indivíduos que são entrevistados para ordenar ocupações segundo seu prestígio, na realidade usam um marco de referência baseada nos atributos que eles percebem como relevantes para as posições das ocupações na estrutura do mercado de trabalho. Esses marcos de referência resultam antes de atributos ocupacionais objetivos, relativos aos requerimentos para o emprego ou suas recompensas, do que de indicações simbólicas de status social.

O fato de ter optado pelo contexto classe-estrutural, e não pelo contexto hierárquico, não exclui a classificação dos estratos segundo algum critério de hierarquização.

Na realidade, estudos específicos de mobilidade podem nem sempre se encaixar exatamente em uma ou outra dessas duas tradições. Alguns pesquisadores parecem oscilar entre um contexto classe-estrutural e um contexto hierárquico mais ou menos inconscientemente,

²⁰ Para aprofundar essa discussão, ver Erikson e Goldthorpe (1993).

enquanto outros têm procurado deliberadamente trabalhar nos dois. Porém, podemos dizer que em qualquer estudo individual uma das duas perspectivas conceituais tende a ser dominante; e isto é, na nossa opinião, esperado, já que as duas perspectivas estão dirigidas ao tratamento de conjuntos de problemas diferentes, mesmo que coincidentes (Erikson e Goldthorpe, 1993: 29).

No entanto, vale deixar claro que a classificação aqui utilizada não pode ser vista como uma hierarquia de prestígio, mas sim como uma classificação na qual são reunidos na mesma categoria trabalhadores que compartilham situações de mercado e de trabalho semelhantes; assim, a classificação dos estratos está inscrita num contexto relacional, uma vez que se encontram posicionados uns em relação aos outros. Essa diferenciação resume as divergências e similaridades existentes na estrutura do mercado de trabalho.

É relevante esclarecer a definição de classe adotada neste estudo. Aqui classe é definida segundo o conceito weberiano de grupos de pessoas que partilham a mesma posição de classe. Desta forma, a idéia de situação de classe está inscrita no contexto de oportunidades de vida baseada nos meios disponíveis de obter ganhos dentro de uma determinada ordem econômica, seja através de bens ou de qualificações. Tratando este conceito de classe segundo a ótica da mobilidade social, tem-se que grupos de indivíduos estão posicionados na mesma situação de classe e portanto compartilham oportunidades de vida que são determinadas, em última instância, pelos atributos negociáveis dentro da esfera econômica, sejam eles propriedades ou qualificações.

Essa correlação entre os atributos oferecidos no mercado de trabalho e a posição de classe leva à conclusão de que são as oportunidades no mercado que definem as oportunidades de vida dos indivíduos, entendidas no sentido de condições externas. O que faz Weber afirmar que "Situação de classe é, neste sentido, em última instância, situação de mercado" (Weber, 1977: 182).

A relação entre as análises de mobilidade e a definição weberiana de classe pode ser deduzida diretamente²¹. Mobilidade social lida com as oportunidades de movimento no contexto do mercado de trabalho, e portanto com a mudança nas posições de classe. Uma vez esclarecida a conceituação de classe, é possível retomar a discussão em torno dos contextos conceituais de mobilidade social.

A opção por um contexto conceitual está longe de ser inequívoca, uma vez que se deve reconhecer a natureza controvertida do próprio conceito de classe, e as inúmeras possibilidades de arranjos das ocupações num es-

²¹ Cabe rever a relação estabelecida por Weber entre classes e posições de classe, que coloca a mobilidade ou o movimento entre posições de classe, no centro da definição das classes sociais. Assim, as classes sociais são formadas por aquelas posições de classe entre as quais o fluxo de troca é frequente

quema de categorias. Assim, não há uma fórmula incontestável para definir um esquema de classes, que segue os objetivos da pesquisa, isto é, deve se ajustar aos propósitos de sua aplicação. Dessa forma, o esquema de classes deve possuir uma base teórica que, em última instância, serve aos objetivos da pesquisa e o dota de uma medida de consistência interna. A definição desses estratos baseia-se fundamentalmente em elementos que aparecem como relevantes para ao mesmo tempo exprimir e capturar as características da mobilidade e da estrutura social brasileiras.

Por outro lado, deve-se considerar que a classificação também está exposta às limitações dos dados disponíveis. Dessa forma, a definição das classes sociais segue um modelo que é, em última instância, determinado pela própria razão teórica do estudo de mobilidade e deve, portanto, conter os elementos relevantes para essas análises, incluindo distinções entre características básicas na estrutura de posições, tais como: propriedade/não-propriedade, urbano/rural, qualificação/não-qualificação, controle/não-controle, autonomia/não-autonomia, manual/não-manual, entre outras.

Para a definição das categorias, as análises de dados foram feitas em duas etapas. A primeira, com o uso de técnicas de análises de conglomerados (cluster analysis), tem como meta realizar estudos de caráter exploratório ou descritivo, no sentido de reunir categorias segundo semelhanças nos níveis de rendimentos e de educação. E, assim, definir os estratos em concordância com critérios empíricos objetivos. Numa segunda fase, as análises log-lineares da tabela de mobilidade total permitirão o ajuste de um modelo que melhor representa a estrutura de classes no Brasil, seguindo-se a redução do número de categorias até um nível mínimo significativo e representante dos padrões de inserção e exclusão que caracterizam as relações entre os estratos e estão explicitadas no processo de mobilidade social. Aqui, critérios teóricos de reconhecimento da divisão da estrutura social serão utilizados, recorrendo aos elementos que caracterizam essas polaridades e já foram citados²².

Indicar um esquema de classes em que as diferenças entre estratos sejam significativas e claras é importante não somente para o conhecimento dos padrões de mobilidade, como também para a mensuração dos fluxos de movimentação entre as categorias, uma vez que parte daí a própria definição de quem é móvel ou não. Uma questão que surge é: um médico filho de dentista é móvel? E um auxiliar de contabilidade que é filho de técnico em química experimentou mobilidade ascendente?

A definição de mobilidade é complexa, e, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o problema principal desse tipo de análise não é tanto a construção de uma escala hierárquica de estratos, mas de um esquema que considere o aspecto relacional das classes, incluindo especial-

²² Os elementos aqui referidos, e que serão citados com frequência neste capítulo, são as divisões entre proprietários e não-proprietários, setores urbano e rural, manual e não-manual, trabalho qualificado e não-qualificado, além das distinções entre posições de emprego que inserem autonomia e controle sobre outros.

mente as distinções das situações de trabalho. Nesse sentido, é importante que as polaridades existentes nas divisões dos estratos sociais sejam incluídas e informem teoricamente a determinação do esquema de classes. É, também, indispensável frisar que a definição de uma classificação ocupacional implica decisões baseadas em considerações teóricas que podem estar, em alguma medida, apoiadas em análises empíricas. Deve-se enfatizar, ainda, a importância de contemplar as especificidades da estrutura da sociedade que está sendo estudada.

Nesse sentido é indispensável retomar a discussão sobre estratificação e estrutura social no Brasil, a fim de substanciar a análise do modelo, que expressará, em última instância, a estrutura de estratificação e os padrões de mudança que desenham o perfil da organização dos estratos na sociedade brasileira.

1. Estratificação e estrutura social no Brasil

Aqui não se tem como proposta, ou sequer a pretensão, de fazer um estudo extensivo da bibliografia brasileira envolvida na discussão sobre estratificação. O que se propõe é uma breve apresentação da forma da estruturação de nossa sociedade no sentido de informar a análise do modelo de mobilidade aqui desenvolvido.

A literatura sociológica brasileira é carente de estudos sobre mobilidade social; algumas vezes encontram-se trabalhos desenvolvidos por economistas, mas destinados à análise da mobilidade de renda. Entre os poucos trabalhos existentes na área destacam-se aqueles apresentados por José Pastore (1979, 1990, 1991, 1993) que se dedica a quantificar a mobilidade e analisar processos de status attainment, utilizando índices de mobilidade e métodos de regressão. Este livro diferencia-se dos estudos anteriores por propor a análise da mobilidade brasileira dentro do contexto classe-estrutural, o que supõe dissimilaridades não só teóricas como metodológicas, pois requer aplicação de modelos log-lineares topológicos.

Nesse ponto, é interessante remeter-se aos primeiros anos da República, quando o Brasil vive seu primeiro surto industrial, correspondendo portanto a uma etapa de mudança social significativa. Vários fatores contribuíram para esta mudança, e Brandão Lopes (1971) ressaltou alguns deles aqui relacionados:

(1) A constituição de mercados para produtos industriais como os da região de São Paulo-Rio (economia cafeeira); da Zona da Mata ao redor de Recife (economia açucareira), e do Sul (agropecuária).

(2) A Abolição de 1888 e a imigração europeia, que foram determinantes tanto na formação de mercado interno como na constituição de mão-de-obra aproveitável na indústria. É preciso salientar, entretanto, que o fim da escravidão não correspondeu à substituição imediata do trabalho es-

cravo pelo sistema contratual capitalista. Relações servis de trabalho predominaram por muito tempo, especialmente no setor rural.

(3) As medidas de proteção tarifária, financeiras e creditícias tomadas pelo Governo Republicano.

Alguns autores, entre eles Gilberto Freyre (1974 e 1977), Oliveira Vianna (1956 e 1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1987), apresentam a Abolição de 1888 como um marco na transformação do sistema econômico brasileiro, cuja principal consequência foi remodelar a mão-de-obra através da substituição do escravo pelo imigrante europeu, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Freyre e Vianna chegam mesmo a apontar a Abolição como a principal causa de mudanças na estrutura social brasileira, responsável pela decadência da economia açucareira e o deslocamento da população rural para os centros urbanos. No entanto, é preciso ressaltar que a causa do esvaziamento do Nordeste de mão-de-obra escrava não foi propriamente a Abolição, mas o fim do tráfico internacional de escravos e a queda do açúcar como produto exportador, resultando no empobrecimento da região. Soma-se a isto o crescimento da economia cafeeira, cujo apogeu correspondeu ao fim do Império, paralelamente à decadência da economia açucareira, o que esvaziou o Norte do país. As dificuldades dessa região em manter os escravos no período da Abolição e introduzir o trabalhador imigrante com a implantação do sistema de trabalho assalariado se contrapunham ao auge do ciclo do café, absorvendo a mão-de-obra europeia e provocando a transferência dos escravos do Norte para o Sul.

Deve-se, portanto, lembrar que os dados apresentados por Hasenbalg (1979) demonstram que a substituição de escravos por trabalhadores livres não se deu através de uma ruptura, mas sim de um processo de longa duração. Os dados registram que em 1872 a população negra livre somava 74%, subindo para aproximadamente 90% em 1887, véspera da Abolição. É necessário, ainda, salientar que as mudanças ocorridas na produção agrária e industrial com a substituição de mão-de-obra escrava e negra por trabalhadores imigrantes brancos e livres foi um fenômeno restrito ao centro-sul, e mais especificamente a São Paulo. Nas demais regiões do país sobreviveram as relações de servidão e dependência que caracterizaram o patriarcalismo, e não as relações contratuais de trabalho.

Na República, o desejo de expansão industrial provocou o deslocamento de capital do trabalho agrícola para a atividade industrial, reforçando a substituição do auxílio à lavoura pelo auxílio às indústrias; dessa forma, o protecionismo às indústrias aparece como um traço característico da situação brasileira nos primeiros anos da República. Freyre (1974) destaca que nos primeiros anos da República não havia uma concentração industrial e urbana, mas a política de protecionismo acarretou a centralização industrial-urbanística no eixo Rio-São Paulo. A capacidade demonstrada pela produção cafeeira de absorção de mão-de-obra e de desenvolvimento da exportação favoreceu o surgimento de indústrias, fe-

nômeno que pode ser atribuído à constituição de um forte mercado para produtos industrializados.

É indispensável, no entanto, observar que as relações de trabalho no Brasil do início do século XX eram marcadas pelo traço do patriarcalismo, e a experiência de São Paulo não pode ser generalizada para todo o país, que permaneceu essencialmente rural. Até os anos 50 o Brasil foi um país mergulhado na vida rural com apenas 38,8% da população total vivendo em cidades com mais de 50 mil habitantes (Brandão Lopes, 1971). A industrialização ainda não estava consolidada e as relações de trabalho figuravam em padrões tradicionais. A urbanização estava restrita a algumas regiões, e eram as atividades agrícola e pastoril que se estendiam pela maior parte do território. Vitor Nunes Leal (1975) chama atenção ainda para a alta concentração fundiária, com 73,1% do total da área rural pertencendo a grandes proprietários que correspondiam a apenas 7,8% do número total de proprietários rurais²³.

As três décadas que compreendem 1960 a 1980 foram marcadas por profundas mudanças na estrutura social do Brasil, devidas ao expressivo crescimento econômico e industrial e ao processo de urbanização. Desde o fim dos anos 60 até a metade dos 70 o país experimenta um aumento substancial no produto interno bruto e a migração do setor rural para o urbano. Em 1960 a população rural era 55% do total, já em 1970 decresce para 44%, chegando em 1980 a 32%. O setor primário, que contava com 54% da PEA (População Economicamente Ativa) em 1960, em 1980 registra apenas 30%. Já os setores secundário e terciário crescem de 13% e 33% em 1960 para 24% e 46%, respectivamente²⁴.

Hasenbalg e Valle Silva (1988) enfatizam que o crescimento do setor terciário foi acompanhado também por uma modificação de sua distribuição interna, uma vez que cresce o número de pessoas empregadas em serviços de produção e consumo coletivo, crescimento este acompanhado pela retração do setor de consumo individual. Destaca-se, ainda, que neste período ocorreu uma expansão significativa das relações capitalistas de trabalho, com o aumento do número de trabalhadores formalmente empregados, que em 1960 representavam uma proporção de 48% subindo em 1980 para 67%. Entretanto, em 1990 houve uma queda de 3,1% na ocupação formal²⁵, elevando, assim, o número de trabalhadores no mercado informal. As perdas mais expressivas foram nas indústrias de transformação: dos 1.847 mil postos de trabalho perdidos, 980 mil correspondem a este setor.

²³ Esses dados foram extraídos do censo agrícola de 1940, e Vitor Nunes Leal caracteriza como grandes proprietários rurais aqueles que possuíam fazendas com 200 hectares ou mais.

²⁴ Esses dados foram apresentados por Hasenbalg e Valle Silva em *Estrutura Social, Mobilidade e Raça* (1988).

²⁵ Dados do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ver em *Brasil: Indicadores Sociais* Relatório Interno coordenado por Solon Magalhães Vianna (novembro de 1992).

Também o crescimento da participação feminina na força de trabalho marca estes 20 anos, com o aumento de 10% na proporção da PEA feminina em relação à PEA total. Outra característica são as altas taxas de mobilidade, destacando-se, particularmente, o movimento dos diversos estratos matris em direção ao setor não-manual urbano, provocado pelo processo de burocratização experimentado nessas duas décadas. No entanto, é importante considerar que as mudanças positivas ocorridas na estrutura econômica e de emprego no Brasil não impedem que o país apresente elevados índices de desigualdade social, ocupando a posição de segundo país com a pior distribuição de renda²⁶. Os dados de 1990 mostram que 14,4 milhões de famílias brasileiras se encontram em condição de pobreza, conceito que engloba famílias com rendimento per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo. Em 1997, o índice GINI tem variado em torno de 0,6²⁷.

Na definição dos estratos devem-se considerar, além do contexto conceitual adotado na pesquisa, as especificidades da estrutura da sociedade em questão. Por essa razão, para a análise da mobilidade brasileira é interessante que se tomem como base classificações da literatura nacional, mesmo considerando que é indispensável ajustá-las para que se adaptem ao objetivo deste estudo. Pastore (1979 e 1988) utiliza um esquema hierárquico, no qual as categorias podem ser perfeitamente qualificadas como grupos de status socioeconômicos. Além disso, ou mesmo por essa razão, seu esquema não contempla dimensões relevantes para o estudo de classes, tais como propriedade, credenciais, autonomia e outros fatores relacionados ao conceito de situação de trabalho.

Nesse sentido, a perspectiva classe estrutural estaria melhor representada em um esquema classificatório realizado por Valle Silva (1992) que agrupa as 342 ocupações da PNAD 1988 em 18 categorias ocupacionais. Essa classificação, além de considerar as especificidades da estrutura de emprego brasileira, o que não pode ser deduzido a partir das classificações internacionais, baseia-se no critério de diferenciação das posições de mercado das ocupações, sendo esta uma dimensão importante no escopo da posição teórica aqui adotada.

Os critérios teóricos adotados por Valle Silva para o agrupamento das ocupações foram substanciados na homogeneidade das posições de mercado e de trabalho entre elas. Para tanto, incorporou eixos significativos para a identificação de semelhanças e diferenças entre as categorias como a dicotomia entre setores rural e urbano, setores manual e não-manual, setores de serviços (terciário) e industriais (secundário). No setor industrial foi feita, ainda, a distinção entre as indústrias modernas e tradicionais, considerando-se as primeiras mais competitivas com situação de mercado e pro-

teção social diferenciadas. No grupo manual urbano, Valle Silva destacou o de vendedores ambulantes e empregados domésticos. No setor não-manual, foram distinguidas as ocupações técnicas das administrativas, diferenciando dentro do primeiro grupo aquelas referentes a profissões liberais clássicas (Engenharia, Medicina, Direito e Economia). Nas administrativas separaram-se aquelas referidas às funções de propriedade (proprietários empregadores e por conta própria) das assalariadas. Estas últimas foram especificadas de acordo com o nível de supervisão. Esta classificação foi também utilizada por Hasenbalg (1993) na análise dos dados da PNAD 1988 para brancos e negros.

As categorias ocupacionais são:

- 1 — Profissionais liberais
- 2 — Dirigentes e administradores de alto nível
- 3 — Profissionais
- 4 — Funções administrativas (Execução)
- 5 — Não-manual de rotina e funções de escritório
- 6 — Proprietários (empregadores) na indústria, comércio e serviços
- 7 — Empresários por conta própria (sem empregados)
- 8 — Técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual
- 9 — Trabalhadores manuais em indústrias modernas
- 10 — Trabalhadores manuais em indústrias tradicionais
- 11 — Trabalhadores manuais em serviços em geral
- 12 — Trabalhadores no serviço doméstico
- 13 — Vendedores ambulantes
- 14 — Artesãos
- 15 — Proprietários (empregadores) no setor primário
- 16 — Técnicos e administradores no setor primário
- 17 — Produtores agrícolas autônomos
- 18 — Trabalhadores rurais

Entretanto, a utilização direta dessas para o estudo da mobilidade social torna-se extremamente complexa, já que, com 18 estratos ocupacionais, a tabela cruzada resultaria em 324 células, o que implica dificuldades de operacionalização e de análise, aumentando a frequência de células contendo zero amostral²⁸. E mesmo entendendo que a redução do número de categorias resulta em perda de informação, uma vez que a classificação mais refinada é também mais estratificada e inclusiva, englobando uma extensão maior de posições na estrutura de emprego. Assim, a redefinição

²⁶ Esta observação baseia-se na comparação dos índices GINI para diversos países.

²⁷ O índice GINI varia de 0 a 1, sendo 0,6 um valor significativamente alto.

²⁸ O conceito de zero amostral é utilizado na estatística para definir as células que não registram nenhuma informação, mantendo a idéia de que essa ausência de informação se deve ao próprio processo amostral, uma vez que a ausência daquela informação na amostra não significa que não exista aquela informação na população.

de categorias ocupacionais impõe não somente a questão de quais categorias agregar, como também até que ponto a opção por uma classificação mais "econômica" acarreta perda de informação relevante.

Para lidar com essas duas questões é imprescindível dar especial atenção aos elementos teóricos que informam os estudos de classes e de mercado de trabalho, considerando os aspectos básicos da diferenciação nas posições de classe e situações de emprego; em especial as divisões entre proprietários e não-proprietários, setores manual e não-manual, setores rural e urbano, estes incluindo também uma especificidade de distribuição no espaço geográfico, além de divisões mais refinadas que têm se constituído em uma característica cada vez mais importante na estrutura de estratificação, que é o caso da diferenciação entre trabalho qualificado e não-qualificado, e também das posições de trabalho que se caracterizam pela autonomia, autoridade e controle sobre o próprio trabalho e/ou o trabalho de outros.

A solução para o problema de combinar categorias sem perder informações relevantes foi proposta no método introduzido por Goodman em 1981 e adotado por Hout em 1989. Goodman apresenta um processo para agregar linhas e colunas de uma tabela de contingência através da aplicação do modelo log-linear de quase-independência. O que está sendo testado é se o agrupamento de duas categorias altera significativamente os parâmetros do modelo de associação.

Esse procedimento se enquadra perfeitamente no caso das tabelas de mobilidade, especialmente se considerada a perspectiva weberiana que reconhece uma classe social como sendo formada por posições de classe entre as quais há fluxo, intrageracional ou intergeracional, constante e freqüente.

(...) classe social é a totalidade daquelas situações de classe entre as quais uma mudança, seja pessoal, seja na sucessão das gerações, é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente (Weber, 1991: 198).

Dessa forma, uma vez que a diferença na distribuição de duas categorias de origem entre as demais categorias de destinos não são estatisticamente significantes, pode-se dizer que as duas categorias de origem apresentam um mesmo padrão de mobilidade. Em outras palavras, seus processos de mobilidade não são significativamente diferentes. Mais especificamente, buscam-se agregar categorias que, partindo de origens diferentes demonstram ter trajetórias e se distribuírem igualmente entre as categorias de destino.

Os métodos escolhidos para a determinação da classificação das ocupações em estratos obedeceram ao critério do interesse principal deste trabalho, ou seja, a análise da mobilidade social, submetendo, assim, o método à teoria. Nesse sentido, a teoria e os fundamentos substantivos precedem a técnica estatística, embora a metodologia utilizada busque seguir a

rigidez e atualidade das técnicas mais apropriadas a esse tipo de análise. O método de agregação de categorias proposto por Goodman (1981) mostra-se bastante adequado ao objeto aqui tratado, uma vez que está centrado na própria idéia dos padrões de mobilidade como o princípio para determinação de semelhanças e diferenças entre categorias.

O objetivo é combinar categorias sem perder informações relevantes sobre as características e os padrões de mobilidade no Brasil. O método de Goodman consiste, precisamente, em testar a significância estatística do novo esquema de categorias, e só estabelecer a agregação de duas categorias quando a diferença entre o padrão de mobilidade delas não é significativamente diferente de zero. O que está sendo testado, em última instância, é a hipótese nula de não-diferença na distribuição das categorias em questão dentro da tabela de mobilidade. O suposto básico é de que, uma vez aceita a hipótese de não-diferença estatística, pode-se proceder à combinação das categorias sem perda de informação relevante sobre o processo de mobilidade.

As análises de conglomerados servem como ponto de partida e análise exploratória para estabelecer as similaridades nos níveis de renda e educação das categorias, considerando-se que estes fatores são relevantes para a posição dos grupos na estrutura ocupacional. Os dados utilizados são da PNAD 1988 para o Brasil, e referem-se aos homens entre 20 e 64 anos de idade, que registraram sua ocupação na última semana e a ocupação de seus pais no momento em que ingressaram no mercado de trabalho; ou seja, quando obtiveram seu primeiro emprego. Portanto, os dados incluem somente pessoas que estavam no mercado de trabalho em 1988, excluindo a população de aposentados, donas-de-casa, jovens não-empregados, enfim, todo o contingente não diretamente incluído no mercado de trabalho. O objetivo final é obter um modelo de mobilidade e, a partir dele, uma definição da estrutura de estratos sociais no Brasil para, então, verificar se esse modelo se ajusta ao caso da mão-de-obra feminina.

2. Análise de Conglomerados (Cluster Analysis)

Com o objetivo de obter uma versão inicial e de caráter exploratório das possibilidades de combinação dessas 18 categorias ocupacionais obtidas por Valle Silva em um número mais reduzido de estratos, os dados da PNAD 1988 para o Brasil foram submetidos à aplicação da técnica da análise de conglomerados. Através dessa técnica buscam-se distinguir os grupos (ou clusters) de ocupações que têm características semelhantes de educação e renda. Essas duas variáveis foram escolhidas por expressarem elementos determinantes da chance no mercado de trabalho, e conseqüentemente da condição de vida dos indivíduos, uma vez que se referem tanto às qualidades oferecidas no mercado quanto às recompensas nele obtidas.

Renda e educação são fatores causais dos quais derivam, em grande medida, a situação de mercado e a situação de trabalho inscritas em cada grupo ocupacional.

A análise de conglomerados permite elaborar grupos de elementos em categorias de forma que os elementos compartilhem características semelhantes com os outros elementos da mesma categoria e difiram dos elementos das outras categorias. Como Kaufman e Rousseeuw (1990: 83) definiram, "a análise de conglomerados é a arte de encontrar grupos nos dados". O agrupamento de elementos é realizado tomando em conta, simultaneamente, várias dimensões. A informação das diferentes variáveis é integrada numa única função de distância ou similaridade que determina até que ponto os elementos são parecidos ou diferentes entre si. Para cada par de elementos dados existe um número que reflete a proximidade dos dois. O segundo passo é determinar os critérios que dirigem o processo de agrupamento dos elementos em categorias.

Existem basicamente dois tipos de análise de conglomerados: hierárquico e não-hierárquico. No primeiro caso, a análise hierárquica, os elementos vão se agrupando uns aos outros, desde o estágio inicial em que cada elemento sozinho constitui uma categoria até o ponto final em que se chega a uma única categoria que contém todos os elementos. A característica que define este tipo de análise é que, depois que dois elementos foram agrupados numa mesma categoria, eles permanecem juntos até o final durante o processo de agrupamento sucessivo. Em outras palavras, a união de vários elementos a um certo nível do processo fica inalterada nos níveis superiores de agregação. Este processo de agrupamento sucessivo é representado graficamente numa estrutura arborescente chamada de dendograma.

A análise não-hierárquica, por outra parte, é caracterizada justamente por não obrigar que os elementos que estavam juntos num nível de agregação permaneçam juntos nos seguintes. Por exemplo, dois elementos que eram parte da mesma categoria quando o conjunto é dividido em 10 categorias podem pertencer a categorias diferentes quando a divisão é feita em nove categorias. Daqui se segue que: 1) o analista deve determinar ex-ante quantas categorias deseja que a sua análise produza; 2) a análise é refeita de modo independente cada vez que o analista demanda um número de categorias diferente. Em outras palavras, os cálculos são repetidos para cada nível de agregação e os diferentes níveis não possuem necessariamente continuidade entre si.

A análise hierárquica tem justamente a vantagem de uma maior estabilidade nos resultados e uma total integração entre os distintos níveis de agregação, cujo processo pode ser seguido através do dendograma. Este mostra não apenas quais casos se integram entre si mas também o grau de similaridade com que isto acontece. Por isso, o dendograma constitui uma ajuda inigualável para determinar qual é o número de categorias ideal que melhor se ajusta aos dados. Porém, esta mesma estabilidade da análise constitui sua fraqueza porque pode congelar grupos que faziam sentido num certo nível de agregação, mas vão perdendo este sentido nas agregações sucessivas. Por

exemplo, dois casos podem ser relativamente similares num estágio inicial e por isso ficariam integrados numa mesma categoria, mas as integrações de outros novos elementos nessa categoria podem fazer evoluir essa categoria numa direção determinada, que faça com que um dos dois casos originais acabe sendo bastante heterogêneo no conjunto final de casos. Pode até acontecer que nesse estágio exista outra categoria cujo conteúdo geral se aproxime mais deste nosso elemento, mas a saída dele da categoria original está vedada pela análise hierárquica. Neste contexto, a análise não-hierárquica possui a grande vantagem de recalculer as atribuições de casos independentemente para cada nível de agregação, acabando assim com o risco de obter elementos dentro de uma categoria que se encaixariam melhor em outra.

Em geral, pode-se dizer que o ponto forte da análise hierárquica é a determinação do número de categorias ideal e da estrutura do conjunto, enquanto o ponto forte da análise não-hierárquica é a atribuição dos elementos individuais aos grupos. Neste estudo, como não está determinado o número de categorias final e um dos objetivos é precisamente a exploração dos possíveis reagrupamentos entre categorias, está indicada a análise hierárquica.

Dois elementos têm de ser escolhidos antes de proceder à análise: a medida de distância ou similaridade, e o critério de agrupamento. Como enfatiza Lorr:

(...) são três os problemas da análise de conglomerados: escolher uma medida de similaridade entre os objetos, selecionar um método para formar subgrupos depois de ter obtido as medidas de similaridade/dissimilaridade e decidir então sobre o número de subgrupos presentes nos dados ou construir uma estrutura hierárquica (Lorr, 1983: 49).

A medida de distância determinará o modo em que se calculará a matriz de proximidade entre todos os elementos. Neste caso, optou-se pela distância euclideana ao quadrado, uma das mais usadas na literatura. Esta distância calcula-se do seguinte modo: subtraindo o valor dos dois elementos para cada dimensão e elevando ao quadrado. A soma de todos estes quadrados, tantos quantas dimensões sejam usadas na classificação, é igual à distância entre os dois elementos. Esta medida penaliza fortemente as distâncias mais longas em relação às mais próximas. Sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Distance}(X, Y) = \sum (X_i - Y_i)^2$$

Assim, a distância entre dois casos é medida pela soma das diferenças entre os valores de cada variável elevada ao quadrado.

Aqui serão usados métodos aglomerativos, que representam um processo de fusão dos elementos em novos grupos. Seu procedimento básico é sequencial, aglomerativo, hierárquico e não-sobreposto (nonoverlapping), e se dá conforme descrito abaixo.

O processo começa com a computação de uma distância ou uma matriz de similaridade entre os $1/2 (N) (N-1)$ pares possíveis de elementos. Uma vez que os índices estão disponíveis, a matriz é examinada com a finalidade de encontrar o par i e j mais próximo (ou mais similar). Assim, i e j são fundidos para formar o cluster k , e a matriz de entrada de valores é modificada para refletir a mudança. A matriz é examinada novamente na busca de par mais próximo e os dois são fundidos em um novo cluster. O processo segue até todos os elementos estarem em um mesmo cluster (Lorr, 1983: 57).

Há vários métodos hierárquicos aglomerativos e, portanto, várias estratégias de classificação, isto é, formas de definir similaridade/dissimilaridade entre clusters. Os métodos mais conhecidos são: distância entre grupos, distância dentro de grupos, vizinho mais próximo (nearest neighbour), vizinho mais distante (furthest neighbour), centróide, distância média entre grupos e método de Ward. Para a escolha de um desses métodos devem ser consideradas as características dos dados, assim como o objetivo da análise.

O critério de agrupamento selecionado foi o de distâncias médias entre grupos (average linkage between groups). Segundo este critério, a distância entre dois grupos (ou clusters) é igual à distância média entre todos os pares possíveis de elementos dos dois grupos, sendo que, em cada par, um elemento pertence a uma categoria e o outro a outra. Este é também um dos procedimentos mais utilizados e conta com a vantagem de usar a informação sobre todos os elementos disponíveis na hora de decidir o agrupamento, ou seja, sobre todos os pares de distâncias. As categorias mais próximas segundo este critério serão aquelas integradas numa só no passo seguinte. Este procura maximizar as diferenças entre grupos, enquanto outros procedimentos tentam diminuir as diferenças dentro de cada grupo.

A escolha das dimensões que vão ser consideradas para a classificação e do peso relativo de cada uma é tão importante ou mais do que a das medidas de similaridade e dos critérios de agrupamento. Duas variáveis são consideradas neste caso: anos de estudo e renda produzida pelo trabalho principal²⁹. Ambas as variáveis estão incluídas na pesquisa PNAD 1988, e aqui são utilizados dados sobre todos os indivíduos entrevistados, homens e mulheres, com idade entre 20 e 64 anos.

As duas variáveis não estão medidas exatamente em unidades diretas (anos ou salários), já que alguns valores realmente são intervalos que incluem vários valores. Porém, a aproximação a uma variável de intervalo é suficiente-

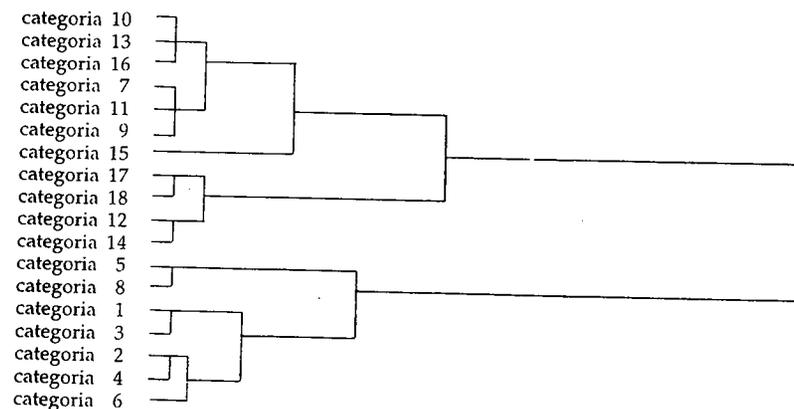
²⁹ A variável anos de estudo apresenta os seguintes valores: sem estudo ou menos de um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, seis anos, sete anos, oito anos, nove a onze anos, doze anos ou mais. A variável renda tem os seguintes valores: até meio salário mínimo, mais de meio a um salário mínimo, mais de um a dois salários mínimos, mais de dois a três salários mínimos, mais de três a cinco salários mínimos, mais de cinco a 10 salários mínimos, mais de 10 a 20 salários mínimos, mais de 20 salários mínimos.

mente boa para poder ser tratada como tal. Para os entrevistados em cada uma das 18 categorias de Valle Silva (1992) foi calculada a média das duas variáveis. Desse modo, obteve-se um valor para cada categoria em cada uma das duas dimensões. Estes valores são os dados utilizados na análise.

A geração da medida única de distância euclidiana quadrática depende, entre outras coisas, da escala em que estejam medidas as variáveis. Se ao invés de medir a escolaridade em anos ela fosse medida em meses, uma diferença de um ano (ao quadrado seria igual a um) cresceria enormemente (12 meses ao quadrado seria igual a 144). Se ao mesmo tempo, a renda continuasse sendo medida em salários, a nova medida resultante dependeria muito mais das diferenças de escolaridade entre as categorias do que das diferenças de renda. Adicionalmente, a escolaridade está medida numa escala de 11 pontos (intervalo igual a 10) e a renda numa escala de 8 pontos (intervalo igual a 7). Em consequência, a primeira terá provavelmente maior variância do que a segunda e influirá mais na medida final.

Para evitar esta incidência das unidades de medida das variáveis e das variâncias das mesmas no cálculo da distância, ambas variáveis foram padronizadas antes de serem submetidas à análise de conglomerados. A padronização de uma variável é obtida subtraindo a média de cada valor e dividindo-o entre o desvio padrão da mesma variável. O resultado é uma variável com uma distribuição análoga à anterior, mas com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1. Como isto é feito com as duas variáveis, ambas acabam com média igual e o mesmo desvio padrão e, portanto, as duas terão igual peso na análise.

O resultado final da análise de conglomerados é representado no seu dendograma:



Observando o dendrograma é possível apontar a existência de dois grandes grupos, que se caracterizam justamente pela diferença entre traba-

lho manual e não-manual. Essa é a primeira grande divisão entre as categorias. Olhando mais minuciosamente para o bloco dos trabalhadores manuais, percebe-se que as categorias 10, 13 e 16 aparecem juntas, um outro bloco é formado pelas categorias 7, 9 e 11, e têm-se ainda as categorias 12 e 14, enquanto um outro conjunto é constituído pelas duas categorias rurais, 17 e 18, enquanto a categoria de proprietários rurais, 15, aparece mais isolada. Entre os não-manuais, há três grupos claramente distintos de categorias: 1 e 3; 2, 4 e 6; 5 e 8. O primeiro é formado por profissionais nas categorias 1 e 3, que compartilham situações de trabalho muito próximas, que englobam controle e autonomia no trabalho, conjugado à situação de mercado determinada pelo alto grau de qualificação e credenciamento. Também as categorias 5 e 8 compartilham não somente sua posição no setor não-manual, como também se assemelham pelo caráter rotineiro de suas tarefas. Já as categorias 2, 4 e 6 têm diferenças que envolvem as dimensões de propriedade, presente na categoria 6 e ausente nas demais.

Um estrato pode ser semelhante a outro no nível de renda e educação, mas sua posição na estrutura das relações de emprego pode não ter similaridades significativas; esse é o caso das categorias 7 e 9, proprietários sem empregados e operários qualificados, que envolvem uma dimensão de propriedade e autonomia que não é similar para as duas ocupações; ou ainda das categorias 10 e 16, que são operários não-qualificados e técnicos e administradores no setor primário, que ignoram a divisão urbano-rural.

Numa fase posterior, será possível agrupar algumas dessas categorias; contudo, o objetivo é montar um esquema de estratos que retrate a estrutura social brasileira, com suas divisões e coesões; portanto, devem-se tentar preservar essas clivagens teóricas. Num futuro agrupamento, em, possivelmente, cinco ou, ainda, em três estratos, outras dimensões serão consideradas, sem a rigidez desta classificação inicial. Isto, por exemplo, é o que faz Goldthorpe ao estabelecer um esquema com três classes: service, intermediate e working, nas quais várias dimensões teóricas presentes em seu esquema de sete classes foram desconsideradas.

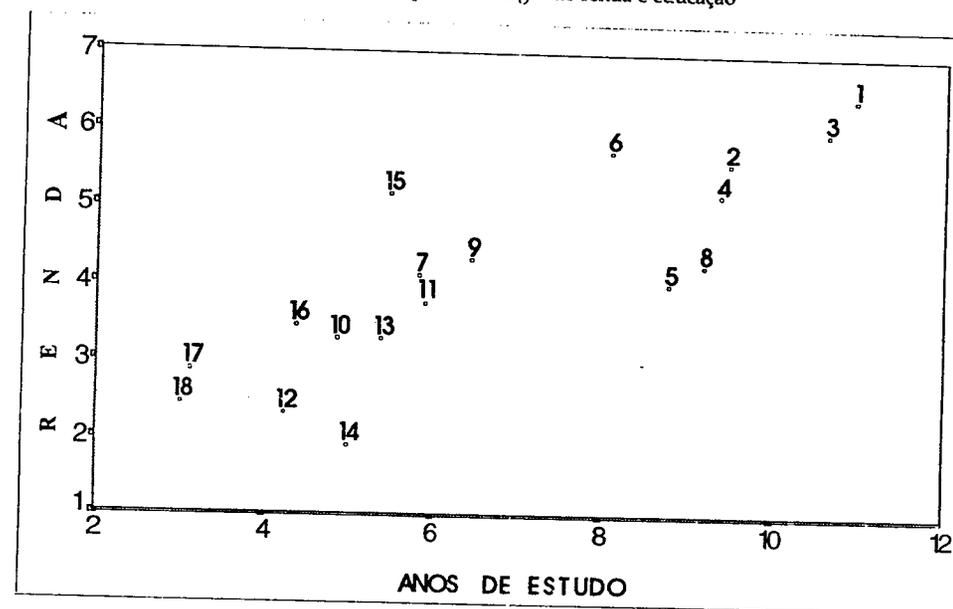
Embora seja a propriedade teórica que vai determinar, em última instância, o critério de agrupamento das categorias, o resultado do cluster indica algumas possibilidades de combinação destas. Por exemplo, as categorias do setor rural 17 e 18 aparecem muito próximas, a categoria 16, também do setor de empregados rurais, faz parte do mesmo bloco de trabalhadores manuais, o que representa uma possibilidade de tratamento dessas ocupações como pertencendo ao estrato de trabalhadores manuais rurais. Assim, as possibilidades mais expressivas de agrupamento se referem aos profissionais, categorias 1 e 3 (uma expressão da service class, num sentido mais específico do que aquele usado por Goldthorpe, que também inclui proprietários), às categorias 5 e 8, que compoariam o setor manual de rotina e às categorias de empregados rurais (16, 17 e 18).

O gráfico apresentado a seguir sugere algumas clivagens e similaridades na estrutura de ocupações. Ele é composto das 18 categorias dispo-

tas com dois eixos determinados pelos valores médios das variáveis "renda no trabalho principal" e "anos de estudo".

Gráfico I

Categorias ocupacionais segundo renda e educação



Fonte: PNAD 1988, IBGE.

Aqui, novamente, dois grandes grupos se destacam, e são eles as categorias não-manuais e manuais. A linha manual/não-manual pode ser claramente visualizada na dicotomia do eixo referente aos anos de estudo. À esquerda estão as ocupações manuais, com salários e níveis educacionais mais baixos. Se traçada uma reta horizontal no valor 4 do eixo de Y que indica a renda, têm-se claramente dois grupos. O primeiro se coloca acima da linha horizontal e, portanto, representa os grupos ocupacionais com melhores salários, formados pelas categorias profissionais liberais (1), profissionais (3); gerentes (2); trabalhadores em funções administrativas de execução (4); não-manual de rotina (5); proprietários urbanos (6); técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual (8); proprietários rurais (15); empresários por conta própria (7); trabalhadores manuais em indústrias modernas (9). O segundo pelas demais categorias constituídas exclusivamente pelo trabalho caracteriza-

do como manual, incluindo a categoria 16 de técnicos e administradores no setor primário.

Se a linha é traçada no sentido vertical, dividindo exatamente na metade o eixo de X que corresponde à educação, têm-se à direita as categorias 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, todas não-manuais. Já as demais categorias, inclusive a de proprietários rurais, caem na metade à esquerda correspondente ao setor manual. Novamente, as categorias 1 e 3, 5 e 8, 17 e 18 formam grupos. As categorias 1 e 3 se destacam por seus altos níveis educacionais e salariais, o que reforça a idéia de uma elite baseada em credenciais, que a torna apta à obtenção de chances de vida especialmente favoráveis em comparação com os demais estratos. No canto esquerdo do gráfico e, portanto, no extremo oposto às categorias 1 e 3, estão as categorias de trabalhadores rurais. Entre os trabalhadores urbanos destaca-se o baixo nível salarial e educacional dos artesãos e empregados domésticos, embora seja possível afirmar que a variação de renda e educação não é grande para os empregados nos setores urbanos do artesanato (14), emprego doméstico (12), indústria tradicional (10) e ambulante (13). Note-se que artesanato e indústria tradicional compartilham similaridades no sentido da produção, e o emprego doméstico e o comércio ambulante podem ser agregados no que se usou chamar "setor de sobrevivência", devido ao seu caráter de informalidade e insegurança.

A essa análise seguem os modelos log-lineares, que testarão a possibilidade de combinação de pares de categorias que aqui se apresentaram como "agrupáveis", considerando, entretanto, as dimensões teóricas que não devem ser perdidas no curso desse processo de combinação de categorias.

3. Definição de estratos via mobilidade

Dentre os muitos artigos dedicados por Goodman à apresentação de metodologias de análise de dados categóricos, há um que trata especialmente de apresentar um critério para determinar quais categorias podem ser agrupadas numa tabela de contingência, e é particularmente aplicável às tabelas de mobilidade (Goodman, 1981).

Como foi mencionado no início deste capítulo, seu método consiste basicamente em testar a hipótese de que, ao combinar duas categorias, a tabela continua inalterada, no sentido estatístico; ou seja, de que a agregação de duas categorias em uma única não afeta significativamente a configuração da tabela. Em poucas palavras, não seria perdida informação significativa sobre o padrão de mobilidade ao conjugar duas categorias em uma única.

Aqui será utilizado o método de agregação ou critério de combinação, como Goodman prefere chamar, denominado "critério de homogeneidade interna" (internal homogeneity criteria). Ao selecionar duas categorias a serem combinadas, transforma-se a tabela de mobilidade com $N \times N$ categori-

as de origem e destino, em uma tabela $2 \times N$, selecionando as linhas correspondentes às duas categorias de origem em questão, e as N colunas originais referentes às categorias de destino da tabela de mobilidade. Aplica-se, então, o teste de quase-independência a esta tabela $2 \times N$. Goodman (1981) propõe que se aplique este método não só às linhas, mas também às colunas. Para colunas, o procedimento é o mesmo, aplicando-se o modelo de quase-independência, ou de mobilidade quase-perfeita, à tabela de mobilidade $N \times 2$, formada pelas linhas de todas as categorias definidas na classificação e as colunas das duas categorias a serem combinadas. A definição do modelo de quase-perfeita é dada em anexo, quando é feita uma apresentação mais detalhada dos procedimentos envolvidos na aplicação dos modelos log-lineares, tais como desenho de matrizes e estimação de parâmetros.

O que está sendo testado é a homogeneidade das origens em sua distribuição pelas diversas categorias de destino, e a homogeneidade de cada categoria de destino em relação à origem dos indivíduos que a compõem. No caso dos estudos de mobilidade, este parece ser um método suficiente e consistente, pois o que está em questão é se os grupos que partem de categorias de origem distintas se distribuem de forma idêntica nas categorias de destino. Assim, é possível testar se as duas categorias de origem, ou linhas da tabela, são similares na sua distribuição pelas categorias de destino, ou seja, seu fluxo de saída das categorias; pode-se testar, portanto, se a dimensão de mobilidade intergeracional nas duas categorias é idêntica. Da mesma forma, a técnica é aplicada às colunas, na hipótese de similaridade na composição das categorias de destino.

O modelo de mobilidade quase-perfeita supõe o bloqueio das diagonais da tabela, ou seja, que as diagonais da tabela possam variar livremente e, portanto, distingue mobilidade de imobilidade. Assim, pressupõe independência entre origem e destino para aqueles que são "móveis", mas mantém a idéia de que origem e destino não são independentes para aqueles que estão alocados na diagonal da tabela e, portanto, podem ser considerados "imóveis", por permanecerem na mesma posição de origem.

De acordo com este modelo, o padrão observado de mobilidade é o resultado de dois processos separados. O primeiro processo — a parte da imobilidade — aloca uma certa porção de pessoas ("stayers") em destinos que são o mesmo de suas origens. O segundo processo — a parte da mobilidade — se assemelha à mobilidade perfeita porque aloca o resto da população sem considerar suas origens (Hout, 1983: 19).

A aplicação desta técnica pressupõe critérios teóricos que informem quais categorias podem ser combinadas. Nesse sentido, a teoria precede o método. Partindo das 18 categorias propostas por Valle Silva (1992), e considerando ainda a análise de conglomerados, foram testados pares de categorias, mantendo sempre o sentido teórico de combinar aquelas que possuem situações de mercado e situações de trabalho similares.

O critério de "homogeneidade interna" foi aplicado às distribuições de origem e de destino referentes aos seguintes pares de ocupações definidas na classificação de Valle Silva: 1-3, 2-4, 5-8, 9-11, 10-12-13. A definição desses pares baseou-se na observação de similaridades entre renda e educação avaliadas a partir da análise dos resultados dos clusters e do gráfico 1, no suposto de que o nível de escolaridade e de renda são indicadores, respectivamente, das chances de alocação em posições diferenciadas no mercado de trabalho e das recompensas obtidas a partir desta posição de mercado.

Algumas combinações foram realizadas por critérios a priori. Este é o caso das categorias 10 e 14, cuja agregação havia sido proposta por Valle Silva em sua classificação original (1992); o que se justifica, particularmente, pelo tamanho reduzido da categoria 14, que representa 0,7% do total de respondentes e apenas 0,1% do total de pais dos respondentes; sendo que desse 0,7% de respondentes ocupados no artesanato, 88% são mulheres. Também as categorias 16, 17 e 18 foram agregadas, uma vez que diversas classificações reconhecem seu caráter homogêneo na composição do setor de trabalhadores rurais. Dessa forma, partimos de uma tabela com 15 categorias, em lugar de 18.

Os agrupamentos devem respeitar as divisões teóricas já estabelecidas, tais como setores urbano/rural, manual/não-manual, proprietários/não-proprietários, trabalhadores qualificados/não-qualificados, entre outras, que se distinguem como características importantes na diferenciação de estratos.

Os resultados das análises log-lineares de associação estão condensados na tabela abaixo, que inclui as categorias agrupadas, os graus de liberdade do modelo e os valores da razão de máxima verossimilhança:

Quadro I

Resultado do modelo de homogeneidade interna para grupos de categorias

Categorias	G.L.	L ² para linhas	L ² para colunas
1 e 3	15	21,4	44,9
2 e 4	15	28,4	30,3
5 e 8	15	39,1	47,7
9 e 11	15	30,6	70,0
10, 12 e 13	31	70,5	71,3

O modelo de homogeneidade interna ajustou perfeitamente para linha e coluna apenas no modelo que combina as categorias 2 e 4, que formam o estrato de ocupações na administração. Ajustou, também, para linha nos pares de categorias 1-3 e 9-11. Para as demais categorias o valor calculado de L² demonstra-se superior ao valor crítico relativo aos graus de liberdade em questão. Contudo, o ajustamento torna-se precário para um volume grande de dados, como é o caso da PNAD; nesse sentido, qualquer modelo torna-

se significativo. Uma solução para este problema foi apresentada por Raftery (1986) ao introduzir um método bayseano cuja função é testar a plausibilidade de um modelo comparativamente a outro. Também utilizado por Hout (1989), o teste denominado "bic" segue a expressão:

$$B = \frac{\text{probabilidade de o modelo } m \text{ ser verdadeiro dadas as freqüências observadas}}{\text{probabilidade de o modelo saturado ser verdadeiro dadas as freqüências observadas}}$$

O modelo m é qualquer modelo desenvolvido para o ajustamento dos dados, enquanto o modelo saturado é aquele em que as freqüências observadas e as freqüências esperadas são iguais, já que o modelo saturado inclui todos os parâmetros existentes. Assim, o que está sendo testado é a hipótese de o modelo proposto (m) ter maior probabilidade de ser verdadeiro, dadas as freqüências observadas, em face à hipótese alternativa de um outro modelo qualquer (m') ser verdadeiro, com os mesmos dados. Nesse caso o modelo m' é o modelo saturado.

Essa expressão se traduz na fórmula:

$$-2 \log B = L^2 m - [(dfm) \log N]$$

Onde: $L^2 m$ é a razão de máxima verossimilhança para o modelo m ; dfm corresponde aos graus de liberdade do modelo, e N é o número de observações ($N = \sum_i \sum_j f_{ij}$).

Se o valor de bic é menor que zero ($bic < 0$), então o modelo proposto é bom o suficiente para torná-lo mais provável que o modelo saturado.

Os resultados do teste bic para os agrupamentos de categorias é apresentado na tabela abaixo, distinguindo-se os modelos aplicados à linha e à coluna:

Quadro II

Resultado do teste bic para grupos de categorias

Categorias	BIC (linha)	BIC (coluna)
1 e 3	*	-1,7
5 e 8	-9,6	-7,2
9 e 11	*	13,0
10, 12 e 13	-42,5	-49,5

* Os valores de L² para o modelo de homogeneidade interna aplicado às linhas correspondentes às combinações das categorias 1-3 e 9-11 já haviam ajustado de acordo com o valor crítico da tabela do χ^2 .

Os valores negativos de bic indicam a aceitação dos modelos que combinam as categorias 1 e 3, ou estrato de profissionais: 5 e 8, estrato

não-manual de rotina (routine white-collar); e 10, 12 e 13, estrato manual não-qualificado. O valor positivo de bic para o par 9 e 11 demonstra que há diferenças na alocação dos indivíduos para a composição interna destes estratos, registrando um certo grau de heterogeneidade na origem dos indivíduos alocados nessas posições. Contudo, o modelo ajusta perfeitamente para as linhas correspondentes a essas categorias, indicando a homogeneidade na distribuição das categorias de origem 9 e 11 entre os estratos de destino. Esse é um ponto relevante a ser considerado, uma vez que a similaridade nos padrões do fluxo de saída dessas ocupações remetem à homogeneidade de trajetórias.

Analisando os resíduos do modelo em questão, diagnosticou-se que são as categorias 10 e 17 que contradizem a hipótese de não-diferença nos padrões de fluxo de entrada para os estratos 9 e 11. Note-se que os valores do resíduo para o estrato de origem 10 e destino 9 é de 4,5; ou seja, há um número maior de indivíduos em posições na indústria moderna e cujos pais trabalhavam na indústria tradicional quando ingressaram no mercado de trabalho, do que seria suposto no caso da hipótese de independência, ou melhor, no caso de probabilidades idênticas entre indivíduos oriundos do setor de indústria tradicional estarem na indústria moderna comparativamente às chances de integrarem o setor de serviços. Por oposição, os resíduos são negativos para os filhos de trabalhadores na indústria tradicional que estão empregados no setor de serviços.

Inversamente, os resíduos de indivíduos com origem no estrato de pequenos proprietários rurais e destino nas ocupações da indústria moderna são negativos, indicando que a frequência observada é inferior àquela esperada no caso de não-diferença no pertencimento a ocupações da indústria tradicional ou do setor de serviços para os filhos de trabalhadores rurais por conta própria. Esta relação permite deduzir que os trabalhadores oriundos do setor rural por conta própria (categoria 17) estão mais presentes no setor de serviços que na indústria tradicional, introduzindo uma nova diversidade nas chances de compor as categorias 9 e 11. Assim, há um certo grau de dissimilaridade na composição destes dois setores, a indústria moderna conta com um maior número de trabalhadores com origem na indústria tradicional, enquanto o setor de serviços é integrado por um maior número de trabalhadores com origem no setor rural por conta própria.

Apesar destas dissimilaridades, o ajustamento do modelo para linhas e, portanto, a semelhança na transmissão intergeracional propriamente dita, se sobrepõe às diversidades observadas na composição destes dois setores que estão, inclusive, restritos a dois estratos que já foram agregados: o da indústria tradicional e o de trabalhadores rurais por conta própria. Dessa forma, acredita-se que a combinação das categorias de operários na indústria moderna e de empregados no setor de serviços é possível, uma decisão reforçada pelos resultados dos clusters e do gráfico introduzidos na análise exploratória dos dados. Portanto, a redução das 18 categorias resulta em 9 categorias:

Quadro III

Categorias Resultantes do Processo de Agregação

Categorias Originais	Categorias Resultantes	Títulos
1 e 3	1	Profissionais
2 e 4	2	Administradores e Gerentes
6	3	Proprietários empregadores
5 e 8	4	Não-manual de rotina
7	5	Proprietários conta própria
9 e 11	6	Manual qualificado
10, 12, 13 e 14	7	Manual não-qualificado
15	8	Empregadores rurais
16, 17 e 18	9	Empregados rurais

Essa classificação não é definitiva, uma vez que neste trabalho serão feitos outros tipos de agrupamentos. Os novos agrupamentos serão realizados na medida em que o estabelecimento de cortes ou, ainda, a aplicação de determinadas técnicas requererem um número maior de casos em cada célula. Isto porque a redução do número de estratos torna mais fácil a operacionalização de determinadas técnicas, que exigem, como já foi dito, maior volume de informação nas células, e, também, possibilita maior clareza de alguns resultados. Contudo, a classificação em 9 estratos será sempre a base para as análises de mobilidade realizadas. O apêndice 1 inclui a distribuição das 342 ocupações da PNAD 1988 entre os nove estratos.

4. Avaliando a nova classificação

O processo de agrupamento de dados em um número mais reduzido de classes implica um certo grau de perda de informação, isto é, de poder explicativo, embora, algumas vezes, torne mais clara a análise, e evita a presença de células com zero amostral, tornando possível a aplicação de algumas técnicas para as quais é necessário um maior grau de concentração de casos nas células da tabela. Para calcular a extensão da perda de informações com o agrupamento dos dados e medir o grau de variação que foi preservada nesse processo de combinação de categorias, propõe-se a aplicação do modelo log-linear de independência, ou modelo de mobilidade perfeita, para as tabelas de mobilidade com 18 e 9 categorias respectivamente. A apresentação deste modelo é feita no anexo deste capítulo.

O modelo de independência, que para tabelas de mobilidade é chamado de modelo de mobilidade perfeita, supõe a distribuição aleatória das categorias na tabela e, assim, baseia-se na hipótese de independência entre as células de origem e destino. Dessa forma, as chances de ocupar posições na estrutura social não estariam relacionadas ao ponto de parti-

da, ou seja, à origem dos indivíduos. Esse modelo não se ajusta, contudo o valor da razão de máxima verossimilhança (L^2) pode ser comparado nas tabelas de mobilidade com 9 e 18 categorias. Os resultados são:

Para 9 categorias $L^2 = 12285$ d.f. = 64

Para 18 categorias $L^2 = 15952$ d.f. = 289

O objetivo é medir o quanto de variação é preservada depois da agregação das dezoito categorias em nove categorias. Considerando o modelo de mobilidade perfeita observa-se que, após a combinação, o modelo aplicado às nove categorias mantém 77% da variação que era explicada pelas dezoito categorias. Assim, o processo de agregação não implica perda substancial do poder explicativo dessas categorias para a análise da mobilidade social, contando com a vantagem de uma classificação mais "econômica", no sentido que é dado pela estatística, isto é, com menos parâmetros.

Deve-se, ainda, testar o modelo de quase-independência, ou modelo de mobilidade quase-perfeita, que bloqueia a diagonal principal da tabela na suposição de mobilidade perfeita para as caselas que não correspondem à herança; dessa forma, prevê imobilidade nas associações das células em que o estrato de destino e origem são os mesmos, e mobilidade perfeita, ou independência, entre as demais. Os resultados são:

Para 9 categorias $L^2 = 7950$ d.f. = 55

Para 18 categorias $L^2 = 8191.9$ d.f. = 271

Aqui a proporção de variação mantida após a agregação das dezoito categorias em nove é de 97%, ainda maior do que no caso do modelo de mobilidade perfeita. Indicando que a nova classificação mantém basicamente toda a proporção de mobilidade observada no modelo de dezoito categorias, uma vez que os casos de imobilidade, presentes na diagonal principal, foram bloqueados.

O que deve estar claro é que a definição por uma classificação de estratos deve, em última instância, obedecer a critérios teóricos, que considerem a relevância das distinções e características de cada estrato, e sua contribuição para o entendimento da estrutura social. Portanto, a classificação aqui apresentada, embora submetida a técnicas de análise estatística, é resultado da teoria e dos interesses substantivos subjacentes a este trabalho. A perspectiva adotada vê a formação de estratos, ou classes, como resultado de um processo que estabelece chances de vida comuns compartilhadas pelos membros dos grupos. Assim, coloca a mobilidade no centro dessa análise, uma vez que é a estabilidade da composição desses estratos que garante a identidade, o pertencimento e, até mesmo, a existência de classes.

As metodologias utilizadas serviram para compor um quadro da estrutura de estratos, e devem ser entendidas como uma base para a definição dessa estrutura. Contudo, a classificação adotada tem como suporte a relevância teórica de cada grupo, no sentido de caracterizar, mais propriamente, as clivagens e configurações da estrutura de estratos. São os padrões de fluxo entre as ocupações e de estabilidade na composição das mesmas que dão sentido a uma identificação de estratos, ou classes, e à definição da estrutura social. Para tanto, qualquer esquema de classes estabelecido a priori pareceria equivocado, na medida em que os estratos ou classes deveriam resultar de deduções baseadas no estudo das tabelas de mobilidade. Contudo, a especificação de estratos se revela também através do interesse em grupos previamente definidos segundo elementos teoricamente relevantes para a análise da estrutura social brasileira. Por estas razões, a lógica teórica e o interesse substantivo precedem à empiria. Essa é a argumentação principal de Esping-Andersen.

Se, entretanto, nossa intenção é estabelecer as propensões de formação de classes de grupos ocupacionais já identificados por nós como teoricamente importantes, seria mais apropriado submeter um conjunto predefinido de classes de empregos à verificação empírica (Esping-Andersen, 1993: 228).

A definição de estratos inaugura, em alguma medida, o processo de análise que pontua o principal objetivo deste livro, que se refere à definição da estrutura social no Brasil através do estudo dos padrões de mobilidade. Importante ressaltar que no processo de construção da classificação por estratos, a que se dispôs neste capítulo, algumas características da estrutura social brasileira foram antevistas. Entre elas observa-se a homogeneidade do estrato de administradores, estejam eles em cargos de direção ou execução; e também de profissionais, independentemente de serem liberais ou não. É, ainda, enfática a identidade dos trabalhadores rurais, sejam eles empregados ou produtores autônomos, especialmente em sua situação de mercado. A análise dos clusters revela igualdade nas condições do trabalho no campo para aqueles que não são proprietários empregadores; a dimensão de autonomia, no caso do setor rural, não se impõe como fator determinante nas chances de obtenção de recompensas no mercado, uma vez que ser ou não empregado não gera diferenças significativas na renda desses trabalhadores, cujo perfil educacional também é o mesmo.

Mais reveladora, ainda, é a similaridade entre os trabalhadores da indústria tradicional e os empregados no setor de sobrevivência (serviço doméstico e ambulantes), em oposição aos operários da indústria moderna que demonstraram grande similaridade com os trabalhadores do setor de serviços na situação de mercado. O setor manual parece estar cindido entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, submetendo a esta

dualidade características que pudessem indicar homogeneidade entre as posições dos trabalhadores na indústria. Os dois setores industriais — moderno e tradicional — demonstraram vínculos com outras categorias não industriais, vínculos estes impostos por semelhanças tanto nas características de renda e educação, como nos padrões de mobilidade.

Por fim, é na busca de fluxos e barreiras à mobilidade que se pretendem delimitar os espaços da mobilidade definindo os estratos sociais; nessa perspectiva classe-estrutural, as análises dos processos de mobilidade revelam as características da estrutura de estratos, ou ainda, da estrutura de classes. A redução das dezoito categorias em nove, através do escrutínio da tabela de mobilidade, já introduz não somente a lógica de reconhecimento da estrutura social através dos processos de mobilidade, como também a metodologia subjacente a ela, isto é, a aplicação de modelos log-lineares.

Ao agrupar duas posições ocupacionais em uma, o que está sendo suposto é a similaridade entre essas duas posições na estrutura de emprego e a possibilidade de inclusão das mesmas num único estrato. O fim desse processo é o estabelecimento de um modelo de mobilidade aplicável ao Brasil através do qual será possível reconhecer o delineamento da estrutura de estratificação do país. Esse é o objetivo que continuará a ser perseguido nos capítulos seguintes.

Anexo: Modelos log-lineares de independência e quase-independência

Neste capítulo foram introduzidos os modelos log-lineares de independência e quase-independência. O objetivo neste anexo é apresentar, de forma breve, as principais características destes modelos que quando aplicados ao estudo da mobilidade recebem a denominação de modelo de mobilidade perfeita e modelo de mobilidade quase-perfeita; para tanto assume o conhecimento da utilização de desenho de matrizes para o ajustamento de modelos lineares.

O modelo de mobilidade perfeita é o mais elementar e foi o primeiro a ser proposto com a finalidade de controlar os efeitos das distribuições marginais das tabelas sobre o padrão de mobilidade. Ele corresponde ao conceito de independência estatística aplicado a tabelas de contingência; o teste de independência ou de não-associação baseia-se na suposição de que a distribuição dos elementos nas células da tabela é perfeitamente aleatória, sujeita apenas às duas restrições que fixam a priori as distribuições marginais de linha e coluna. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a distribuição marginal e a de origem e de destinos são fixas, sendo ambas determinadas pelas condições do mercado de trabalho no momento em que foram medidas. Conseqüentemente, a mobilidade perfeita considera que a chance de um indivíduo ocupar um determinado estrato de destino independe do seu estrato de origem, ou seja, as oportunidades de ocupar os diversos estratos de destino são aleatoriamente distribuídas.

O modelo de mobilidade perfeita, na forma logarítmica, se escreve:

$$\eta_{ij} = \mu + \lambda_i^o + \lambda_j^d$$

Onde: η_{ij} é o logaritmo natural do valor esperado da célula ij , e os termos à direita da equação representam os parâmetros a serem estimados; no caso λ_i^o corresponde ao efeito de pertencer à categoria i da variável de origem e λ_j^d ao efeito de pertencer à categoria j da variável de destino.

O teste de adequação do modelo aos dados empíricos pode ser feito através da razão de máxima verossimilhança L^2 , que se constitui num teste de ajustamento do modelo aos dados empíricos, ou seja, testa a congruência entre o padrão das freqüências observadas da tabela de mobilidade e o padrão das freqüências esperadas no caso de a hipótese nula ser verdadeira. A estatística L^2 para grandes amostras segue aproximadamente uma distribuição de Chi-Quadrado (χ^2), como o coeficiente de Pearson. Entretanto, ela tem propriedades aditivas que permitem que ela seja usada para comparar o ajustamento de modelos sucessivos. A expressão de L^2 para o modelo de independência é:

$$L^2 = 2 \sum \sum f_{ij} \ln (f_{ij}/F_{ij})$$

Com $(R-1)^2$ graus de liberdade, onde R é o número de linhas (ou colunas).

Como foi observado neste capítulo, os testes de significância para grandes amostras em geral apresentam valores muito elevados, o que pode conduzir o pesquisador a cometer um erro do tipo I, ou seja, rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira. Por esse motivo, foram elaborados testes, como o teste bic usado neste livro, que se baseiam na comparação das razões de máxima verossimilhança entre o modelo proposto e um modelo base, ponderando sempre pelo tamanho da amostra.

Os parâmetros do modelo log-linear baseiam-se nos logaritmos das razões de chance (odds ratio), também denominadas produtos cruzados. Essa é uma medida que não sofre influência dos valores das marginais da tabela de contingência. O cálculo das razões de chance segue a expressão:

$$\theta_{ij} = \frac{f_{ij} f_{i+1, j+1}}{f_{i, j+1} f_{i+1, j}} \quad \begin{array}{l} i = 1, \dots, I-1 \\ j = 1, \dots, J-1 \end{array}$$

Para uma tabela 2 x 2 tem-se:

$$\theta_{11} = \frac{f_{11} f_{22}}{f_{12} f_{21}}$$

A interpretação das razões de chance é clara e direta no caso das tabelas de mobilidade, uma vez que elas expressam as chances relativas de indivíduos com diferentes origens chegarem a uma posição específica. No exemplo acima de uma tabela 2 x 2 seria a chance relativa de um indivíduo com origem na classe 1 ser encontrado na classe 1 e não na classe 2. Como define Goldthorpe (1987: 78):

Um conjunto de odds ratios deste tipo poderia ser talvez interpretado sociologicamente de uma forma mais útil como denotando os resultados de uma série de "competições" entre homens de diversas origens para alcançar — ou evitar — uma em lugar de outra posição na estrutura de classe.

Para uma tabela L x C, na qual L são as linhas e C as colunas, o número de razões de chance é dado por: $[RC (R-1) (C-1)]/4$.

O modelo de mobilidade quase-perfeita divide a tabela em duas áreas distintas, de mobilidade e de imobilidade. Nesse sentido, os indivíduos posicionados na diagonal da tabela são considerados não-móveis, enquanto aqueles que estão alocados fora dela são móveis. Em outras palavras, existe uma área de imobilidade, a qual corresponde às células localizadas na diagonal da matriz de mobilidade, e uma área de mobilidade perfeita, que insere todas as demais células, supondo, assim, a associação entre estratos de origem e destino que são iguais e independência, ou mobilidade perfeita, entre os estratos de origem e destino diferentes.

Partindo da fórmula para o modelo saturado, podemos deduzir a fórmula para o modelo de quase-independência. O modelo saturado escreve-se:

$$\eta_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_{ij}^{OD}$$

Onde: μ é a média e representa a frequência geral, constituindo meramente num ponto de referência a partir do qual os efeitos, ou demais parâmetros, são calculados, não tendo, portanto, uma interpretação substantiva em si. Os λ 's representam os efeitos que cada variável opera sobre as frequências da célula. Assim, λ_i^O é o efeito de pertencer a cada categoria "i" da variável que está na linha da tabela de contingência; no caso das tabelas de mobilidade refere-se ao efeito da origem. λ_j^D é o efeito de pertencer a cada categoria "j" da variável que está na coluna da tabela de contingência; no caso das tabelas de mobilidade refere-se ao destino. λ_{ij}^{OD} é o parâmetro de interação correspondente ao efeito de pertencer simultaneamente à $i^{\text{ésima}}$ categoria da variável de origem e à $j^{\text{ésima}}$ categoria de destino.

O modelo de quase-independência escreve-se:

$$\eta_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_{ij}^{OD}$$

No entanto, possui a seguinte restrição:

$$\lambda_{ij}^{OD} = \begin{cases} \lambda_k^H & \text{para } i=j \\ 0 & \text{para } i \neq j \end{cases}$$

Portanto:

$$\text{Para } i=j: \eta_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_{ij}^H$$

$$\text{Para } i \neq j: \eta_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D$$

Onde: λ_{ij}^H é o nível de herança que corresponde ao efeito da imobilidade em cada um dos estratos, forçando os valores da diagonal a permanecerem os mesmos. Para as células fora da diagonal vale o modelo de mobilidade perfeita, ou modelo de independência, exceto pela condição de que "i" não seja igual a "j". Nesse sentido, o modelo de mobilidade quase-perfeita bloqueia as células da diagonal e ajusta o modelo de independência estatística para as demais células (Hout, 1983).

O desenho de matriz correspondente ao modelo de mobilidade quase-perfeita com os parâmetros de interação da tabela com 9 x 9 estratos é a seguinte:

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	λ_{11}^H	0	0	0	0	0	0	0	0
II	0	λ_{22}^H	0	0	0	0	0	0	0
III	0	0	λ_{33}^H	0	0	0	0	0	0
IV	0	0	0	λ_{44}^H	0	0	0	0	0
V	0	0	0	0	λ_{55}^H	0	0	0	0
VI	0	0	0	0	0	λ_{66}^H	0	0	0
VII	0	0	0	0	0	0	λ_{77}^H	0	0
VIII	0	0	0	0	0	0	0	λ_{88}^H	0
IX	0	0	0	0	0	0	0	0	λ_{99}^H

O programa computacional utilizado neste livro para o cálculo dos parâmetros estimados foi o GLIM (Generalized Linear Interactive Modelling) da Royal Statistics Society. Neste programa o parâmetro referente ao primeiro nível de cada termo é ** em zero, e os parâmetros para os demais níveis são estimados em relação a este. Este procedimento é feito automaticamente, bastando definir os parâmetros que serão fixados em zero como nível 1.

Assim, aplicando a parametrização do programa GLIM, tem-se a seguinte matriz para o modelo de quase-independência:

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	2	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	3	1	1	1	1	1	1	1
III	1	1	4	1	1	1	1	1	1
IV	1	1	1	5	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	6	1	1	1	1
VI	1	1	1	1	1	7	1	1	1
VII	1	1	1	1	1	1	8	1	1
VIII	1	1	1	1	1	1	1	9	1
IX	1	1	1	1	1	1	1	1	10

CAPÍTULO III

TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE BRASILEIRA

Os estudos de mobilidade social experimentaram um grande avanço metodológico nas últimas décadas, substituindo a análise das tabelas de mobilidade baseadas em taxas e porcentagens, uma vez que há técnicas estatísticas mais precisas para este fim viabilizadas em grande parte pela introdução da regressão logística e das análises log-lineares. Contudo, a proposta deste capítulo é revisitar a pequena e restrita tradição dos estudos de mobilidade brasileiros, que foi brevemente apresentada no capítulo introdutório.

O estudo de mobilidade ocupacional mais amplo realizado no Brasil refere-se ao trabalho de José Pastore em 1979, que adota uma perspectiva distinta da classe-estrutural proposta neste livro, uma vez que privilegia a observação do movimento dos indivíduos na hierarquia de status. No entanto, é importante recuperar aqui seu trabalho por duas razões simples: é um clássico do estudo de mobilidade e, ainda hoje, uma referência para a sociologia brasileira; e este tipo de tratamento dos dados permite fazer uma análise descritiva das características da movimentação dos indivíduos na estrutura de posições sociais.

Neste capítulo serão analisados os padrões de movimentação entre estratos seguindo-se a linha mais tradicional no Brasil da análise de mobilidade social, embora a proposta deste estudo seja analisar os padrões de fluidez social via mobilidade, de acordo com a perspectiva classe-estrutural. Contudo, a análise de percentual e de índices torna-se interessante por ter a propriedade de expor mais claramente algumas características da estrutura de alocação de indivíduos em posições nos estratos, além de permitir uma análise que considera estudos desenvolvidos no Brasil por Hutchinson (1957 e 1960), Pastore (1979), Valle Silva (1979), Pastore e Haller (1993) e Caillaux (1994). Algumas análises de mobilidade de renda foram realizadas nos anos 80 e 90 (Gibbon, 1979; Barros, Ramos e Reis, 1992, e Peliano, 1992), com o principal objetivo de explicar como no Brasil os altos níveis de mobilidade de renda caminham lado a lado com o aumento da desigualdade, deixando claro que a mobilidade por si não garante ganhos expressivos em bem-estar social.

Importante ressaltar que neste estudo não houve a preocupação em estabelecer uma hierarquia de prestígio ou status entre as categorias que compõem a classificação aqui proposta; o que dificulta as análises e conclusões sobre mobilidade descendente ou mobilidade ascendente, vistas como movimentos em direção à melhora ou piora da situação de classe dos indivíduos. Isto porque a perspectiva estrutural adotada privilegia a observação de padrões de mudanças estabelecidas entre estratos ou classes. Contudo, é possível manter os conceitos como mobilidade estrutural e mobilidade circular, bem como fazer uma análise da movimentação de indivíduos entre estratos.

Deve-se enfatizar, entretanto, que a classificação de estratos utilizada aqui, mesmo tendo sido desenvolvida sem a preocupação de conformá-la a um formato hierarquizado, insere algum grau de hierarquia entre as categorias, baseadas nos valores médios de renda e educação. Como reconhecem Erikson e Goldthorpe (1993: 34): "[...] as duas perspectivas não são totalmente incompatíveis e, na prática, algum grau de comprometimento entre elas pode ser percebido". Entretanto, torna-se difícil definir em que grau um estrato pode ser considerado superior a outro, uma vez que em sua maioria as classes do esquema aqui proposto se superpõem. Além disso, o estrato de proprietários rurais está localizado junto ao de trabalhadores rurais a fim de destacar o setor primário dos demais.

Por este motivo, que em si encerra a opção teórica do livro, serão consideradas somente as taxas de mobilidade circular e estrutural, e as direções da mobilidade dos diferentes estratos, cabendo neste contexto falar de mobilidade ascendente e descendente sem, entretanto, procurar fornecer um índice geral. É importante, ainda, esclarecer que a referência aos trabalhos anteriores é, em última instância, substantiva e baseada em conclusões gerais, uma vez que não seria metodologicamente viável uma análise comparativa direta pois a classificação de estratos usada neste trabalho difere daquela utilizada pelos autores citados.

Neste capítulo, os cálculos de porcentagem são feitos de três tabelas: Tabelas de Fluxo Total, Tabelas de Fluxo de Saída e Tabelas de Fluxo de Entrada. Por Fluxo Total entende-se o total de movimentação entre estratos, ou seja, os percentuais da tabela devem ser lidos como percentuais de movimentação entre cada estrato considerando 100% o total de casos. Já "Fluxo de Saída" insere o movimento em cada linha da tabela, e os percentuais devem ser interpretados como a proporção de movimento de cada estrato de origem em direção aos estratos de destino; assim, representa a distribuição de indivíduos de determinada origem pelos outros estratos compreendidos como destino. Por sua vez, os fluxos de entrada introduzem os percentuais de cada estrato de destino, e devem ser entendidos como a proporção de pessoas dentro daquele destino que vieram dos diversos estratos de origem.

Com base nos fluxos totais de mobilidade é possível calcular taxas de imobilidade e mobilidade bem como os índices de mobilidade estrutural e de circulação. Para tanto, devem-se definir tais conceitos. Imobilida-

de refere-se aos indivíduos que reproduzem nos estratos de destino suas posições de origem. Sabe-se que o conceito de "imóvel" não é rígido, e muitas vezes, os trabalhadores que permanecem no mesmo estrato experimentam mobilidade dentro deste estrato, movendo-se entre ocupações. Contudo, a idéia de imobilidade pode enunciar o grau de rigidez e, principalmente, revelar as fraturas e o isolamento entre os estratos apontando aqueles em que há menores chances de mudança.

As taxas de mobilidade encerram o percentual de pessoas que experimentaram mudanças entre seus estratos de origem e de destino. Mobilidade estrutural inclui a movimentação entre estratos de origem e estratos de destino que se dá através de mudanças estruturais, macrossociais, que abrem novas posições no mercado de trabalho. Como exemplo podem-se citar os processos de urbanização e industrialização que ocorreram no Brasil desde a década de 50 e viabilizaram o alto índice de mobilidade estrutural (Pastore e Cabral, 1983). Isto porque processos dessa natureza têm a capacidade de gerar novos postos ocupacionais que necessitam ser preenchidos rapidamente. Em quatro décadas a população rural brasileira diminuiu de 69% em 1950 para 32% em 1980. Concomitantemente, a população economicamente ativa cresce no setor urbano de 34% em 1940 para 71% em 1980 (Caillaux, 1994).

A mobilidade estrutural é medida segundo as mudanças nas distribuições marginais da tabela de mobilidade que refletem as mudanças na distribuição mesma de posições na estrutura social. O cálculo é feito com base na subtração entre estrato de origem e estrato de destino, mas apenas para aqueles estratos em que esta operação obtenha valor positivo, isto é, para os estratos em que o número de posições de origem exceda o número de posições de destino.

A mobilidade de circulação refere-se ao movimento entre estratos resultante do processo intrínseco de movimentação dentro do mercado de trabalho, e a mobilidade de um indivíduo depende de que sua posição de destino seja desocupada por motivos de aposentadoria, morte ou descensão/ascensão social de outro indivíduo. Esse tipo de mobilidade é também denominado mobilidade por troca, pois para que um trabalhador preencha uma posição no mercado é necessário que ela seja vaga por outro, isto é, as mudanças de posições não resultam da abertura de novas posições, mas de que as posições já existentes sejam vagas. Dessa forma, a mobilidade de circulação depende basicamente dos recursos individuais, destacando o papel da educação e do treinamento neste processo de mudança. Aliás, Pastore (1979) enfatiza a relevância das variáveis individuais, como educação e idade, como fatores explicativos da mobilidade.

O trabalho de Hutchinson em 1960 pode ser considerado pioneiro no Brasil e significou uma contribuição importante para a compreensão dos papéis dos dois tipos de mobilidade, estrutural e circular, no sistema de estratificação do país. Em "Mobilidade e Trabalho" ele aponta a importância da educação como principal meio de reprodução ou mu-

dança de status e revela como o sistema educacional em São Paulo reforça a herança de status.

Hutchinson observa que a melhoria na educação formal em São Paulo não eliminou as clivagens entre grupos de status, uma vez que os indivíduos em cada grupo acabam por limitar-se a um nível educacional típico provocando a reprodução do nível de status de seus pais. Nesse sentido, ele conclui que na educação "o incremento não eliminou a estreita relação que persiste entre o nível de status do pai e a educação que ele é capaz de dar aos seus filhos. É principalmente por essa razão que, considerando a população como um único grupo, o nível educacional não está significativamente relacionado com a mobilidade social" (Hutchinson, 1960: 9).

Nesse sentido, toda a discussão feita por Hutchinson teve como objetivo último demonstrar que o Brasil possuía uma estrutura social rígida, na medida em que o tipo de mobilidade predominante era a estrutural. Segundo ele, esse tipo de mobilidade que se caracteriza pela abertura de novos postos de emprego através de um fenômeno econômico "não contribui em quase nada para a fluidez social que poderia encorajar a circulação da população para posições de acordo com as capacidades individuais". Isto porque a fluidez do sistema de estratificação social só pode ser medida pelo tipo de mobilidade que se baseia na troca de posições dos indivíduos, isto é, pela mobilidade por troca ou mobilidade circular. "Deve-se notar que a mobilidade desse tipo, que não é afetada pelas modificações na estrutura de status, requer, para cada pessoa que ascenda a um nível de status mais elevado, que outra desça a um mais baixo. Quanto mais freqüente isto ocorrer, mais a sociedade em questão se aproximará da condição de igualdade de oportunidades para seus membros" (1960: 10).

Assim, é através de qualidades individuais que a mobilidade se estabelece, e a troca entre posições é o melhor indicador de fluidez. No caso da mobilidade resultante de fatores estruturais as mudanças de posições não se estabelecem pela flexibilidade do sistema de estratificação, mas por demanda de mão-de-obra em novas posições geradas num processo de transformação da estrutura de emprego. Dessa forma, não é a permeabilidade da estrutura de estratificação que permite a mobilidade. Pastore (1979) chama a atenção para o fato de não haver ocorrido deslocamento dos grupos de status mais alto, indicando que a nova classe média foi formada pela ampliação dos postos de emprego e pela diferenciação ocupacional na zona urbana. Valle Silva (1979) demonstra como a estrutura social brasileira permanecia rígida e estável, uma vez isolados os fatores estruturais que contribuíam para os altos graus de mobilidade observados por Pastore.

Pastore (1979) entende a mobilidade social como fruto de uma combinação de recursos individuais com restrições estruturais; e enumera vários fatores relacionados à ocorrência desses dois tipos de mobilidade, circular e estrutural. Entre os fatores estruturais ele sublinha a importância dos níveis de emprego, da diferenciação ocupacional, da urbanização, da industrialização entre outros. Entre os recursos individuais ele enfatiza

a educação, a idade, o treinamento, a experiência etc. Se nas sociedades em processo de industrialização prevalece a mobilidade estrutural, nas sociedades mais desenvolvidas o tipo de mobilidade predominante é a mobilidade de circulação. Isto porque sociedades economicamente estáveis têm, conseqüentemente, maior estabilidade e menos flexibilidade na estrutura do mercado de trabalho. Nesse caso, as variáveis individuais, tais como educação, exercem maior influência nas chances de mobilidade nesses mercados porque são determinantes para a mobilidade circular.

Os estudos de mobilidade no Brasil têm se restringido à análise dos dados para homens, com exceção de Caillaux (1994). Como entre os objetivos do livro está o de verificar desigualdades nos padrões de mobilidade por gênero, foram produzidas tabelas de mobilidade para homens e mulheres.

As tabelas que representam o "Fluxo Total" de mobilidade são calculadas com base no total de casos. Assim, os 100% somam o total de casos da tabela, ou seja: $n_i = 100\%$. Já para os "Fluxos de Saída" os 100% são somados em cada linha, isto é: $n_i = 100\%$. Em oposição, para os "Fluxos de Entrada" o somatório tem como base o total de cada coluna, ou ainda: $n_j = 100\%$. Essa é uma forma simplificada de esclarecer esses tópicos; entretanto, os conceitos e cálculos serão apresentados mais detalhadamente ao longo do capítulo; e os métodos de cálculo desses índices podem ser encontrados no trabalho de Pastore (1979). As tabelas de mobilidade com valores absolutos encontram-se em anexo.

1. Mobilidade total

Denomina-se mobilidade total o movimento entre estratos observado com base na ocupação do pai no momento em que o indivíduo teve seu primeiro emprego e na sua ocupação no momento da pesquisa. Dessa forma a mobilidade total inclui a mobilidade intergeracional e a mobilidade intrageracional. Alguns autores utilizam a mobilidade total como sinônimo de mobilidade intergeracional, já que suas análises se baseiam no estrato do pai e no estrato atual do filho. Neste capítulo a distinção é feita entre os três tipos de mobilidade.

As análises de mobilidade total e de mobilidade intrageracional apresentam um problema que é o diferencial no nível do ciclo de vida entre pessoas de diferentes idades. Para os trabalhadores mais jovens a origem, determinada por sua primeira posição, pode se confundir com seu destino, que é sua posição atual. Deve-se também considerar que as gerações mais velhas estão numa fase de sua carreira distinta das gerações mais jovens. Esse tipo de problema não existe para a mobilidade intergeracional, uma vez que a origem é a posição do pai no momento em que o indivíduo teve seu primeiro emprego e o destino é a posição do indivíduo em seu primeiro emprego. Dessa forma, os respondentes estão num mesmo mo-

mento, que é o de sua entrada no mercado de trabalho. Contudo, para o estudo da estrutura social é importante considerar esses dois tipos de mobilidade, sendo a mobilidade total especialmente relevante por englobar todo o processo de movimentação entre os estratos, de geração e de carreira. As tabelas de mobilidade total são:

TABELA 1.1
MOBILIDADE TOTAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 36843)

	DESTINO									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
I	0,5	0,4	0,2	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	1,8
II	0,4	0,8	0,3	0,6	0,1	0,3	0,2	0,0	0,1	2,8
III	0,5	0,8	0,9	1,0	0,2	0,8	0,7	0,1	0,3	5,2
IV	0,4	0,8	0,3	1,3	0,2	0,9	0,7	0,0	0,2	4,8
V	0,4	0,7	0,5	0,8	0,6	0,7	0,6	0,1	0,2	4,6
VI	0,3	1,0	0,5	1,6	0,2	2,5	1,2	0,0	0,3	7,7
VII	0,3	1,0	0,6	2,1	0,5	2,9	3,8	0,0	0,9	12,1
VIII	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,3	0,3	0,4	0,4	2,4
IX	0,4	1,9	1,8	4,2	3,0	8,3	14,1	1,0	23,8	58,7
Total	3,5	7,7	5,2	12,3	5,0	16,9	21,6	1,6	26,3	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

O
R
I
G
E
M

TABELA 1.2
MOBILIDADE TOTAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 17489)

	DESTINO									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
I	0,5	0,3	0,1	1,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	2,2
II	0,5	0,5	0,2	1,5	0,2	0,1	0,4	0,0	0,0	3,5
III	0,5	0,7	0,4	2,1	0,3	0,4	1,5	0,0	0,2	6,0
IV	0,3	0,7	0,2	2,4	0,3	0,4	1,2	0,0	0,1	5,6
V	0,4	0,6	0,3	2,4	0,5	0,3	1,1	0,0	0,1	5,7
VI	0,3	0,7	0,2	3,2	0,3	0,8	2,3	0,0	0,1	8,0
VII	0,3	0,8	0,3	3,5	0,7	1,3	6,4	0,0	0,3	13,6
VIII	0,2	0,2	0,1	0,7	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	2,3
IX	0,4	1,1	0,5	7,6	2,5	4,3	23,8	0,2	13,0	53,2
Total	3,3	5,7	2,2	24,5	4,8	7,8	37,6	0,2	13,9	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

As taxas de mobilidade total para a classificação de nove estratos já definidos nesse trabalho são:

Para homens:

Imobilidade = 34,6%

Mobilidade = 65,4%

Mobilidade Estrutural = 33,2%

Mobilidade de Circulação = 32,2%

Para mulheres:

Imobilidade = 24,5%

Mobilidade = 75,5%

Mobilidade Estrutural = 46,3%

Mobilidade de Circulação = 29,2%

Os percentuais para homens mostram uma taxa de mobilidade menor que das mulheres, numa diferença em torno de 10%. A mobilidade do tipo estrutural predomina sobre a mobilidade de circulação no caso das mulheres, com uma diferença da ordem de 17,1%, enquanto para os homens as taxas são praticamente iguais, uma vez que a diferença de 1% não é significativa.

Os índices de mobilidade estrutural e circular no caso das tabelas de mobilidade total têm uma análise complicada, uma vez que a mobilidade total insere tanto a mobilidade intergeracional como a mobilidade intrageracional. Assim, como já foi definido anteriormente neste capítulo, a mobilidade total resulta da combinação da mobilidade que o indivíduo experimenta em relação à posição de seu pai e em relação a sua própria posição no momento em que entrou no mercado de trabalho. Por isso, é difícil determinar se a mobilidade estrutural resulta especificamente de mudanças na estrutura do mercado de trabalho de uma geração de pais para a geração de filhos, isto porque insere também as mudanças na estrutura de trabalho provocadas pela movimentação dos próprios filhos durante suas carreiras.

Contudo, vale a pena ressaltar que, no caso dos homens, as diferenças nas estruturas de classes de origem e de destino estão localizadas especificamente na diminuição do setor rural e na expansão do setor urbano; o que tem sido apontado em vários estudos como uma característica da estrutura da sociedade brasileira causada pelos processos de urbanização e industrialização (Pastore, 1979; Pastore e Haller, 1993). No caso das mulheres há diferenças mais específicas que dizem respeito à própria estrutura do mercado de trabalho que é diferenciada por gênero; apesar da expansão das posições nos estratos urbanos, as mulheres não aumentaram sua representação nas categorias de proprietários, empregadores (III) e conta própria (V), e mantiveram a mesma proporção de participação de seus pais no setor manual qualificado. Assim, a entrada da mão-de-obra feminina no setor urbano se deu de forma mais expressiva através das ocupações não-manuais de rotina e manuais não-qualificadas; e também, em menor proporção, nas categorias de profissionais e administradores.

As tabelas 1.3 e 1.4 registram o fluxo de saída para a mobilidade total de homens e mulheres. Referem-se, portanto, à mobilidade total entre estratos a partir da movimentação dos indivíduos da origem em direção ao destino, ou seja, o que esta tabela mostra é o fluxo de movimentação do indivíduo saindo de sua origem, que consiste no estrato de seu pai, em direção ao seu destino, que é seu estrato ocupacional no momento da pesquisa. A tabela deve ser lida considerando-se a linha e tendo-se em vista que cada célula n_{ij} encerra a proporção de pessoas que partindo da origem i alcançaram o destino j . Assim, as tabelas de fluxos de saída apresentam a direção dos trabalhadores partindo de suas posições de origem (estrato do pai) em direção a suas posições de destino (estrato atual do respondente).

O fluxo de saída é calculado por:

$$n_{ij} = f_{ij} / f_i \cdot (100)$$

onde, f_{ij} é a frequência observada na célula, e f_i é o valor da marginal na linha representando o total de indivíduos naquele destino i .

TABELA 1.3
MOBILIDADE TOTAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 36843)

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
O R I G E M	I	29,8	20,2	9,4	24,6	2,8	6,4	3,7	1,5	1,5	100,0
	II	15,9	28,5	9,4	21,7	4,0	9,7	6,5	1,1	3,1	100,0
	III	10,2	15,7	17,0	18,4	4,1	15,6	12,8	1,2	5,0	100,0
	IV	8,8	16,2	6,1	27,9	4,2	18,0	14,6	0,2	4,1	100,0
	V	7,8	16,4	10,3	18,4	12,8	15,0	13,1	1,1	5,0	100,0
	VI	4,3	13,2	6,3	20,7	2,7	33,2	15,2	0,2	4,0	100,0
	VII	2,2	8,3	4,6	17,3	4,1	24,2	31,5	0,2	7,5	100,0
	VIII	4,4	9,7	9,1	10,7	4,7	13,3	12,7	15,3	18,4	100,0
	IX	0,7	3,3	3,1	7,2	5,1	14,2	24,0	1,7	40,6	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 1.4
MOBILIDADE TOTAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 17569)

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
O R I G E M	I	22,2	15,9	6,3	45,8	1,1	1,6	6,6	0,3	0,3	100,0
	II	14,6	15,6	4,4	44,4	4,4	3,1	12,3	0,2	1,0	100,0
	III	8,0	10,9	6,8	34,8	5,5	6,4	24,4	0,3	2,8	100,0
	IV	5,6	12,9	3,2	42,4	5,1	8,1	21,8	0,0	0,9	100,0
	V	7,4	10,2	4,8	43,1	8,1	5,6	19,2	0,0	1,5	100,0
	VI	3,1	9,0	2,7	40,0	4,2	10,0	29,2	0,1	1,6	100,0
	VII	2,0	6,2	2,0	26,0	4,8	9,6	47,3	0,0	2,0	100,0
	VIII	7,4	9,3	4,7	31,1	3,4	5,6	31,6	22,2	5,4	100,0
	IX	0,8	2,1	0,9	14,4	4,6	8,0	44,6	0,2	24,4	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Como se pode observar, a diagonal da tabela para homens inclui valores elevados, representando herança social. É ainda mais importante salientar que há uma forte tendência de os filhos de trabalhadores no setor manual permanecerem neste mesmo setor; além disso nota-se que a mobilidade é mais freqüente entre estratos vizinhos, ou seja, o movimento mais freqüente é o de curta distância.

A pequena burguesia (categoria V) é o setor que demonstra maior fluidez, na medida em que seus descendentes distribuem-se por diversos setores, e muitas células de destino apresentam proporções ainda maiores do que as de herança social, como os estratos II, IV, VI e VII. O estrato de trabalhadores rurais (IX) apresenta proporções significativas de herança social com 41% de homens oriundos deste estrato que permanecem no mesmo setor.

As características das tabelas de mobilidade para homens e mulheres apontam na direção da existência de uma distribuição desigual por gênero na estrutura de posições no mercado de trabalho. Vários autores (ver Crompton e Mann, 1986; Crompton e Sanderson, 1990; Siltanen, 1994; Dex, 1987) já afirmaram o caráter de segregação por gênero da estrutura de empregos, que se reflete conseqüentemente na posição dentro dos estratos. As proporções relativas à posição das mulheres demonstram uma forte concentração nos setores não-manual de rotina (categoria IV) e manual não-qualificado (categoria VII). As taxas de mobilidade de saída em direção a esses estratos são maiores do que as taxas de permanência no estrato de origem, contrariando o padrão masculino de herança social.

Justifica-se, portanto, a hipótese de existência de "guetos" na estrutura social que absorvem a mão-de-obra feminina. Isto significa mobilidade "ascendente" para aquelas com origem nos estratos V e VI, embora seja discutível se esta mobilidade representa ganhos reais em termos de ascensão social, uma vez que o setor não-manual de rotina inclui posições ocupacionais de baixa renda sem autonomia e autoridade. No entanto, mesmo sem querer inferir que este movimento inscreve uma ascensão social, é possível apontar uma composição e distribuição específica da força de trabalho feminina na estrutura de emprego. Adotando um outro ângulo, este padrão de mobilidade acarreta uma descensão para mulheres com origem nos estratos I, II e III. Este fluxo representa, efetivamente, mobilidade descendente, porque incorpora movimentos que partem de setores com salários mais elevados, maior autonomia, controle e autoridade em direção ao trabalho rotineiro e não-qualificado.

Além disso, é possível notar a menor representatividade das mulheres no setor rural, o que pode também ser explicado pelo fato de as trabalhadoras rurais invariavelmente não terem um vínculo formal com o trabalho e realizá-lo quase como uma extensão do trabalho doméstico.

A capacidade de manutenção de posições sociais nos estratos mais elevados é significativamente mais reduzida para as mulheres do que para os homens, no entanto esta observação pode ser melhor avaliada com a

análise da mobilidade intergeracional. De qualquer forma, os fluxos de mobilidade total apontam para a existência de desigualdades de gênero na alocação dos trabalhadores em posições sociais, indicando a existência de estratos que servem como "guetos" da mão-de-obra feminina. O quadro abaixo expressa a distribuição de homens e mulheres nos nove estratos sociais.

Quadro IV

DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATOS DE HOMENS E MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS (EM PORCENTAGEM)

Estratos	Homens	Mulheres
I	3,5	3,3
II	7,7	5,7
III	5,2	2,2
IV	12,3	24,5
V	5,0	4,8
VI	16,9	7,8
VII	21,6	37,6
VIII	1,6	0,2
IX	26,3	13,9
Total	100,0	100,0
	N = 36843	N = 17489

As proporções acima demonstram que as mulheres se encontram mais representadas nos estratos IV e VII, enquanto os homens estão mais concentrados nos estratos III, VI e IX. Estes resultados confirmam as observações de Caillaux (1994) argumentando que as mulheres estão inseridas basicamente em atividades não-manuais de rotina, estrato IV, e na indústria tradicional, incluída no estrato VII.

Cabe ainda analisar os fluxos de entrada em cada estrato. Ao contrário dos fluxos de saída que são lidos em cada linha da tabela, os fluxos de entrada devem ser lidos por coluna. A interpretação é também distinta, na medida em que cada coluna representa a proporção de trabalhadores dentro de um determinado estrato de destino *j* distribuídos por diferentes estratos de origem. Assim, cada célula inclui a porcentagem de indivíduos que atingiram o estrato de destino *j* partindo de cada estrato de origem *i*. A proposição da análise dos fluxos de entrada é buscar as origens dos indivíduos que atingiram um estrato de destino comum, e não os destinos daqueles que partiram de um mesmo estrato de origem, como é o caso dos fluxos de saída. Assim, o objetivo é determinar a composição pela origem de cada estrato de destino.

Nesse caso, o fluxo de entrada de uma célula pode ser representado pela fórmula:

$$n_{ij} = f_{ij}/f_j$$

onde f_{ij} é a frequência observada na célula, e f_j é o valor da marginal na coluna representando o total de indivíduos naquele destino. As tabelas de fluxos de entrada por estrato são:

TABELA 1.5
MOBILIDADE TOTAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 36843)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	15,5	4,8	3,3	3,6	1,0	0,7	0,3	1,7	0,1
	II	12,8	10,4	5,1	4,9	2,2	1,6	0,8	1,9	0,3
	III	15,2	10,6	17,0	7,7	4,3	4,8	3,1	3,7	1,0
	IV	12,1	10,1	5,7	10,9	4,0	5,1	3,3	0,5	0,7
	V	10,3	9,7	9,1	6,8	11,8	4,1	2,8	3,2	0,9
	VI	9,5	13,2	9,3	12,9	4,2	15,1	5,4	1,2	1,2
	VII	7,8	13,0	10,8	16,9	10,0	17,3	17,6	1,9	3,4
	VIII	4,4	3,1	4,3	2,1	2,3	1,9	1,4	23,1	1,7
	IX	12,5	25,1	35,5	34,2	60,2	49,4	65,2	62,9	90,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 1.6
MOBILIDADE TOTAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 17569)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	14,4	6,0	6,1	4,0	0,5	0,4	0,4	3,7	0,0
	II	15,3	9,4	6,8	6,3	3,2	1,4	1,1	3,7	0,2
	III	14,6	11,5	18,2	8,6	6,9	5,0	3,9	11,1	1,2
	IV	9,4	12,5	7,8	9,7	6,0	5,8	3,2	0,0	0,4
	V	12,7	10,1	12,2	10,0	9,6	4,1	2,9	0,0	0,6
	VI	7,5	12,6	9,6	13,0	7,0	10,2	6,2	3,7	0,9
	VII	8,1	14,7	12,2	14,4	13,7	16,8	17,1	0,0	2,0
	VIII	5,1	3,8	4,8	2,9	1,7	1,7	2,0	22,2	0,9
	IX	12,9	19,4	22,3	31,2	51,4	54,6	63,2	55,6	93,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

A tabela de fluxos de saída para a mobilidade total, tanto para homens como para mulheres, demonstra elevado grau de heterogeneidade na origem dos trabalhadores dos diversos estratos, na medida em que a composição de todos os estratos, desde o estrato I até o estrato VII, insere, predominantemente, pessoas oriundas do estrato de trabalhadores rurais. A proporção de filhos de trabalhadores no campo na composição dos estratos é sempre maior do que qualquer outro estrato de origem, com exceção do estrato I, que recebe uma proporção significativa de pessoas com origem nos estratos de administradores e proprietários urbanos, II e III. Observando-se a composição dos demais estratos é possível avaliar que nenhum deles inclui uma percentagem expressiva de trabalhadores com origem no estrato I, o que denota a existência de barreiras que previnem a mobilidade descendente para fora deste estrato.

Analisando a divisão entre os setores não-manual e manual é possível salientar que há uma forte divisão. Se as categorias não-manuais (I, II e III) podem ser consideradas heterogêneas na origem, as manuais (V, VI e VII) demonstram homogeneidade. Observa-se que a proporção de indivíduos que compõem os estratos não-manuais e têm origem neste mesmo setor manual varia de 44% a 73% para os homens e 56% a 70% para as mulheres; já o setor manual demonstra maior homogeneidade, as propor-

ções de indivíduos que têm origem neste mesmo setor variam de 88% a 98% para os homens e 83% a 98% para as mulheres. Nota-se que não há diferenças relevantes no padrão de fluxos de saída para a mobilidade total entre os dois grupos de gênero.

Vale ressaltar que os trabalhadores rurais são a categoria que possui maior homogeneidade, uma vez que 91% deles eram filhos e 94% eram filhas de trabalhadores rurais. Assim conclui-se que, se o topo da pirâmide de estratificação é heterogênea por receber um percentual significativo de trabalhadores com origem no setor manual, a base desta pirâmide permanece homogênea, o que demonstra que não há troca, ou pelo menos não há mobilidade descendente a esse nível. Nesse sentido, os setores mais baixos na escala social são formados pela reprodução demográfica ou, mais claramente, pela forte hereditariedade destas posições. Uma evidência disto é que o estrato de trabalhadores rurais é quase totalmente formado por "herdeiros" deste mesmo estrato.

Essa característica da estratificação social brasileira já havia sido revelada por Pastore. Os dados da PNAD de 1973 mostram um forte isolamento da categoria rural em termos da entrada neste setor de homens oriundos de outros estratos. Como notamos anteriormente as porcentagens não são comparáveis, já que os estratos utilizados por Pastore são diferentes daqueles utilizados neste estudo. Contudo, essas tabelas permitem demonstrar que o padrão de recrutamento não sofreu mudanças. A análise dos fluxos de saída e entrada dos estratos ficará mais clara e consistente quando considerada a tabela de mobilidade intergeracional.

2. Mobilidade intergeracional

As tabelas de mobilidade intergeracional são formadas pelo estrato do pai no momento em que o respondente obteve seu primeiro emprego, entendido como estrato de origem, e o estrato do respondente no momento em que entrou no mercado de trabalho, ou seja, o estrato a que pertencia em seu primeiro emprego, entendido como estrato de destino. As tabelas de mobilidade a seguir inserem os valores percentuais para homens e para mulheres separadamente:

TABELA 2.1
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 36973)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	0,2	0,1	0,0	0,7	0,0	0,2	0,2	0,0	0,1	1,6
	II	0,1	0,1	0,0	1,2	0,0	0,7	0,3	0,0	0,2	2,7
	III	0,1	0,1	0,1	1,6	0,0	1,0	1,1	0,0	0,5	4,7
	IV	0,1	0,1	0,0	1,7	0,0	1,2	1,1	0,0	0,5	4,8
	V	0,1	0,1	0,0	2,0	0,2	0,9	0,8	0,0	0,5	4,5
	VI	0,0	0,1	0,0	1,6	0,0	2,7	2,0	0,0	0,9	7,5
	VII	0,0	0,1	0,1	1,6	0,1	2,2	6,2	0,0	1,9	12,0
	VIII	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,2	0,1	0,0	1,7	2,4
	IX	0,0	0,1	0,1	2,2	0,1	2,1	4,2	0,0	51,0	59,9
Total	0,7	0,8	0,4	13,0	0,5	11,1	16,0	0,0	57,3	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 2.2
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 18322)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	0,3	0,1	0,0	1,4	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	2,0
	II	0,2	0,2	0,0	2,4	0,0	0,1	0,4	0,0	0,1	3,3
	III	0,1	0,2	0,1	2,9	0,0	0,4	1,3	0,0	0,2	5,2
	IV	0,1	0,1	0,0	3,1	0,1	0,4	1,7	0,0	0,2	5,6
	V	0,2	0,1	0,0	3,5	0,1	0,3	1,3	0,0	0,1	5,7
	VI	0,1	0,1	0,0	3,9	0,0	0,5	3,2	0,0	0,2	8,0
	VII	0,0	0,1	0,0	3,9	0,1	0,8	8,2	0,0	0,6	13,8
	VIII	0,1	0,1	0,0	0,9	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	2,3
	IX	0,2	0,2	0,0	6,0	0,2	1,1	18,5	0,0	27,8	54,1
Total	1,2	1,3	0,3	28,0	0,6	3,7	35,3	0,0	29,7	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

A partir das tabelas 2.1 e 2.2 obtêm-se as taxas de mobilidade com os seguintes resultados:

Para homens:

Imobilidade = 62,2%

Mobilidade = 37,8%

Mobilidade Estrutural = 15,9%

Mobilidade Circular = 21,9%

Para mulheres:

Imobilidade = 40,3%

Mobilidade = 59,7%

Mobilidade Estrutural = 43,8%

Mobilidade Circular = 15,9%

A característica mais marcante nesses índices é o volume reduzido de mobilidade para os homens, isto devido, fundamentalmente, à imobilidade registrada no emprego rural, 51%. Este é um indicador de que houve uma tetração na tendência de mudanças na estrutura de emprego, isto é, o mercado de trabalho não evoluiu no sentido de absorver mão-de-obra em posições mais privilegiadas como ocorreu para as gerações anteriores, contrariando o padrão observado nos dados da PNAD 1973 por Pastore (1979).

Entretanto, esse padrão já havia sido apontado por Pastore e Haller (1993) que verificaram uma proximidade entre as taxas de mobilidade intergeracional ascendente e descendente nos dados da PNAD 1988, e comparando esses dados com os da PNAD de 1973 escreveram:

Conclusão: a estrutura social brasileira está se tornando menos permeável nos dois sentidos. É difícil se movimentar e mais difícil ainda subir na escala social (Pastore e Haller, 1993: 35).

Como as mulheres tendem a deixar o campo, a imobilidade não tem o mesmo impacto nos dados referentes ao trabalho feminino. Além disso, elas parecem ter aproveitado melhor que os homens o processo de burocratização da estrutura de emprego, padrão visível nas proporções significativas de trabalhadoras que se inseriram no setor não-manual de rotina.

Contrariando os resultados obtidos por Pastore em 1973 (Pastore, 1979), mas convergindo com os resultados de 1988 (Pastore e Haller, 1993) com a análise dos dados das PNADs para os homens, as taxas aqui calculadas quantificam maior mobilidade intergeracional circular do que estrutural para os homens, diagnosticando mudanças no padrão de mobilidade de brasileiro. Contudo, como havíamos ressaltado anteriormente, essa com-

paração só é válida se considerada em termos de conclusões gerais, uma vez que a classificação utilizada aqui não é a mesma que Pastore utilizou em 1979 e 1993.

De qualquer forma, o predomínio da mobilidade circular sobre a estrutural assinala uma mudança significativa no mercado de trabalho. A mobilidade estrutural predomina num momento em que a economia experimenta mudanças estruturais, causadas principalmente por processos de industrialização e urbanização. Pode-se afirmar, portanto, que na década de 70 o predomínio da mobilidade estrutural sobre a circular explicitava os resultados de um processo que transformou o Brasil rural em urbano, também marcado pelo crescimento dos setores industrial e de serviços. A maior mobilidade circular observada nos fins da década de 80 demonstra que esse processo já se consolidou e, portanto, diminuem as mudanças de posições no mercado via mudanças estruturais, o que leva a uma situação de mobilidade marcada primordialmente por características pessoais, tais como idade, educação, treinamento etc. Note-se que os setores não-manual de rotina (IV) e o manual urbano (VI e VII), que incluem ocupações na indústria e nos serviços, registram maior participação dos filhos em relação aos pais.

As mulheres apresentam um padrão diferente dos homens, uma vez que para elas o volume de mobilidade estrutural é maior do que de mobilidade de circulação. Esse fenômeno já havia sido apontado por Caillaux, que atribui o maior índice de mobilidade estrutural para mulheres ao fato de que "Os dois tipos de mobilidade atingiram, diferentemente, os grupos sociais específicos. Os efeitos das mudanças estruturais continuaram presentes afetando, principalmente, as mulheres que passaram a ter ingresso mais sistemático no mercado de trabalho. Os homens, por sua vez, já se tendo beneficiado da abertura de novas oportunidades em épocas anteriores, nos períodos estudados, caracterizaram-se pela mobilidade do tipo circular, fazendo parte de um mercado de trabalho mais desenvolvido e competitivo" (1989: 62).

No entanto, esse fenômeno comporta uma outra explicação causal clara: as mulheres estão distribuídas em posições no mercado de trabalho diferentes dos homens. Deve-se lembrar que o cálculo da mobilidade estrutural e circular se baseia no diferencial entre as marginais da tabela de mobilidade, e portanto no diferencial entre as distribuições ocupacionais de pais e filhos/filhas. Nesse caso, as mulheres são comparadas com seus pais, e não com suas mães. Como o mercado de trabalho, e conseqüentemente a distribuição das ocupações, é segmentado por gênero, essas diferenças resultam num maior índice de mobilidade estrutural, provocado pelas diferenças nas distribuições marginais da tabela.

Para melhor compreender a especificidade do padrão de mobilidade estrutural feminino, é preciso pensar que a tabela de mobilidade intergeracional compara a posição da trabalhadora em seu primeiro emprego com sua posição de origem, definida pela posição de seu pai no momento

em que ela ingressou no mercado de trabalho. Assim, as posições de origem das mulheres correspondem às posições de seus pais na estrutura de emprego e estes estão inseridos numa estrutura ocupacional diferente daquela desenhada pelo emprego feminino. Desta forma, a interpretação dos índices de mobilidade estrutural e circular para as mulheres tem características particulares que explicitam o caráter de segregação por gênero dentro do mercado de trabalho.

As diferenças de gênero na alocação dos indivíduos em posições no mercado de trabalho demonstram ser um forte componente de estruturação na distribuição das ocupações que é, em última instância, o fator principal de definição dos estratos sociais. Dessa forma, a taxa de mobilidade estrutural no caso das mulheres é fortemente influenciada pelas diferenças de gênero existentes na estrutura ocupacional que cria setores claramente destinados à absorção de mão-de-obra feminina, enquanto reserva outros setores identificados como trabalho masculino. Assim, as diferenças entre as taxas de mobilidade estrutural e circular para homens e mulheres podem ser explicadas através do conceito de mercado de trabalho segmentado por gênero, no qual a segregação ocupacional resulta na alocação diferenciada de homens e mulheres dentro da estrutura de emprego. Assim como aponta Dex (1987), as mulheres são destinadas a ocupar posições em um leque mais restrito de ocupações, basicamente nos empregos de escritório, no industrial não-qualificado ou semiquualificado e no trabalho doméstico.

Na tabela 2.2, observa-se que as mulheres estão mais presentes no setor não-manual de rotina e no manual não-qualificado. Note-se que essas ocupações são fortemente segregadas por gênero, uma vez que as atividades que incluem estão associadas ao trabalho feminino; essas categorias são "feminilizadas" e, portanto, aparecem como um reduto no qual as mulheres encontram seu maior espaço de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, as diferenças nas distribuições de pais e filhas demonstram o caráter de segmentação da estrutura de emprego por gênero. Mas o que incrementa o índice de mobilidade estrutural é a diferença significativa que existe entre as trabalhadoras e seus pais no setor de emprego rural, sendo a proporção de pais neste setor 24,4% maior que a de filhas, um resultado que evidencia um processo mais marcante de evasão do campo pelas mulheres.

As mulheres apresentam maior taxa de mobilidade do que os homens, com uma diferença de 23%. Porém, para melhor entender essa diferença, deve-se destacar a direção da mobilidade, uma vez que, como dito anteriormente, é a direção da mobilidade que explicita os padrões da estrutura social assim como as barreiras e o sentido dessas mudanças.

As tabelas abaixo mostram fluxos de saída da mobilidade intergeracional, enunciando a movimentação dos indivíduos partindo da origem que é o estrato do pai e tendo como destino o estrato correspondente ao seu primeiro trabalho.

TABELA 2.3
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 36973)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	11,6	5,7	0,9	47,4	1,2	15,6	10,4	0,0	6,8	100,0
	II	4,5	5,4	0,6	43,2	0,8	24,9	12,8	0,0	7,9	100,0
	III	2,9	3,1	2,6	35,0	0,7	21,3	23,4	0,0	11,1	100,0
	IV	1,8	2,3	0,4	36,4	0,3	25,3	23,3	0,0	10,1	100,0
	V	1,3	1,5	0,9	44,3	3,7	19,8	17,4	0,0	11,0	100,0
	VI	0,5	0,9	0,5	22,1	0,5	36,1	26,9	0,0	12,5	100,0
	VII	0,2	0,6	0,7	13,0	0,5	18,0	51,6	0,0	15,5	100,0
	VIII	2,4	1,3	0,4	13,6	0,4	6,6	5,5	0,0	68,7	100,0
	IX	0,1	0,2	0,2	3,7	0,2	3,5	6,9	0,0	85,2	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 2.4
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 18322)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	12,9	5,8	1,6	70,1	0,8	3,3	5,2	0,0	0,3	100,0
	II	4,6	6,1	0,5	72,0	0,3	2,1	12,7	0,0	1,6	100,0
	III	2,7	4,1	1,6	55,6	0,4	6,8	25,4	0,0	3,3	100,0
	IV	2,1	2,1	0,4	55,1	1,1	6,9	29,6	0,0	2,7	100,0
	V	2,8	2,3	0,5	61,8	1,4	5,4	23,4	0,0	2,5	100,0
	VI	0,7	1,8	0,1	48,4	0,5	6,7	39,7	0,0	2,2	100,0
	VII	0,4	1,0	0,2	28,2	0,6	5,7	59,4	0,0	4,4	100,0
	VIII	4,0	2,3	0,7	39,4	1,2	1,6	23,8	0,0	26,6	100,0
	IX	0,3	0,4	0,1	11,1	0,4	2,0	34,2	0,0	51,4	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil

Analisando a tabela 2.3 conclui-se que o estrato IV é o principal destino daqueles com origem no setor não-manual urbano. Os estratos VI e VII apresentam índices mais elevados de imobilidade do que de mobilidade, e também índices expressivos de mobilidade entre eles; contudo também registram proporções significativas de movimentação em direção ao não-manual de rotina. Dessa forma, todos os estratos que não incluem as ocupações no setor rural parecem convergir em direção ao estrato IV, consistindo o setor não-manual de rotina em um "porto" de entrada no mercado de trabalho para pessoas que partiram de origens urbanas.

Os estratos VIII e IX, por incluíram o setor rural, não demonstram o mesmo comportamento dos estratos urbanos, com uma grande frequência de pessoas que tiveram como estrato inicial o estrato IX. Contudo, considerando-se apenas o setor urbano verifica-se que os trabalhadores com origem no estrato VIII também têm como destino mais comum o estrato não-manual de rotina (estrato IV). Os resultados das tabelas 2.3 e 2.4 indicam que o setor não-manual de rotina é a principal via de inserção no mercado de trabalho urbano, independentemente da origem dos indivíduos. Os estratos rurais se retratam novamente como o setor mais fechado da estrutura social no Brasil³⁰, com uma proporção de imobilidade entre os homens de 68,7% para os proprietários e 85,2% para os trabalhadores do campo.

A comparação entre as tabelas para homens e mulheres reforça a tendência de concentração do trabalho feminino no setor não-manual de rotina, já observada nas tabelas de mobilidade total. Enquanto a proporção de homens presentes nesse setor e que tem origem nos estratos I e II é maior que 40%, a proporção de mulheres supera os 70%. A presença das mulheres no estrato IV é maior do que a dos homens independentemente do estrato de origem.

O que se observa é uma maior proporção de homens no estrato manual qualificado. Ainda em relação a tendências que se repetem independentemente dos estratos de origem, pode-se salientar o fato de os homens permanecerem no setor rural, enquanto as mulheres têm como rota mais comum o setor manual não-qualificado, o que pode ser explicado por esta categoria incluir não somente as indústrias tradicionais como também o serviço doméstico. Assim, enquanto 85,2% dos filhos de trabalhadores rurais "herdam" a posição de seus pais, as filhas registram uma porcentagem de permanência neste setor de 51,4%, sendo que 34,2% delas vão para o manual não-qualificado.

Cabe aqui analisar os fluxos de entrada nas ocupações. Para tanto são apresentadas as tabelas seguintes:

³⁰ Os trabalhos de Pastore (1979) e Valle Silva (1979) enfatizam esta mesma característica da estrutura brasileira

TABELA 2.5
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 36973)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	24,8	10,7	3,0	5,7	3,8	2,2	1,0	11,8	0,2
	II	16,4	17,5	3,6	9,0	4,3	6,1	2,2	0,0	0,4
	III	18,2	17,5	27,3	12,6	6,5	9,0	6,9	0,0	0,9
	IV	11,3	13,3	4,2	13,3	3,2	10,8	6,9	0,0	0,8
	V	8,0	8,1	9,1	15,2	33,5	8,0	4,9	0,0	0,9
	VI	5,1	7,8	7,9	12,6	7,6	24,3	12,6	0,0	1,6
	VII	2,6	8,4	18,2	11,9	10,8	19,4	38,7	5,9	3,3
	VIII	8,0	3,9	2,4	2,5	2,2	1,4	0,8	52,9	2,9
	IX	5,5	12,9	24,2	17,1	28,1	18,7	26,0	29,4	89,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 2.6
MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 18322)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	21,6	8,8	12,0	5,0	2,8	1,8	0,3	0,0	0,0
	II	12,8	15,4	6,0	8,5	1,9	1,9	1,2	0,0	0,2
	III	11,9	16,3	30,0	10,4	3,8	9,7	3,8	0,0	0,6
	IV	9,6	8,8	8,0	11,0	10,4	10,6	4,7	0,0	0,5
	V	13,3	10,0	10,0	12,5	13,2	8,4	3,7	0,0	0,5
	VI	4,6	10,8	4,0	13,9	6,6	14,8	9,1	0,0	0,6
	VII	4,1	10,4	12,0	13,9	15,1	21,7	23,2	25,0	2,0
	VIII	7,8	4,2	6,0	3,3	4,7	1,0	1,6	50,0	2,1
	IX	14,2	15,4	12,0	21,5	41,5	30,0	52,5	25,0	93,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil

Os fluxos de entrada demonstram qual a composição por origem da mão-de-obra de cada estrato social. Os resultados acima revelam que o estrato IX é aquele que mais contribui para a composição da mão-de-obra nos estratos em geral, registrando o alto grau de recrutamento dos filhos de trabalhadores rurais por todas as categorias. No entanto, este setor é o mais isolado, uma vez que tanto o estrato de proprietários como o de trabalhadores é composto basicamente por indivíduos de origem rural. Ou seja, este setor não recruta mão-de-obra urbana.

Vale a pena recordar a conclusão de Pastore (1979) para os dados de 1976, na qual ele afirma ser o setor rural o mais isolado porque, embora contribua significativamente para a composição dos demais estratos, sua composição é quase unicamente de homens com origem neste mesmo estrato; este padrão se reproduz também para as mulheres. Nesse sentido, a composição demográfica da categoria rural é univocamente resultante de herdeiros do próprio setor rural, em torno de 90%.

Os estratos I e III encerram um grau expressivo de homogeneidade na origem, ou seja, a maior proporção de indivíduos que compõem estes estratos são recrutados entre os que têm origem aí. Analisando as distinções entre os estratos que estão nos extremos da estrutura social urbana, observa-se que 70,7% dos homens que estão no estrato I têm origem no não-manual; por outro lado, 83% dos que estão no estrato VII têm origem no manual. Estas proporções são 56% para mulheres no estrato I que partiram de estratos não-manuais e 90% no estrato VII que têm pais com ocupações manuais. Assim, os indivíduos que partem da base do setor manual urbano parecem ter chances reduzidas de atingir ocupações não-manuais, o que aponta para bloqueios à mobilidade além da fronteira manual/não-manual³¹.

3. Mobilidade intrageracional

A mobilidade intrageracional, também chamada mobilidade de carreira, refere-se a mobilidade experimentada pelos indivíduos durante seu ciclo de vida de trabalho. Assim, nesse tipo de mobilidade a origem é definida por sua posição no momento em que entrou no mercado de trabalho, e portanto no momento de seu primeiro emprego e o destino pela sua posição atual, ou no momento da pesquisa. Dessa forma, é importante reforçar a observação feita no início deste capítulo, de que a tabela de mobilidade intrageracional abrange uma população que engloba diferentes faixas etárias e, portanto, diferentes momentos do ciclo de vida. No entanto, a análise da mobilidade intrageracional é importante porque demonstra o padrão de movimentação dos indivíduos durante sua vida economicamente ativa.

As tabelas a seguir mostram os percentuais totais de mobilidade para a tabela para homens e para mulheres:

³¹ Sobre a discussão das barreiras à mobilidade de longa distância, ver os tópicos Fechamento Social e Zona de Contenção, no capítulo seguinte

TABELA 3.1
MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 43536)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	0,6	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
	II	0,1	0,4	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,9
	III	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,5
	IV	1,5	2,8	1,3	1,3	0,8	1,6	1,1	0,1	0,3	13,8
	V	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,5
	VI	0,5	1,7	0,9	0,9	0,5	4,5	1,4	0,1	0,3	12,2
	VII	0,3	1,3	1,0	1,0	0,7	3,6	6,9	0,1	1,1	17,6
	VIII	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	IX	0,2	1,2	1,4	3,2	2,5	7,3	13,2	1,2	23,3	53,6
Total	3,3	7,6	4,9	12,7	4,9	17,3	22,9	1,5	25,1	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 3.2
MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS TOTAIS EM PORCENTAGEM (N= 22923)

	DESTINO									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
O R I G E M	I	1,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
	II	0,1	0,8	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4
	III	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4
	IV	1,6	3,6	1,0	17,3	1,1	1,1	2,7	0,0	0,1	28,3
	V	0,0	0,0	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,0	0,0	0,8
	VI	0,1	0,3	0,1	0,8	0,2	1,8	0,9	0,0	0,0	4,1
	VII	0,1	0,9	0,6	4,5	2,0	3,8	26,0	0,0	1,1	39,0
	VIII	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	IX	0,0	0,2	0,1	1,3	0,9	1,7	9,8	0,1	10,4	24,6
Total	3,1	5,7	2,2	24,5	4,8	8,3	39,5	0,2	11,7	100,0	

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Para homens:

Imobilidade = 40,2%

Mobilidade = 59,8%

Mobilidade Estrutural = 29,6%

Mobilidade Circular = 30%

Para mulheres:

Imobilidade = 58,1%

Mobilidade = 41,9%

Mobilidade Estrutural = 16,7%

Mobilidade Circular = 25,2%

Ao contrário do que ocorre com a mobilidade intergeracional, a mobilidade intrageracional é maior para os homens do que para as mulheres, que têm uma taxa de imobilidade de 58%, enquanto os homens registram 40%. Estes índices indicam que as mulheres experimentam mobilidade em relação aos seus pais; contudo, uma vez dentro do mercado de trabalho é mais difícil moverem-se. As dificuldades vividas pelas mulheres em experimentarem mobilidade de carreira são apontadas freqüentemente na literatura feminista como uma característica das trajetórias do trabalho feminino. No caso do Brasil, não se pode apontar como causa a saída das mulheres do mercado de trabalho em seu ciclo reprodutivo, isto porque a estrutura de emprego feminina não é bimodal e tampouco caracteriza-se pelo trabalho em tempo parcial.

Era esperado que a taxa de mobilidade circular ultrapassasse a de mobilidade estrutural, já que mudanças na estrutura de emprego a curto prazo, ou mais exatamente no prazo de um ciclo de vida de trabalho, são mais escassas. Para os homens as taxas de mobilidade circular e estrutural são praticamente iguais, em torno de 30%. É importante observar que o nível de imobilidade é expressivo, 40%, embora deva ser considerado que muitas das pessoas incluídas nesse percentual são jovens que entraram recentemente no mercado de trabalho e, portanto, origem e destino se confundem.

Os índices de mobilidade estrutural e circular reforçam a hipótese de que a maior mobilidade estrutural intergeracional das mulheres é mesmo causada pelas desigualdades na distribuição ocupacional entre elas e seus pais. Isto porque no caso da mobilidade intrageracional a taxa de mobilidade circular ultrapassa a taxa de mobilidade estrutural. Assim, o padrão de mobilidade estrutural e circular das mulheres se modifica na medida em que as marginais da tabela para origem e destino correspondem ambas à estrutura de emprego feminino, embora em pontos diferentes da vida ativa das mulheres. De qualquer forma, a análise de mobilidade estrutural no caso de tabelas intrageracionais complica-se, uma vez que as mudanças estruturais são mais reduzidas num curto período de tempo, no caso, no período de um ciclo de vida economicamente ativa.

Contudo, as imigrações e outros fatores macrossociais podem sim influir na mobilidade estrutural, mesmo dentro de uma geração.

Porém, como foi frisado anteriormente, esses índices de mobilidade não permitem uma análise global dos padrões de mobilidade porque têm caráter sintético. É importante, não só quantificar a mobilidade, mas principalmente conhecer a direção desses movimentos. Para tanto é necessário analisar os fluxos de saída que representam o movimento dos indivíduos partindo de sua origem, neste caso sua posição no momento em que começou a trabalhar, em direção ao seu destino, que é expresso por sua posição atual.

A seguir têm-se as tabelas com o fluxo de saída para homens e mulheres:

TABELA 3.3
MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 43536)

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
O R I G E M	I	70,8	12,4	8,1	6,2	0,3	0,3	0,6	1,1	0,3	100,0
	II	16,1	38,9	8,5	17,8	3,3	6,3	6,0	1,5	1,5	100,0
	III	2,4	11,7	24,9	11,7	5,4	20,0	21,0	1,0	2,0	100,0
	IV	11,1	20,1	9,1	30,6	5,9	11,9	8,2	0,7	2,3	100,0
	V	2,6	9,4	10,7	11,2	29,6	12,9	12,9	2,6	8,2	100,0
	VI	4,4	14,1	7,3	18,2	4,4	36,7	11,7	0,5	2,6	100,0
	VII	1,5	7,1	5,5	15,4	4,2	20,5	39,2	0,4	6,1	100,0
	VIII	0,0	15,0	0,0	10,0	0,0	0,0	25,0	35,0	15,0	100,0
	IX	0,4	2,3	2,7	5,9	4,7	13,7	24,7	2,2	43,5	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 3.4

MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE SAÍDA EM PORCENTAGEM (N= 22923)

DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
I	83,0	5,4	3,1	7,5	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	100,0
II	8,7	52,4	5,7	24,4	3,9	1,8	2,7	0,3	0,0	100,0
III	3,1	2,1	58,8	14,4	5,2	9,3	6,2	1,0	0,0	100,0
IV	5,8	12,6	3,4	61,0	3,8	3,7	9,4	0,1	0,2	100,0
V	1,0	1,6	6,8	9,9	66,0	1,6	11,5	0,0	1,6	100,0
VI	1,4	6,5	2,6	19,5	4,1	42,9	22,4	0,1	0,5	100,0
VII	0,3	2,2	1,4	11,5	5,2	9,7	66,7	0,0	2,9	100,0
VIII	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	10,0	80,0	0,0	100,0
IX	0,1	0,7	0,6	5,5	3,8	6,8	39,8	0,3	42,5	100,0

O
R
I
G
E
M

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Dos resultados acima, é possível destacar a clivagem existente entre os setores manual e não-manual e que vai aumentando na relação direta do aumento da distância entre os estratos. Assim, do total de pessoas que iniciaram suas carreiras no setor manual qualificado, estrato VI, 44% dos homens e 30% das mulheres ascenderam ao setor não-manual, aqui incluindo os quatro primeiros estratos (I, II, III e IV). Já entre os que tiveram seu primeiro emprego no setor manual não-qualificado, estrato VII, apenas 29% de homens e 15% de mulheres ascenderam a esses estratos. A proporção de trabalhadores rurais que experimentaram mobilidade ascendente para os três primeiros estratos do não-manual é de 11% e 7% para homens e mulheres, respectivamente.

Nesse sentido, observa-se que a proporção de trabalhadores que iniciaram seu ciclo de vida no setor manual e moveram-se para o setor não-manual decresce significativamente conforme os estratos se distanciam da fronteira manual/não-manual. Esses números reforçam a tese corrente nas análises de mobilidade de que os movimentos são mais frequentes entre estratos vizinhos, denotando menor mobilidade de longa distância. Mais eficaz, entanto, é a barreira que impede a queda de trabalhadores nos estratos mais privilegiados para os estratos manuais; no estrato I apenas 2,6% de homens e 0,9% de mulheres moveram-se em direção ao setor manual, no estrato II, as proporções são de 18,6% e 8,7%, para homens e mulheres respectivamente.

Os resultados acima permitem inferir que, consideradas as diferenças por gênero, as distâncias entre os setores manual/não-manual aparecem mais acentuadas para as mulheres, tanto no sentido de prevenir a ascensão

dos estratos manuais para os estratos não-manuais, quanto para impedir o movimento contrário, ou seja, partindo do não-manual para o manual

TABELA 3.5

MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 43536)

DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	17,6	1,3	1,4	0,4	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0
II	4,5	4,7	1,6	1,3	0,6	0,3	0,2	0,9	0,1
III	0,3	0,7	2,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,3	0,0
IV	46,4	36,6	25,8	33,4	16,7	9,5	4,9	7,0	1,3
V	0,4	0,7	1,2	0,5	3,3	0,4	0,3	0,9	0,2
VI	16,1	22,8	18,4	17,5	11,2	25,9	6,2	4,1	1,3
VII	8,0	16,6	19,8	21,5	15,3	20,9	30,1	5,4	4,3
VIII	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,1	0,0
IX	6,6	16,4	29,4	25,0	52,4	42,5	57,7	79,6	92,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O
R
I
G
E
M

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA 3.6

MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
FLUXOS DE ENTRADA EM PORCENTAGEM (N= 22923)

DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	34,7	1,2	1,8	0,4	0,1	0,0	0,0	2,9	0,0
II	4,1	13,3	3,8	1,4	1,2	0,3	0,1	2,9	0,0
III	0,4	0,2	11,3	0,2	0,5	0,5	0,1	2,9	0,0
IV	53,2	62,3	44,1	70,5	22,3	12,7	6,8	14,3	0,4
V	0,3	0,2	2,6	0,3	11,4	0,2	0,2	0,0	0,1
VI	1,8	4,6	4,7	3,3	3,4	21,0	2,3	2,9	0,2
VII	4,4	15,1	25,1	18,4	42,0	45,3	65,8	8,6	9,7
VIII	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,9	0,0
IX	1,0	3,0	6,5	5,5	19,2	20,0	24,7	42,9	89,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O
R
I
G
E
M

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Os fluxos de entrada no caso das tabelas intrageracionais apresentam uma perspectiva muito distinta dos fluxos de entrada para tabelas intergeracionais. Para a mobilidade de carreira, os fluxos de entrada traduzem o primeiro emprego daquelas pessoas que compõem o estrato considerado. Assim, analisando o estrato X_i , temos em cada célula na vertical a proporção de pessoas que iniciaram sua vida economicamente ativa nos estratos $Y_1, Y_2, Y_3, \dots, Y_i$ para compor este estrato X_i . Nesse sentido, é possível identificar em que proporção cada estrato representando a primeira posição dos indivíduos contribuiu para a formação do estrato de destino, ou estrato atual.

O estrato IV é o que mais contribui, como estrato de partida, para a composição dos estratos não-manuais. Já as posições no setor manual são compostas por uma maior proporção de pessoas que vieram do estrato IX. Esses resultados reforçam a tese de divisão entre os setores manual e não-manual. Uma vez que o indivíduo inicia sua carreira no setor manual, suas chances são maiores de permanecer neste setor. Este padrão é ainda mais marcante no caso da mão-de-obra feminina, na qual o setor não-manual de rotina contribui expressivamente na composição dos estratos não-manuais, e os estratos manuais recebem, basicamente, trabalhadoras do estrato manual não-qualificado.

Outro fator que merece destaque é o isolamento do trabalho no campo, já observado nos fluxos de entrada das tabelas de mobilidade total e intergeracional. Os dados intrageracionais desenham um setor rural composto em 92% de indivíduos que iniciaram aí mesmo suas carreiras.

A barreira entre os setores não-manual e manual mostra-se mais forte para o trabalho feminino. A proporção de mulheres vindas de estratos manuais para compor os estratos não-manuais é menor do que a de homens. Se o estrato I é composto por 69% de homens que tiveram entrada no mercado de trabalho via estratos I, II, III e IV, a proporção de mulheres na mesma condição é de 92,4%. O estrato IV, que é a categoria do não-manual mais próxima do manual recebe 27% de mulheres vindas do setor manual, enquanto a proporção de homens nessa mesma circunstância é de 65%. A interpretação deste fenômeno pode ser o isolamento das mulheres do setor manual, uma vez que a formação dos três estratos no topo da hierarquia de emprego está restrita a este mesmo círculo de mulheres que já estavam inseridas nestes setores.

Em suma, alguns padrões de mobilidade podem ser inferidos a partir deste estudo exploratório. Um deles é o total isolamento dos estratos rurais; nota-se também a existência de uma fratura profunda na estrutura social localizada na fronteira não-manual/manual. Há, ainda, uma expressiva coesão no topo dessa estrutura, expressa nas taxas de mobilidade intergeracional, que denota a forte tendência de herança social e a eficácia da elite em transmitir e manter sua posição privilegiada. No entanto, tomando como base as taxas de mobilidade total, é possível argumentar a favor da existência de uma relativa abertura para a entrada de indivíduos

oriundos de estratos menos favorecidos. No entanto, se a homogeneidade de origem nos estratos superiores não é imperfeita, ela é francamente visível e real nos estratos inferiores, o que conduz à conclusão de que a mobilidade brasileira é uma via de mão única, na qual a troca entre posições é um evento raro.

Avaliando as desigualdades de gênero, pode-se afirmar que as mulheres estão concentradas nas categorias não-manual de rotina e manual não-qualificado, ou seja, na base dos estratos não-manuais e manuais, respectivamente. Isto reforça a hipótese da existência de "guetos" ocupacionais que caracterizam um mercado de trabalho segregado por gênero. O que fica ainda mais claro nas diferenças encontradas entre as estruturas de emprego de pais e de filhas³².

Além disso, há barreiras para a mobilidade de carreira das mulheres, o que restringe suas chances de mobilidade uma vez incorporadas à força de trabalho. Isto compõe um quadro em que o trabalho feminino se vê fortemente vinculado às chances de mobilidade advindas de aquisições a nível educacional ou pela própria herança de posições. Para concluir, chama a atenção a prevalência da mobilidade circular para os homens, tanto intergeracional quanto intrageracional, indicando que a estrutura social brasileira reflete um grau de fechamento que contraria o padrão observado na década de 70³³.

³² Infelizmente os dados da PNAD 1988 não incluem informações sobre a ocupação da mãe, o que inscreve uma restrição neste estudo. No entanto, vale lembrar que a entrada das mulheres na força de trabalho é relativamente recente, tendo sido realmente expressiva a partir da década de 60.

³³ Aqui, novamente, a observação se refere ao trabalho de Pastore (1979).

Anexo

TABELA DE MOBILIDADE TOTAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
I	199	135	63	164	19	43	25	10	10	668
II	164	294	97	224	41	100	67	11	32	1030
III	195	300	324	352	78	297	244	22	96	1908
IV	155	286	108	493	74	319	259	3	72	1769
V	132	276	173	310	215	252	221	19	84	1682
VI	122	373	178	584	77	938	430	7	114	2823
VII	100	369	205	768	182	1078	1401	11	334	4448
VIII	56	87	82	96	42	119	114	137	165	898
IX	161	712	676	1552	1101	3072	5184	373	8786	21617
Total	1284	2832	1906	4543	1829	6218	7945	593	9693	36843

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA DE MOBILIDADE TOTAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS
DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
I	84	60	24	173	4	6	25	1	1	378
II	89	95	27	271	27	19	75	1	6	610
III	85	116	72	369	58	68	259	3	30	1060
IV	55	126	31	416	50	79	214	0	9	980
V	74	102	48	430	81	56	191	0	15	997
VI	44	127	38	562	59	140	410	1	23	1404
VII	47	148	48	619	115	229	1127	0	48	2381
VIII	30	38	19	127	14	23	129	6	22	408
IX	75	195	88	1343	432	747	4175	15	2281	9351
Total	583	1007	395	4310	840	1367	6605	27	2435	17569

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS

	DESTINO									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
I	68	33	5	277	7	91	61	2	40	584
II	45	54	6	432	8	249	128	0	79	1001
III	50	54	45	610	12	371	407	0	194	1743
IV	31	41	7	640	6	455	410	0	177	1757
V	22	25	15	733	62	328	288	0	182	1655
VI	14	24	13	610	14	998	745	0	347	2765
VII	7	26	30	576	20	796	2287	1	689	4432
VIII	22	12	4	122	4	59	49	9	618	899
IX	15	40	40	823	52	768	1537	5	18857	22137
Total	274	309	165	4823	185	4105	5912	17	21183	36973

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS

	DESTINO									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
I	47	21	6	256	3	12	19	0	1	365
II	28	37	3	437	2	13	77	0	10	607
III	26	39	15	532	4	65	243	0	32	956
IV	21	21	4	564	11	71	303	0	28	1023
V	29	24	5	640	14	56	242	0	26	1036
VI	10	26	2	713	7	99	585	0	32	1474
VII	9	25	6	711	16	145	1499	1	110	2522
VIII	17	10	3	169	5	7	102	2	114	429
IX	31	37	6	1104	44	201	3391	1	5095	9910
Total	218	240	50	5126	106	669	6461	4	5448	18322

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA DE MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA HOMENS COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS

ORIGEM

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
I		252	44	29	22	1	1	2	4	1	356
II		64	155	34	71	13	25	24	6	6	398
III		5	24	51	24	11	41	43	2	4	205
IV		665	1205	546	1838	353	717	493	44	140	6001
V		6	22	25	26	69	30	30	6	19	233
VI		231	749	390	967	236	1947	623	26	140	5309
VII		115	547	418	1184	324	1571	3003	34	468	7664
VIII		0	3	0	2	0	0	5	7	3	20
IX		94	541	622	1376	1108	3199	5759	503	10148	350
Total		1432	3290	2115	5510	2115	7531	9982	632	10929	43536

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

TABELA DE MOBILIDADE INTRAGERACIONAL PARA MULHERES COM IDADE ENTRE 20 E 64 ANOS

ORIGEM

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
I		244	16	9	22	1	0	1	1	0	294
II		29	174	19	81	13	6	9	1	0	332
III		3	2	57	14	5	9	6	1	0	97
IV		374	818	223	3959	246	243	612	5	12	6492
V		2	3	13	19	126	3	22	0	3	191
VI		13	61	24	183	38	402	210	1	5	937
VII		31	198	127	1032	464	866	5961	3	258	8940
VIII		0	0	1	0	0	0	1	8	0	10
IX		7	40	33	307	212	382	2240	15	234	5630
Total		703	1312	506	5617	1105	1911	9062	35	2672	22923

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

CAPÍTULO IV

TRÊS TESES DE MOBILIDADE

Os estudos de mobilidade têm como objetivo principal retratar o desenho da estrutura social, já que os padrões e taxas de mobilidade revelam as características da estratificação por classes. Neste cenário, várias hipóteses têm sido formuladas sobre o regime de mobilidade e os determinantes do formato dessa movimentação entre estratos a fim de, em última instância, traçar um quadro da organização social de classes.

Entre as muitas hipóteses que buscam inferir, através da análise de mobilidade, as mudanças na forma tomada pela estrutura social, destacam-se três: Fechamento Social (Social Closure), Zona de Contenção (Buffer-Zone) e Contramobilidade (Counter-mobility). Neste capítulo estas três teses serão investigadas, através dos dados da PNAD 1988, com o objetivo de determinar se elas se aplicam ao caso brasileiro. Além disso, serão considerados os dados de homens e mulheres, com o objetivo de apreender possíveis especificidades por gênero.

1. Fechamento social

A tese de fechamento social³⁴ argumenta que o fluxo mais alto de mobilidade acontece entre indivíduos que ocupam posições próximas na estrutura social, o que previne a mobilidade de longa distância. Assim, as taxas de mobilidade são mais altas nos estratos intermediários da estrutura social do que nos extremos. Isto produz um nível de mobilidade menor no topo e na base da pirâmide ocupacional, cujo resultado é o fechamento nas extremidades da estrutura social impedindo a mobilidade de longa distância. Em conjunto, esta tese defende a idéia de que as classes localizadas no topo da estrutura de estratificação retêm suas posições, conformando uma elite que não apenas mantém, mas transmite sua posição de classe, garantindo que seja herdada pelos seus descendentes.

³⁴ Esta tese é discutida por Giddens (1973) e Bottomore (1964).

Goldthorpe (1987), analisando taxas de mobilidade absoluta, concluiu que não existe fechamento social na Inglaterra, uma vez que a elite é heterogênea na origem. Esta parece ser também uma afirmação possível no caso do Brasil, já que as tabelas de mobilidade total analisadas no capítulo anterior mostravam que homens e mulheres filhos de trabalhadores manuais contribuíam com uma porção correspondente a cerca de 29% na composição do estrato de profissionais. No entanto, se indivíduos com origem em estratos menos favorecidos acabam por alcançar posições sociais privilegiadas, o inverso demonstrou não ser verdadeiro. Essa via de mão única leva a indagar se este quadro, aparentemente favorável, resiste a uma investigação mais minuciosa. O propósito aqui é, através de uma análise mais refinada dos dados, verificar se a tese de fechamento social aplica-se ou não à estrutura brasileira.

Fechamento não pode ser considerado estritamente como o oposto à "abertura", mesmo com expressivo grau de heterogeneidade nos estratos mais privilegiados deve-se considerar o auto-recrutamento dos estratos superiores da estrutura de classes e, conseqüentemente, o baixo nível de mobilidade de outros estratos nesta direção assim como de mobilidade para fora dessas categorias. Para medir o grau de fechamento social é interessante comparar as taxas observadas de mobilidade com as taxas obtidas na suposição, teórica, de existência de um regime de mobilidade perfeita.

Neste ponto é importante esclarecer o conceito de "mobilidade perfeita" usado por Glass (1954), que implica independência estatística entre as classes dos filhos e dos pais na tabela de mobilidade. Assim, calculam-se as taxas de mobilidade esperadas segundo as distribuições marginais de origem e de destino.

Em 1954 Glass introduziu um índice de associação que é igual à razão da frequência observada numa célula de uma tabela de mobilidade e a frequência que seria esperada nessa célula sob o suposto de "mobilidade perfeita", ou seja, de independência estatística entre classe (ou outra categoria) de origem e destino. Mas este índice está sujeito a severas críticas já que depende da distribuição marginal da tabela (Hauser, 1978). Acontece que as células correspondentes a valores marginais pequenos tendem a apresentar maiores índices de associação do que as células correspondentes a valores marginais mais elevados. Em particular, o valor máximo do índice depende dos dois valores marginais. Contudo, o índice é valioso para propósitos descritivos e será usado neste capítulo.

O índice de associação de Glass mede a diferença entre os valores das células sob a hipótese de mobilidade perfeita e os valores empíricos das células da tabela de mobilidade. E seu cálculo segue a fórmula:

$$R_{ij} = \frac{f_{ij} N}{f_i \cdot f_j}$$

Na sua forma multiplicativa:

$$f_{ij} = a b_i c_j d_{ij}$$

Onde: $a = N$; $b_i = f_i / N$; $c_j = f_j / N$; $d_{ij} = R_{ij}$

Nas tabelas abaixo tem-se os resultados dos índices de Glass para o total de respondentes, e de homens em mulheres separadamente. O que este índice indica é a dispersão dos dados empíricos e relação à hipótese de independência entre origem e destino, ou seja, hipótese de mobilidade perfeita.

Tabela 4.1
ÍNDICE DE ASSOCIAÇÃO DE GLASS PARA MOBILIDADE INTERGERACIONAL
DE HOMENS E MULHERES ENTRE 20 E 64 ANOS (N = 55295)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	13,6	5,7	3,0	3,1	2,0	1,3	0,4	5,6	0,1
	II	5,1	5,7	1,4	3,0	1,2	1,9	0,6	0,0	0,1
	III	3,2	3,5	5,7	2,4	1,1	1,9	1,1	0,0	0,2
	IV	2,1	2,3	1,0	2,4	1,2	2,2	1,2	0,0	0,2
	V	2,1	1,8	1,9	2,8	5,4	1,7	0,9	0,0	0,2
	VI	0,6	1,2	0,9	1,7	0,9	3,0	1,4	0,0	0,2
	VII	0,3	0,74	1,3	1,0	1,0	1,6	2,4	0,8	0,2
	VIII	3,3	1,7	1,4	1,2	1,3	0,6	0,5	21,8	1,1
	IX	0,2	0,2	0,4	0,3	0,6	0,4	0,7	0,5	1,6

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Tabela 4.2
ÍNDICE DE ASSOCIAÇÃO DE GLASS PARA MOBILIDADE INTERGERACIONAL
DE HOMENS ENTRE 20 E 64 ANOS (N = 36973)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	15,7	6,8	1,9	3,6	2,4	1,4	0,7	7,5	0,1
	II	6,1	6,5	1,3	3,3	1,6	2,2	0,8	0,0	0,1
	III	3,8	3,7	5,8	2,7	1,4	1,9	1,5	0,0	0,2
	IV	2,4	2,8	0,9	2,8	0,7	2,3	1,5	0,0	0,2
	V	1,8	1,8	2,0	3,4	7,5	1,8	1,1	0,0	0,2
	VI	0,7	1,0	1,1	1,7	1,0	3,3	1,7	0,0	0,2
	VII	0,2	0,7	1,5	1,0	0,9	1,6	3,2	0,5	0,3
	VIII	3,3	1,6	1,0	1,0	0,9	0,6	0,3	21,8	1,2
	IX	0,1	0,2	0,4	0,3	0,5	0,3	0,4	0,5	1,5

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Tabela 4.3
ÍNDICE DE ASSOCIAÇÃO DE GLASS PARA MOBILIDADE INTERGERACIONAL
DE MULHERES ENTRE 20 E 64 ANOS (N = 18322)

		DESTINO								
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
O R I G E M	I	10,8	4,4	6,0	2,5	1,4	0,9	0,2	0,0	0,0
	II	3,9	4,7	1,8	2,6	0,6	0,6	0,4	0,0	0,1
	III	2,3	3,1	5,8	2,0	0,7	1,9	0,7	0,0	0,1
	IV	1,7	1,6	1,4	2,0	1,9	1,9	0,8	0,0	0,1
	V	2,4	1,8	1,8	2,2	2,3	1,5	0,7	0,0	0,1
	VI	0,6	1,4	0,5	1,7	0,8	1,8	1,1	0,0	0,1
	VII	0,3	0,8	0,9	1,0	1,1	1,6	1,7	1,8	0,2
	VIII	3,3	1,8	2,6	1,4	2,0	0,5	0,7	21,4	0,9
	IX	0,3	0,3	0,2	0,4	0,8	0,6	1,0	0,5	1,7

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

Como seria esperado, a diagonal da tabela inclui os valores mais altos, indicando que o desvio em relação à mobilidade perfeita é expressivo na situação de herança social. Com exceção da categoria II, que demonstra uma significativa relação com a categoria I; relação esta que é também simétrica, ou seja, o índice para trabalhadores/trabalhadoras que têm origem no estrato de profissionais (I) e destino no estrato de administradores (II) é basicamente idêntico ao índice daqueles que têm origem no estrato II e destino no estrato I, assim como também é igual ao índice de herança no estrato II. Exceção, ainda, para o estrato IV, não-manual de rotina; o que pode ser explicado pelo fato de este ser um estrato intermediário que recebe trabalhadores/trabalhadoras de diversas origens, embora observando-se os valores na coluna, verifica-se que pessoas com origem em estratos não-manuais têm melhores chances de inserção neste estrato.

Chama a atenção que a associação entre os estratos reflita uma barreira entre os setores manual e não-manual, uma vez que os índices apresentam valores mais reduzidos de mobilidade entre pessoas com origem em estratos manuais que têm como destino os estratos não-manuais, comparativamente aos índices daqueles que já têm origem no setor não-manual; ressaltando, em especial, a baixa representação dos setores não-manuais no setor manual não-qualificado. É também significativo o isolamento do setor de proprietários rurais, uma vez que o estrato é composto quase que unicamente de pessoas oriundas neste mesmo estrato ou no estrato de profissionais; o índice de associação na célula que indica imobilidade e herança é de 21,81. Já os trabalhadores rurais só têm índice de associação

igual ou maior que 1 quando suas origens referem-se a este mesmo setor ou ao setor de proprietários rurais, indicando que filhos de proprietários muitas vezes entram na força de trabalho como empregados rurais.

Em 1990, Pamela Abbott reexaminou a análise de Goldthorpe das três teses. Ela baseou sua análise nos fluxos de entrada e saída da tabela de mobilidade formada a partir dos dados sobre mobilidade feminina da Pesquisa sobre Pessoas em Sociedade da Open University, realizada no período de 1980 a 1987. Embora Abbott (1990) concorde com os resultados de Goldthorpe para homens, que apontam para a rejeição da tese de fechamento, ela defende que a tese do fechamento social se aplica a mulheres, na medida em que os homens exercem o fechamento social contra as mulheres. Ela chegou a esta conclusão comparando a porcentagem de homens e mulheres que são empregadores, gerentes ou profissionais nos dados da OPCS de 1984: 8% das mulheres contra 21% dos homens. Abbot escreveu: "podemos concluir a partir disto que as classes mais altas podem não ser capazes de exercer fechamento social contra as classes mais baixas — embora as filhas de pais de classe alta apresentem uma maior probabilidade de obter uma ocupação de classe alta do que as filhas de pais de outros estratos — mas os homens exercem fechamento social com sucesso contra as mulheres. As mulheres estão excluídas das ocupações nos degraus sociais mais altos, independentemente da origem de classe" (1990: 45).

Para verificar este argumento, serão feitas análises das taxas de homens e mulheres, a fim de verificar se existem diferenças de gênero nos índices de associação. A literatura feminista já enfatizou com eficiência as características de segregação por gênero do mercado de trabalho, através de evidências de desigualdades de chances entre homens e mulheres na ocupação de posições de autoridade, bem como os diferenciais de salários, invariavelmente desfavoráveis às mulheres. Contudo, a questão é avaliar o grau de fechamento na estrutura de classes, e se existem padrões diferenciados entre homens e mulheres; isto é, se homens e mulheres apresentam dissimilaridades em operar eficazmente o fechamento do acesso aos estratos sociais mais privilegiados.

Homens e mulheres apresentam padrões de associação entre estratos muito próximos; novamente observa-se o alto grau de associação entre os estratos I e II. No entanto, os dados para mulheres registram um índice mais reduzido de associação na diagonal, ou seja, os dados para mulheres registram menor grau de herança social que os homens, embora também indiquem desvios em relação à mobilidade perfeita. Note-se que as mulheres encontram barreiras mais claras à mobilidade na direção do setor não-manual para o manual; os índices de associação entre os estratos I-VI, II-VI, III-VII, IV-VII e V-VII são menores que 1, enquanto para os homens esses índices são maiores que 1. Estes resultados indicam que, no caso das mulheres, há uma prevenção mais eficaz de movimentos descendentes em direção aos estratos menos privilegiados.

2. Zona de contenção

A tese que se refere à zona de contenção diz respeito à divisão entre ocupações manuais e não-manuais, considerando esta fronteira como o ponto de ruptura mais importante na estrutura de classe, já que funciona como barreira para prevenir a mobilidade de longa distância. Neste sentido, supõe a existência de um grande volume de mobilidade tanto intergeracional quanto intrageracional através da fronteira manual não-manual, contudo este é um padrão de movimento de alcance restrito que está limitado aos grupos que são similares na estrutura de estratificação e que têm um certo grau de homogeneidade de origem³⁵.

O alto nível de mobilidade ao redor da fronteira manual/não-manual funciona como uma barreira para bloquear a mobilidade de longa distância, formando, dessa maneira, uma área que impede e "amortece" a mobilidade em direção aos estratos localizados na extremidade da estrutura social. Neste sentido, a zona de contenção está relacionada à idéia de fechamento social, uma vez que ela previne a mobilidade de longa distância garantindo fechamento no topo da pirâmide de estratificação.

Goldthorpe (1987) formulou duas hipóteses a fim de testar a tese de zona de contenção: (i) os filhos de trabalhadores manuais qualificados terão uma probabilidade de atingir posições no setor não-manual significativamente maior do que os filhos de trabalhadores semiquualificados e não-qualificados. Estes últimos alcançarão como muito ocupações na base da hierarquia não-manual, até o ponto de que a probabilidade de os homens de origem manual terem acesso a ocupações não-manuais de grau superior é quase inexistente; (ii) os filhos de trabalhadores não-manuais de nível intermediário, como vendedores, supervisores, trabalhadores de escritório, pequenos empresários etc., terão uma probabilidade de realizar trabalhos manuais significativamente superior aos filhos de pais com uma posição superior na escala não-manual. O destino da mobilidade dos primeiros será provavelmente os trabalhos qualificados em vez de semiquualificados ou não-qualificados.

Goldthorpe (1987) testou estas hipóteses empiricamente usando a versão de fluxos de saída da tabela de mobilidade intergeracional para homens. Aqui serão utilizados dados de homens e mulheres separadamente a fim de detectar desigualdades de gênero na estrutura de classes. O argumento da tese da zona de contenção está baseado no suposto de que pessoas com origens no setor manual possuem menores chances de chegar nos níveis mais altos da estrutura de classes do que pessoas com origens no não-manual de rotina. Isto seria a conseqüência lógica do bloqueio da mobilidade de longa distância.

³⁵ A tese de Zona de Contenção está presente nos trabalhos de Bottorff (1965), Parkin (1972) e Giddens (1973)

Para tanto, devem-se calcular as taxas de disparidade (disparity ratio) entre os nove estratos. O cálculo das Taxas de Disparidade está baseado na divisão entre as porcentagens de fluxo de saída de cada estrato por um único estrato, que é tomado como base e, portanto, lhe é atribuído o valor 1.

Aqui será usado como base o estrato I; o que se busca verificar é a taxa de dispersão entre as proporções de cada estrato de origem cujo destino foi o estrato I, comparativamente à representação dos estratos mais baixos; na primeira coluna a base é o estrato VII que é o estrato mais baixo do setor urbano; este estrato foi escolhido porque o estrato IX apresenta alto grau de isolamento e baixa representação de mão-de-obra feminina. O cálculo baseia-se nas proporções de mobilidade intergeracional e pode ser representado pela seguinte expressão algébrica:

$$TD_{ii} = P_{ii} / P_{7i}$$

$$\text{Sendo: } P_{ii} = F_{ii}/F_i \text{ e } P_{7i} = F_{7i}/F_7$$

Onde: TD_{ii} é a Taxa de Dispersão de cada estrato de origem em relação ao estrato de destino I; P_{ii} é a porcentagem calculada a partir do número de indivíduos pertencentes a cada estrato de origem i e ao estrato de destino I dividida pelo total de indivíduos no estrato i , ou seja, pelo total em cada linha; e P_{7i} é a proporção calculada a partir da frequência de indivíduos no estrato de origem 7 e destino I dividido pelo total de indivíduos no estrato de origem 7.

Primeiro foram utilizados os dados de homens e mulheres conjuntamente, obtendo-se os seguintes resultados:

ESTRATOS	TAXAS DE DISPARIDADE
	Chances de estar no estrato I (com o estrato VII fixado em 1,0)
I	60,5
II	22,5
III	14,0
IV	9,5
V	9,5
VI	3,0
VII	1,0
VIII	14,5
IX	0,5

Estas taxas de disparidade indicam as chances de os indivíduos oriundos de cada estrato de origem estarem no estrato I, comparativamente à chance daqueles com origem no setor manual não-qualificado. É muito significativa a taxa de disparidade entre o estrato I e VII, ou seja, indivíduos com origem neste mesmo estrato de profissionais têm 60 vezes mais chances

de herdarem o estrato de seus pais do que aqueles com origem no setor manual não-qualificado têm de ascender ao estrato mais privilegiado. Verifica-se que, com exceção do estrato IX, as chances de entrar no estrato I são relativamente maiores para qualquer estrato de origem, comparativamente ao estrato VII. As taxas de disparidade elevadas denotam que as chances desiguais de inserção em estratos mais privilegiados são principalmente resultantes das distâncias entre os estratos na base e os estratos no topo da estrutura social, uma vez que as chances relativas de entrar na categoria de profissionais diminuem à medida que a distância entre os demais estratos e o estrato I aumenta.

É importante enfatizar que há diferenciais nas taxas de disparidade entre os estratos manuais e não-manuais, sendo as chances daqueles com origem no setor não-manual significativamente maiores que as chances dos que têm origem no setor manual; além disso, as chances decrescem para pessoas oriundas do estrato manual não-qualificado, em relação ao estrato manual qualificado, mais próximo da fronteira manual/não-manual, o que permite supor a existência de uma zona de contenção operando nesta fronteira. Deve-se também registrar que existem diferenças entre os estratos manuais, com claras vantagens de acesso ao setor não-manual para aqueles com origem no manual qualificado.

Contudo, este cálculo não permite nenhum tipo de comparação com os resultados obtidos para o Reino Unido. Embora a comparação entre taxas de mobilidade em diferentes países deva ser evitada, desde que a coleta dos dados e a própria análise diferem, pode-se tentar uma aproximação mínima com o que foi produzido por Goldthorpe. Mas para estabelecer alguma comparabilidade com os dados de Goldthorpe é necessário aplicar as taxas de disparidade (disparity ratio) a três categorias, resultantes da combinação dos nove estratos. São elas: I — profissionais, administradores e proprietários empregadores urbanos e proprietários empregadores rurais; II — não-manual de rotina e proprietários por conta própria; III — manual qualificado, manual não-qualificado e trabalhadores rurais. Dessa forma, obtemos uma classificação próxima à de Goldthorpe que nos permitirá inferir algum grau de comparabilidade, sempre considerando as especificidades das estruturas sociais inglesa e brasileira.

Nessas três novas categorias os estratos rurais foram agrupados com os estratos urbanos. Esta opção se deve à tentativa de manter algum grau de similaridade com as categorias utilizadas no estudo de Goldthorpe. Contudo, é indispensável enfatizar que a divisão urbano/rural insere desigualdades bem mais dramáticas no Brasil do que se supõe que possa haver no Reino Unido. Por esse motivo, nas análises posteriores realizadas neste livro o setor rural não será mais integrado aos estratos urbanos.

Tomando, agora, o estrato III como base, têm-se os seguintes resultados para o total da população estudada:

ESTRATOS	TAXAS DE DISPARIDADE	
	Chances de estar no estrato I (com o estrato III fixado em 1,0)	
	BRASIL	REINO UNIDO
I	11,2	4,0
II	5,0	2,0
III	1,0	1,0

Mesmo agregando as categorias em três estratos, os resultados remetem à conclusão de que as diferenças nas chances de entrar no estrato de profissionais são muito expressivas. Pessoas com origem neste mesmo estrato têm 11 vezes mais chances de permanecer aí do que aquelas com origem nos estratos manuais têm de mover-se para esta posição. E embora as possibilidades de alcançar posições neste setor mais favorecido da estrutura social sejam maiores para aqueles com origem nos estratos intermediários, comparativamente ao setor manual, ela corresponde à metade das chances de herança, ou seja, de manutenção da posição pelos indivíduos com origem no estrato I. A situação parece ainda mais favorável à transmissão de classe no Brasil do que no Reino Unido. Não só a chance de reprodução da elite é duas vezes maior aqui do que na Inglaterra, como também a distância entre os estratos intermediário e manual é maior na estrutura social brasileira, registrando a maior eficácia na função de filtrar o movimento em direção ao topo que as categorias intermediárias exercem, operando, assim, como uma "zona de contenção" de mobilidade.

Analisando os dados do Brasil para homens e mulheres separadamente tem-se:

ESTRATOS	TAXAS DE DISPARIDADE	
	Chances de estar no estrato I (com o estrato III fixado em 1,0)	
	HOMENS	MULHERES
I	13,9	9,8
II	5,9	4,6
III	1,0	1,0

As mulheres demonstram menores taxas de disparidade entre os estratos do que os homens, sendo as chances de entrarem no estrato I relativamente menos desiguais entre as trabalhadoras que entre os trabalhadores. Dessa forma, em termos de chances relativas, a estrutura social demonstra-se menos rígida para as mulheres, embora homens e mulheres tenham ainda uma taxa de disparidade muito expressiva, já que as chances de obter posições no estrato I é muito maior para os indivíduos que já têm aí seu ponto de partida, em comparação com aqueles que partem do setor

manual. Essas chances relativas são quase quatorze vezes maiores para os homens e dez vezes maiores para as mulheres. Já trabalhadores com origem no setor intermediário, não manual, têm melhores chances relativas comparativamente àqueles oriundos do manual, numa grandeza de seis para homens e cinco por um para mulheres.

Até este ponto, pode-se reconhecer que homens e mulheres apresentam padrões similares, mesmo que em dimensões diferentes. Com base nesses resultados, verifica-se um relativo fechamento nas posições de elite; o que aponta, ainda, para a existência de uma zona de contenção, na medida em que as chances de integrar a elite são diferenciadas para os estratos intermediário e manual. Dessa forma, os dados indicam um relativo bloqueio à mobilidade entre os extremos da estrutura social.

Note-se que as técnicas até aqui utilizadas não permitem um controle eficaz dos efeitos do diferencial na estrutura de ocupações de origem e destino, ou seja, os resultados ainda sofrem influência da mobilidade estrutural. Nesse sentido, mesmo sem isolar totalmente a porção de mobilidade circular, ou mobilidade relativa, as análises até aqui realizadas indicam desigualdades expressivas nas chances de mobilidade dos diferentes estratos.

Para melhor assinalar a existência ou não de uma zona de contenção, neste trabalho serão considerados também os fluxos de saída da tabela de mobilidade, referidos a três momentos no tempo: a) a origem do respondente, ou seja, a ocupação do pai quando ele começou a trabalhar; b) a sua primeira ocupação; e c) a sua ocupação atual. Dessa forma, estarão representados os movimentos de mobilidade intergeracional e intrageracional.

Além disso, como assinalou Goldthorpe (1987), é necessário considerar a idade dos respondentes, já que os dados incluem trabalhadores de 20 a 64 anos. Assim, eles correspondem a diferentes períodos do ciclo vital, e o intervalo entre o momento em que suas origens são declaradas e sua posição atual de trabalho tem uma amplitude muito grande. Alguns deles estão apenas começando sua vida produtiva e outros estão perto de se aposentar. Goldthorpe (1987) recomendou a utilização apenas de dados sobre respondentes de 35 anos ou mais, já que nesta idade as pessoas alcançam o que ele chama de "maturidade ocupacional".

Neste ponto optou-se por utilizar uma nova classificação, na qual as nove categorias são agregadas em quatro. Isto porque, ao excluir os respondentes com menos de 35 anos e segmentar a tabela de mobilidade em três, houve uma redução do número de casos em cada célula.

Como foi visto até aqui, homens e mulheres apresentam padrões similares e os dados apontam para a existência de uma zona de contenção que bloqueia a mobilidade entre os extremos da estrutura social. Este padrão será melhor investigado com a análise das tabelas de mobilidade 5.1 e 5.2, apresentadas em anexo.

A tabela 5.1 revela que 41,1% dos filhos de profissionais, administradores e proprietários (estratos I, II e III) iniciam sua vida ativa no setor

não-manual intermediário (estratos IV e V), 38,3% entram no setor manual urbano e 9,5% no rural. Contudo, destes 41% que entram no não-manual de rotina, 26,6% experimentam mobilidade de carreira em direção ao topo da estrutura social, enquanto 16,4% daqueles que entraram no mercado de trabalho via ocupações manuais urbanas também obtêm mobilidade ascendente em direção aos estratos mais privilegiados. Dessa forma, se apenas 11% iniciam sua vida profissional no mesmo estrato de elite de seus pais, 43% se movem para este estrato durante seu ciclo vital.

Observa-se, tanto na mobilidade intergeracional como na mobilidade intrageracional, que as chances de ascender aos estratos mais elevados são maiores para aqueles que entram nos estratos intermediários do que para os que entram nos estratos da base da estrutura social, na medida em que 4,6% de trabalhadores que têm origem nesse setor não-manual têm como primeiro emprego ocupações dos estratos I, II e III; enquanto apenas 1,7% de trabalhadores com origem no estrato manual iniciam sua vida ativa nos estratos mais privilegiados. Considerando a mobilidade de carreira, as chances de ascender aos estratos superiores são de 22% para aqueles que têm como origem e primeiro destino os estratos IV e V; o oposto para os que têm origem e primeiro destino no estratos manuais urbanos, VI e VII, cuja proporção de ascensão aos estratos superiores é de 14%.

Estes números indicam que existem barreiras tanto para a mobilidade descendente dos filhos da elite, quanto para a mobilidade ascendente, dos filhos de trabalhadores manuais, o que caracteriza uma zona de contenção.

Considerando a origem no setor não-manual de rotina e pequena burguesia (estratos IV e V), nota-se um alto grau de imobilidade e de mobilidade descendente para o setor manual, que, no entanto, não é superior em relação aos filhos dos estratos I, II e III que entram nos setores intermediário e manual. Comparando com os filhos de trabalhadores manuais, origem VI e VII, verifica-se que a proporção de mobilidade em direção ao topo é bem menor para estes últimos, tanto a mobilidade intergeracional como a de carreira, com um diferencial de 2,9% e 13,1%, respectivamente. É também maior a mobilidade descendente daqueles oriundos do manual urbano em direção ao setor rural. Estes resultados reforçam a tese de que este movimento é facilitado pela maior proximidade do estrato intermediário em relação ao estrato mais privilegiado.

Analisando os dados para mulheres na tabela 5.2, percebe-se a similaridade em relação aos homens. Ou seja, homens e mulheres apresentam um padrão em que o volume de mobilidade de curta distância é maior do que o de mobilidade de longa distância. Contudo, podem-se apontar algumas diferenças, por exemplo: mulheres com origem nos estratos I, II e III estão, proporcionalmente, menos representadas nos estratos manuais do que os homens, sendo expressiva a porcentagem de mulheres que entram nos estratos intermediários. Para todos os estratos de origem, a proporção de mulheres que têm primeira ocupação no topo da distribuição de estratos é igual à dos homens; contudo, é bem maior a proporção de

mulheres que entram nos estratos intermediários (IV e V), relativamente aos homens.

Contudo, as mulheres que entram no mercado de trabalho via ocupações no setor intermediário registram menor proporção de ascensão para o estrato mais elevado (I, II e III) do que os homens, isto independente do estrato de origem. O mesmo ocorre com aquelas que têm como primeira ocupação o setor manual, o que sugere que a zona de contenção funciona mais eficazmente no caso das mulheres; ou seja, as chances de mobilidade de carreira ascendente incorporam um componente de gênero. As mulheres têm chances mais reduzidas de ascender na estrutura social via mobilidade intrageracional; uma vez posicionadas no mercado de trabalho as chances de promoção durante sua vida ativa são menores que as dos homens. Isto corrobora a argumentação de sociólogas feministas de que o mercado de trabalho é mais fechado para a promoção das mulheres que dos homens; sendo assim, as mulheres encontram suas chances na mobilidade intergeracional, enquanto vêem bloqueados os caminhos em direção aos estratos privilegiados durante sua vida profissional.

3. *Contramobilidade*

A tese de contramobilidade, ou tese da compensação, está baseada no suposto de que o incremento na mobilidade ascendente via educação em décadas recentes é "compensado" pelo decréscimo de mobilidade durante a vida produtiva.

A moderna estrutura de trabalho, caracterizada pela profissionalização, burocratização e complexidade técnica incorporou a importância crescente da educação como uma das rotas principais para conseguir altas posições na hierarquia ocupacional. Porém, contra a idéia de que a expansão da educação formal permitiu uma distribuição mais igualitária das chances de mobilidade ascendente, a tese da compensação supõe que ao incremento em mobilidade ascendente via educação contrapõe-se uma diminuição na mobilidade ascendente durante a vida produtiva, como consequência da queda da importância do treinamento e da experiência³⁶.

Goldthorpe (1987: 55) também define contramobilidade como "um movimento na vida produtiva que tem o efeito de devolver o indivíduo a sua origem de classe, depois de uma mudança inicial no seu primeiro emprego, e que serve assim para promover a estabilidade intergeracional". Assim, se a contramobilidade é real, indivíduos jovens com origens manuais deveriam ter porcentagens mais altas de entrada direta nos níveis mais privilegiados do que os mais velhos; ainda mais, espera-se que homens que começaram sua vida produtiva nos estratos manuais ou inter-

* A tese de Contramobilidade é apresentada nos estudos de Parkin (1972) e Westgaard (1972).

mediários tenham uma chance menor de alcançar posições superiores durante a carreira.

Para analisar esta hipótese, serão utilizadas as tabelas de mobilidade, 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4, em anexo, para homens e mulheres, divididas em duas coortes de idade: indivíduos nascidos entre 1923 e 1943 e, portanto, com idade entre 64 e 45 anos, e nascidos entre 1944 e 1968, com idade entre 44 e 24 anos. Nessas tabelas estão incluídas as porcentagens referentes à mobilidade intergeracional, estrato do pai e primeiro estrato do filho, e à mobilidade intrageracional, primeiro estrato e estrato atual do filho.

As tabelas referentes aos homens, 6.1 e 6.2, demonstram um padrão claro de diferenciação entre as duas coortes de idade, caracterizada pela maior proporção de trabalhadores no setor manual urbano e menor proporção de trabalhadores rurais, comparativamente a coorte 1923-43. Isto reflete a nova estrutura de empregos, resultante do processo de industrialização e urbanização que ocorreu nos anos 70. Assim, observa-se na coorte 1944-68 um maior grau de mobilidade intergeracional em direção aos estratos manuais urbanos do que houve na coorte 1923-43. Este padrão se repete para as mulheres, mostrando que essa reestruturação do mercado de trabalho teve forte impacto também na configuração da força de trabalho feminina.

Analisando as taxas de mobilidade de carreira para os homens, elas confirmam a hipótese de que houve uma queda na proporção de movimentos ascendentes de carreira nas gerações mais jovens; isto porque, embora as diferenças percentuais sejam pequenas existe um padrão sistemático no qual, indiferentemente à categoria de origem, as porcentagens de mobilidade intrageracional em direção aos estratos mais elevados são, invariavelmente, mais baixas para aqueles incluídos na coorte de idade mais jovem. O setor rural é exceção, explicada, entretanto, pelo intenso processo de urbanização que teve início já na década de 60. Essa diferença pode ser parcialmente atribuída a um efeito devido ao diferencial no ciclo de vida produtiva das duas gerações, favorecendo os indivíduos que estão há mais tempo no mercado. Porém, os dados revelam um fato extremamente relevante: não houve um crescimento de mobilidade intergeracional ascendente entre os jovens. Dessa forma, a hipótese de que a expansão da educação formal e a crescente importância da qualificação conduziria ao aumento de mobilidade entre gerações não é válida para o Brasil, uma vez que os percentuais são praticamente idênticos para as duas coortes de idade.

Este padrão não se reproduz para as mulheres, tabelas 6.3 e 6.4; na realidade, a mobilidade das trabalhadoras não apresenta um padrão uniforme. As coortes mais jovens experimentaram maior mobilidade intergeracional, o que se deve ao crescimento da mão-de-obra feminina no período que sucedeu a década de 60, e o fluxo de mobilidade de carreira ascendente na coorte mais jovem não experimentou contramobilidade quando as mulheres eram oriundas de estratos não-manuais.

Contudo, para aquelas trabalhadoras com origem no setor manual urbano que entram no mercado via estratos I, II e III, há um diferencial de imobilidade desfavorável; ou seja, a proporção de mulheres que iniciaram sua vida profissional nos setores do topo da estrutura e registraram mobilidade descendente para fora deste setor é maior na coorte 1944-68. Deve-se, entretanto ressaltar que este movimento é compensado pelas maiores taxas de mobilidade em direção aos estratos I, II e III para as trabalhadoras que, tendo origem no setor manual urbano, entraram na força de trabalho via estratos intermediários ou no mesmo estrato manual urbano.

Dessa forma, a tese de contramobilidade pode ser confirmada para os dados referentes ao homens; entretanto, deve-se considerar a especificidade da mão-de-obra feminina, cuja inserção no mercado de trabalho é relativamente recente e reflete o aumento da escolaridade e da participação das mulheres mais jovens.

Em suma, as três teses clássicas aqui confrontadas não podem ser totalmente rejeitadas no caso do Brasil. Se com a análise dos fluxos percentuais de mobilidade não era possível estabelecer parâmetros claros para a confirmação ou rejeição dos supostos aqui apresentados, um escrutínio mais minucioso dos dados de 1988 acabaram por demonstrar a existência de um expressivo fechamento no topo da estrutura social brasileira, que leva à reprodução da elite através da transmissão geracional de posições privilegiadas. Da mesma forma, foi possível confirmar a segunda tese, com a constatação de que existe maior fluidez entre os estratos que se encontram próximos, o que revela a presença de barreiras que se impõem à mobilidade entre as posições extremas da estrutura social; este quadro concentra a movimentação nos estratos intermediários, proporcionando, assim, a formação de uma zona de contenção.

A terceira tese parece plausível no caso dos homens, e mostrou um quadro bem mais pessimista no caso brasileiro; isto porque a contramobilidade se baseia na hipótese de que o aumento da mobilidade intergeracional ascendente, devida à expansão de oportunidades educacionais em décadas mais recentes, era contraposto pela diminuição da mobilidade de carreira. É revelador observar que, no caso brasileiro, as duas coortes de idade compartilham os mesmos níveis de mobilidade intergeracional, demonstrando a incrível estabilidade nas oportunidades que se sobrepõe até mesmo ao tempo. Nesse sentido, os dados sobre força de trabalho masculina informam que esta compensação não ocorreu, nem poderia ocorrer, na medida em que não houve aumento de mobilidade para os mais jovens. Já os dados sobre as mulheres contradizem este padrão, pois a mobilidade ascendente é maior entre as mais jovens, o que se deve em grande medida ao aumento, a partir dos anos 60, do nível de participação feminina na população economicamente ativa.

TABELA 5.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS DE 35 ANOS OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS I, II e III = 1.874

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	11,2	Estratos I, II e III	9,1
		Estratos IV e V	1,2
		Estratos VI e VII	0,8
		Estratos VIII e IX	0,2
Estratos IV e V	41,1	Estratos I, II e III	26,6
		Estratos IV e V	9,9
		Estratos VI e VII	3,7
		Estratos VIII e IX	0,9
Estratos VI e VII	38,3	Estratos I, II e III	16,4
		Estratos IV e V	7,8
		Estratos VI e VII	12,5
		Estratos VIII e IX	1,6
Estratos VIII e IX	9,5	Estratos I, II e III	1,4
		Estratos IV e V	1,5
		Estratos VI e VII	4,2
		Estratos VIII e IX	2,4

TABELA 5.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS DE 35 ANOS OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS IV e V = 1.788

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	4,6	Estratos I, II e III	3,5
		Estratos IV e V	0,6
		Estratos VI e VII	0,5
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	44,2	Estratos I, II e III	21,7
		Estratos IV e V	13,9
		Estratos VI e VII	6,8
		Estratos VIII e IX	1,8
Estratos VI e VII	38,7	Estratos I, II e III	11,8
		Estratos IV e V	10,0
		Estratos VI e VII	15,6
		Estratos VIII e IX	1,3
Estratos VIII e IX	12,5	Estratos I, II e III	2,0
		Estratos IV e V	2,0
		Estratos VI e VII	5,8
		Estratos VIII e IX	2,7

TABELA 5.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 3.404

Primeiro Estrato do Respondente	Estrato Atual do Respondente
Estratos I, II e III 1,7	Estratos I, II e III 0,9
	Estratos IV e V 0,2
	Estratos VI e VII 0,5
	Estratos VIII e IX 0,0
Estratos IV e V 16,5	Estratos I, II e III 6,4
	Estratos IV e V 5,7
	Estratos VI e VII 4,1
	Estratos VIII e IX 0,3
Estratos VI e VII 65,5	Estratos I, II e III 14,0
	Estratos IV e V 12,6
	Estratos VI e VII 36,5
	Estratos VIII e IX 2,5
Estratos VIII e IX 16,3	Estratos I, II e III 1,5
	Estratos IV e V 2,2
	Estratos VI e VII 8,9
	Estratos VIII e IX 3,7

TABELA 5.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS VIII E IX = 15.108

Primeiro Estrato do Respondente	Estrato Atual do Respondente
Estratos I, II e III 0,6	Estratos I, II e III 0,3
	Estratos IV e V 0,1
	Estratos VI e VII 0,1
	Estratos VIII e IX 0,1
Estratos IV e V 3,7	Estratos I, II e III 1,4
	Estratos IV e V 1,2
	Estratos VI e VII 0,8
	Estratos VIII e IX 0,2
Estratos VI e VII 9,0	Estratos I, II e III 1,5
	Estratos IV e V 1,6
	Estratos VI e VII 5,1
	Estratos VIII e IX 0,7
Estratos VIII e IX 86,6	Estratos I, II e III 4,9
	Estratos IV e V 9,1
	Estratos VI e VII 31,0
	Estratos VIII e IX 41,6

TABELA 5.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS I, II E III = 968

Primeiro Estrato do Respondente	Estrato Atual do Respondente
Estratos I, II e III 10,5	Estratos I, II e III 8,2
	Estratos IV e V 1,8
	Estratos VI e VII 0,4
	Estratos VIII e IX 0,0
Estratos IV e V 62,6	Estratos I, II e III 23,0
	Estratos IV e V 33,5
	Estratos VI e VII 5,4
	Estratos VIII e IX 0,6
Estratos VI e VII 23,9	Estratos I, II e III 2,7
	Estratos IV e V 5,0
	Estratos VI e VII 16,0
	Estratos VIII e IX 0,1
Estratos VIII e IX 3,0	Estratos I, II e III 0,3
	Estratos IV e V 0,5
	Estratos VI e VII 1,4
	Estratos VIII e IX 0,7

TABELA 5.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS IV E V = 1.016

Primeiro Estrato do Respondente	Estrato Atual do Respondente
Estratos I, II e III 4,5	Estratos I, II e III 3,5
	Estratos IV e V 0,7
	Estratos VI e VII 0,3
	Estratos VIII e IX 0,0
Estratos IV e V 59,8	Estratos I, II e III 17,2
	Estratos IV e V 36,7
	Estratos VI e VII 5,8
	Estratos VIII e IX 0,1
Estratos VI e VII 31,6	Estratos I, II e III 3,3
	Estratos IV e V 8,9
	Estratos VI e VII 19,3
	Estratos VIII e IX 0,0
Estratos VIII e IX 4,0	Estratos I, II e III 0,0
	Estratos IV e V 0,5
	Estratos VI e VII 2,2
	Estratos VIII e IX 1,3

TABELA 5.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 1.782

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	1,6	Estratos I, II e III	1,0
		Estratos IV e V	0,4
		Estratos VI e VII	0,1
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	31,9	Estratos I, II e III	7,0
		Estratos IV e V	18,7
		Estratos VI e VII	6,2
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos VI e VII	61,3	Estratos I, II e III	4,3
		Estratos IV e V	11,3
		Estratos VI e VII	44,6
		Estratos VIII e IX	1,2
Estratos VIII e IX	5,2	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,5
		Estratos VI e VII	3,1
		Estratos VIII e IX	0,1

TABELA 5.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES DE 35 ANOS
OU MAIS
PAI NOS ESTRATOS VIII E IX = 6.239

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	0,6	Estratos I, II e III	0,4
		Estratos IV e V	0,1
		Estratos VI e VII	0,0
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	10,3	Estratos I, II e III	1,6
		Estratos IV e V	7,0
		Estratos VI e VII	1,7
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos VI e VII	35,1	Estratos I, II e III	1,4
		Estratos IV e V	5,0
		Estratos VI e VII	27,0
		Estratos VIII e IX	1,6
Estratos VIII e IX	54,0	Estratos I, II e III	0,6
		Estratos IV e V	4,6
		Estratos VI e VII	26,1
		Estratos VIII e IX	22,5

TABELA 6.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1923 E 1943
PAI NOS ESTRATOS I, II E III = 846

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	11,3	Estratos I, II e III	9,1
		Estratos IV e V	1,3
		Estratos VI e VII	0,8
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos IV e V	40,7	Estratos I, II e III	27,8
		Estratos IV e V	8,4
		Estratos VI e VII	3,2
		Estratos VIII e IX	1,3
Estratos VI e VII	36,5	Estratos I, II e III	15,2
		Estratos IV e V	7,0
		Estratos VI e VII	11,8
		Estratos VIII e IX	2,5
Estratos VIII e IX	11,5	Estratos I, II e III	1,3
		Estratos IV e V	1,4
		Estratos VI e VII	5,6
		Estratos VIII e IX	3,2

TABELA 6.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1923 E 1943
PAI NOS ESTRATOS IV E V = 795

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	4,7	Estratos I, II e III	3,5
		Estratos IV e V	0,6
		Estratos VI e VII	0,5
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	46,2	Estratos I, II e III	23,0
		Estratos IV e V	13,1
		Estratos VI e VII	6,9
		Estratos VIII e IX	3,1
Estratos VI e VII	33,0	Estratos I, II e III	11,7
		Estratos IV e V	7,3
		Estratos VI e VII	12,7
		Estratos VIII e IX	1,3
Estratos VIII e IX	16,2	Estratos I, II e III	3,0
		Estratos IV e V	2,4
		Estratos VI e VII	7,0
		Estratos VIII e IX	3,8

TABELA 6.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1923 E 1943

PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 1.416

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	1,8	Estratos I, II e III	1,0
		Estratos IV e V	0,1
		Estratos VI e VII	0,6
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	14,5	Estratos I, II e III	6,4
		Estratos IV e V	4,7
		Estratos VI e VII	3,1
		Estratos VIII e IX	0,4
Estratos VI e VII	65,0	Estratos I, II e III	13,6
		Estratos IV e V	10,5
		Estratos VI e VII	37,4
		Estratos VIII e IX	3,4
Estratos VIII e IX	18,7	Estratos I, II e III	1,5
		Estratos IV e V	2,2
		Estratos VI e VII	9,9
		Estratos VIII e IX	5,2

TABELA 6.1

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1923 E 1943

PAI NOS ESTRATOS VIII E IX = 8.293

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	0,6	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,1
		Estratos VI e VII	0,1
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos IV e V	3,0	Estratos I, II e III	1,3
		Estratos IV e V	0,9
		Estratos VI e VII	0,6
		Estratos VIII e IX	0,2
Estratos VI e VII	7,4	Estratos I, II e III	1,2
		Estratos IV e V	1,4
		Estratos VI e VII	4,1
		Estratos VIII e IX	0,7
Estratos VIII e IX	89,0	Estratos I, II e III	4,8
		Estratos IV e V	9,1
		Estratos VI e VII	29,6
		Estratos VIII e IX	45,4

TABELA 6.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1944 E 1968

PAI NOS ESTRATOS I, II E III = 2.158

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	11,1	Estratos I, II e III	9,1
		Estratos IV e V	1,1
		Estratos VI e VII	0,7
		Estratos VIII e IX	0,2
Estratos IV e V	41,4	Estratos I, II e III	23,6
		Estratos IV e V	13,3
		Estratos VI e VII	3,9
		Estratos VIII e IX	0,6
Estratos VI e VII	39,3	Estratos I, II e III	16,0
		Estratos IV e V	9,5
		Estratos VI e VII	12,7
		Estratos VIII e IX	1,2
Estratos VIII e IX	8,2	Estratos I, II e III	1,5
		Estratos IV e V	1,4
		Estratos VI e VII	3,5
		Estratos VIII e IX	1,9

TABELA 6.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1944 E 1968

PAI NOS ESTRATOS IV E V = 2.214

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	4,2	Estratos I, II e III	2,9
		Estratos IV e V	0,8
		Estratos VI e VII	0,4
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos IV e V	41,7	Estratos I, II e III	16,4
		Estratos IV e V	17,4
		Estratos VI e VII	7,0
		Estratos VIII e IX	0,9
Estratos VI e VII	45,7	Estratos I, II e III	10,6
		Estratos IV e V	13,8
		Estratos VI e VII	20,1
		Estratos VIII e IX	1,1
Estratos VIII e IX	8,4	Estratos I, II e III	1,2
		Estratos IV e V	1,6
		Estratos VI e VII	4,0
		Estratos VIII e IX	1,6

TABELA 6.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1944 E 1968

PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 4.778

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	1,6	Estratos I, II e III	0,6
		Estratos IV e V	0,3
		Estratos VI e VII	0,6
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	17,6	Estratos I, II e III	5,3
		Estratos IV e V	6,8
		Estratos VI e VII	5,1
		Estratos VIII e IX	0,4
Estratos VI e VII	67,8	Estratos I, II e III	11,7
		Estratos IV e V	14,1
		Estratos VI e VII	39,2
		Estratos VIII e IX	2,8
Estratos VIII e IX	13,1	Estratos I, II e III	0,9
		Estratos IV e V	1,8
		Estratos VI e VII	8,0
		Estratos VIII e IX	2,4

TABELA 6.2

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA HOMENS NASCIDOS ENTRE
1944 E 1968

PAI NOS ESTRATOS VIII E IX = 12.781

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	0,6	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,1
		Estratos VI e VII	0,1
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	5,1	Estratos I, II e III	1,6
		Estratos IV e V	1,8
		Estratos VI e VII	1,2
		Estratos VIII e IX	0,4
Estratos VI e VII	12,0	Estratos I, II e III	1,8
		Estratos IV e V	2,2
		Estratos VI e VII	7,1
		Estratos VIII e IX	0,9
Estratos VIII e IX	82,3	Estratos I, II e III	4,5
		Estratos IV e V	8,7
		Estratos VI e VII	31,5
		Estratos VIII e IX	37,7

TABELA 6.3

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1923 E 1943

PAI NOS ESTRATOS I, II E III = 375

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	9,6	Estratos I, II e III	6,4
		Estratos IV e V	2,4
		Estratos VI e VII	0,8
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	59,5	Estratos I, II e III	22,4
		Estratos IV e V	30,7
		Estratos VI e VII	5,9
		Estratos VIII e IX	0,5
Estratos VI e VII	27,5	Estratos I, II e III	2,4
		Estratos IV e V	5,6
		Estratos VI e VII	19,5
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos VIII e IX	3,5	Estratos I, II e III	0,0
		Estratos IV e V	0,0
		Estratos VI e VII	2,7
		Estratos VIII e IX	0,8

TABELA 6.3

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1923 E 1943

PAI NOS ESTRATOS IV E V = 375

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	3,5	Estratos I, II e III	1,9
		Estratos IV e V	1,3
		Estratos VI e VII	0,3
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	53,1	Estratos I, II e III	18,4
		Estratos IV e V	28,8
		Estratos VI e VII	5,6
		Estratos VIII e IX	0,3
Estratos VI e VII	35,7	Estratos I, II e III	4,5
		Estratos IV e V	8,0
		Estratos VI e VII	23,2
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos VIII e IX	7,7	Estratos I, II e III	0,0
		Estratos IV e V	1,3
		Estratos VI e VII	4,0
		Estratos VIII e IX	2,4

TABELA 6.3

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1923 E 1943
PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 642

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	1,7	Estratos I, II e III	1,2
		Estratos IV e V	0,5
		Estratos VI e VII	0,0
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	22,3	Estratos I, II e III	3,9
		Estratos IV e V	12,9
		Estratos VI e VII	5,5
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos VI e VII	69,0	Estratos I, II e III	4,0
		Estratos IV e V	11,2
		Estratos VI e VII	52,2
		Estratos VIII e IX	1,6
Estratos VIII e IX	7,0	Estratos I, II e III	0,2
		Estratos IV e V	0,5
		Estratos VI e VII	4,4
		Estratos VIII e IX	2,0

TABELA 6.3

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1923 E 1943
PAI NOS ESTRATOS VIII E IX = 2.917

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	0,5	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,1
		Estratos VI e VII	0,0
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	7,1	Estratos I, II e III	0,9
		Estratos IV e V	4,7
		Estratos VI e VII	1,5
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos VI e VII	32,7	Estratos I, II e III	1,2
		Estratos IV e V	4,5
		Estratos VI e VII	25,3
		Estratos VIII e IX	1,8
Estratos VIII e IX	59,7	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	4,7
		Estratos VI e VII	28,9
		Estratos VIII e IX	25,8

TABELA 6.4

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1944 E 1968
PAI NOS ESTRATOS I, II E III = 1.294

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	13,3	Estratos I, II e III	11,4
		Estratos IV e V	1,7
		Estratos VI e VII	0,2
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	64,5	Estratos I, II e III	20,6
		Estratos IV e V	38,7
		Estratos VI e VII	4,9
		Estratos VIII e IX	0,3
Estratos VI e VII	20,2	Estratos I, II e III	2,5
		Estratos IV e V	5,1
		Estratos VI e VII	12,3
		Estratos VIII e IX	0,4
Estratos VIII e IX	1,9	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,4
		Estratos VI e VII	0,6
		Estratos VIII e IX	0,6

TABELA 6.4

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1944 E 1968
PAI NOS ESTRATOS IV E V = 1.379

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	5,6	Estratos I, II e III	4,9
		Estratos IV e V	0,6
		Estratos VI e VII	0,1
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	61,9	Estratos I, II e III	14,7
		Estratos IV e V	41,3
		Estratos VI e VII	5,8
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos VI e VII	31,0	Estratos I, II e III	2,5
		Estratos IV e V	9,6
		Estratos VI e VII	18,6
		Estratos VIII e IX	0,4
Estratos VIII e IX	1,5	Estratos I, II e III	0,0
		Estratos IV e V	0,0
		Estratos VI e VII	1,0
		Estratos VIII e IX	0,5

TABELA 6.4

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1944 E 1968
PAI NOS ESTRATOS VI E VII = 2.624

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	2,1	Estratos I, II e III	1,2
		Estratos IV e V	0,6
		Estratos VI e VII	0,3
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	39,8	Estratos I, II e III	8,4
		Estratos IV e V	24,7
		Estratos VI e VII	6,6
		Estratos VIII e IX	0,1
Estratos VI e VII	54,8	Estratos I, II e III	3,7
		Estratos IV e V	11,0
		Estratos VI e VII	39,4
		Estratos VIII e IX	0,8
Estratos VIII e IX	3,2	Estratos I, II e III	0,3
		Estratos IV e V	0,6
		Estratos VI e VII	1,6
		Estratos VIII e IX	0,7

TABELA 6.4

PADRÕES DE MOBILIDADE INTER E INTRAGERACIONAL PARA MULHERES NASCIDAS
ENTRE 1944 E 1968
PAI NOS ESTRATOS VII E IX = 6.101

Primeiro Estrato do Respondente		Estrato Atual do Respondente	
Estratos I, II e III	1,2	Estratos I, II e III	0,9
		Estratos IV e V	0,2
		Estratos VI e VII	0,0
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos IV e V	15,0	Estratos I, II e III	2,2
		Estratos IV e V	10,7
		Estratos VI e VII	2,0
		Estratos VIII e IX	0,0
Estratos VI e VII	36,9	Estratos I, II e III	1,4
		Estratos IV e V	6,1
		Estratos VI e VII	27,8
		Estratos VIII e IX	1,6
Estratos VIII e IX	46,9	Estratos I, II e III	0,8
		Estratos IV e V	4,6
		Estratos VI e VII	21,5
		Estratos VIII e IX	20,0

CAPÍTULO V

UM MODELO PARA O BRASIL: ESTRUTURA E GÊNERO

O Capítulo II inaugurou a discussão sobre a inter-relação da estrutura social e mobilidade, introduzindo o método e a lógica interpretativa que guiam este trabalho. Os procedimentos utilizados no agrupamento de categorias ocupacionais em novos estratos acabam por ser os mesmos que possibilitam o delineamento da estrutura social, uma vez entendido que essa estrutura se caracteriza por estratos que formam "áreas" compostas por posições entre as quais os fluxos e trocas são constantes³⁷. Assim, é possível retratar a estruturação da sociedade através da fluidez ou rigidez, que caracterizam a mobilidade entre os nove estratos previamente definidos.

Este capítulo tem como meta estabelecer um modelo de mobilidade para o Brasil que expresse a estrutura social, cenário da mobilidade, segundo seu grau de fluidez e rigidez nos diferentes estratos. Para tanto, serão utilizadas taxas relativas de mobilidade, calculadas a partir de modelos log-lineares, com a suposição de que o grau de mobilidade provocado pelas mudanças estruturais ocorridas nas sociedades industrializadas nos últimos três quartos deste século não alterou a estabilidade da associação entre origem e destino, no sentido de tornar a estrutura social mais fluida e diminuir a desigualdade. Ao contrário do que se quer crer, a expansão econômica e as reformas educacionais não criaram uma sociedade meritocrática³⁸, sobrevivendo as desigualdades de oportunidades e a transmissão de posições nas elites.

Mesmo se as taxas absolutas de mobilidade cresceram significativamente com as mudanças na distribuição das posições dentro da estrutura

³⁷ Importante enfatizar que esta tese adota o conceito weberiano, que reconhece as classes sociais como formadas por aquelas posições de classes entre as quais o movimento é frequente.

³⁸ Sorokin, Bertaux e Bourdieu, entre outros, apresentam críticas à concepção de que o sistema educacional funciona como instrumento para a promoção de igualdade de chances na competição por posições numa organização social meritocrática, na qual predomina o talento individual. Ao contrário, consideram que a educação funciona como uma via de transmissão de posições de classe.

social, parecendo apontar na direção de uma sociedade mais aberta na qual prevalecem critérios de seleção baseados em características adquiridas contra critérios baseados em características atribuídas³⁹, são as taxas relativas que permitem capturar as oportunidades dos diferentes estratos que compõem a estrutura social e o grau de flexibilidade e fluidez desta estrutura. Os modelos log-lineares baseiam-se em odds-ratio, cuja vantagem é ser uma medida não-refratária ao tamanho dos totais marginais da tabela; o que torna possível apreender o grau de fluidez da estrutura social sem a influência das mudanças estruturais que redesenham as distribuições marginais da tabela. Dessa forma, as taxas relativas de mobilidade capturam, exclusivamente, o grau de fluidez e abertura social sem a influência das mudanças na estrutura ocupacional.

Aqui tratar-se-á, ainda, do ponto central da discussão introduzida neste livro, que é o debate sobre a inclusão de dados sobre mulheres nos estudos de mobilidade. Como foi abordado no capítulo introdutório, este tornou-se um tema recorrente na bibliografia inglesa, que divide os estudiosos em grupos que defendem a hipótese de que as informações sobre homens são suficientes para compor o quadro da estrutura social, e os que criticam esta abordagem, argumentando que o crescimento constante do número de mulheres no mercado de trabalho e a especificidade da participação dessas em áreas do mercado geram a necessidade de incluir os dados sobre mobilidade feminina. Caso contrário, ao inferir que as mulheres têm o mesmo padrão de fluidez dos homens, estariam sendo ignoradas características particulares da participação deste segmento na força de trabalho, o que implicaria um desenho imperfeito da estrutura social.

Este debate é extenso e monopoliza boa parte das publicações recentes nesta área. O que se propõe aqui é ajustar um modelo que expresse a mobilidade social dos homens, com base nos dados da PNAD 1988, e aplicá-lo aos dados referentes às mulheres. Nesse sentido, montamos um quadro de hipóteses nos moldes mais tradicionais das hipóteses estatísticas.

H_0 : Hipótese nula de não-diferença entre homens e mulheres nos padrões de mobilidade e, conseqüentemente, no desenho da estrutura social brasileira.

H_1 : Hipótese alternativa de diferença significativa no padrão de mobilidade e, portanto, nas características da estrutura social brasileira para homens e mulheres.

³⁹ Os estudos de mobilidade baseados em aquisição de status privilegiam a perspectiva de que as sociedades industriais se caracterizam pela meritocracia, na qual os critérios de seleção são substituídos por critérios de aquisição. Orientados pela ideia de prestígio, hierarquia social e realizações individuais, a tradição de estudos de mobilidade como aquisição de status sedimenta-se sobre a competição por posições na hierarquia de prestígio em âmbito mundial.

O conhecimento de características da estrutura social é imprescindível para as análises no contexto classe-estrutural da mobilidade social. Reconhecer os fluxos e padrões de mudança, mapear suas barreiras e planícies, é reconhecer os contornos dessa estrutura e a própria organização social brasileira.

1. Modelos topológicos: mapeando a estrutura social

Os modelos log-lineares aplicados às tabelas de mobilidade se dividem basicamente em modelos topológicos e modelos de associação. Hauser (1978, 1979, 1981) produziu vários trabalhos em que abordava a tabela de mobilidade como um mapa de regiões ocupacionais cujas distâncias e alturas são descritas pelos padrões de movimentação entre elas. A proposta é construir um mapa do espaço da mobilidade, medindo-se a densidade ou a impermeabilidade dos movimentos intergeracionais, considerando, desta forma, a predisposição ao movimento entre os estratos ou a persistência dentro destes. Esses modelos, que num primeiro momento foram chamados por Hauser de modelos estruturais, receberam de Hout (1983) a denominação de modelos topológicos, por sua característica de mapeamento da mobilidade. Eles são aplicados aos esquemas de estratos não-ordenados, isto é, não-hierarquizados, e sua função é especificar o termo de interação entre células, a fim de dividir a tabela de mobilidade em regiões de quase-independência.

Desta forma, os parâmetros de interação representam níveis de densidade de mobilidade ou imobilidade numa célula comparativamente às outras, sendo que as células de um mesmo nível compartilham o mesmo parâmetro definindo uma região de quase-independência. O conceito de níveis de densidade é desenvolvido por Hauser (1978) como referência às densidades relativas de mobilidade ou imobilidade nas células de diferentes níveis. Os níveis são numerados de acordo com o grau de densidade dessas células, do mais alto para o mais baixo, isto é, dos níveis de mobilidade mais fechados para os mais fluidos. Daí também serem chamados de modelos de fluidez social (Goldthorpe, 1987).

Antes, porém, de proceder à definição do modelo de fluidez social proposto aqui, é interessante avaliar os resultados do modelo de mobilidade quase-perfeita, ou modelo de quase-independência, aplicado aos dados de mobilidade para homens entre 20 e 64 anos. Este modelo foi ajustado no Capítulo II para testar a classificação de estratos, quando foi reportado somente o resultado da razão de máxima verossimilhança (L^2), igual a 7950 com 55 graus de liberdade.

A análise dos parâmetros estimados a partir do modelo de mobilidade quase-perfeita permite obter a dimensão da imobilidade em cada estrato. Isto porque os parâmetros de interação do modelo de mobili-

dade quase-perfeita são ajustados para as células da diagonal principal, ou seja, para os casos em que estrato de origem e estrato de destino são iguais, fornecendo assim uma medida que apreende a propensão de herança de classe para cada estrato. Como foi visto no anexo do Capítulo II, o parâmetro para o primeiro nível é fixado em zero e funciona como referência, uma vez que os parâmetros dos demais níveis são estimados a partir dele.

No caso do modelo de mobilidade quase-perfeita o primeiro nível é aplicado às células fora da diagonal, que incorporam os indivíduos que experimentaram mobilidade, enquanto a cada célula da diagonal são atribuídos níveis distintos. Dessa forma, o parâmetro relativo à mobilidade corresponde ao parâmetro de referência, enquanto os parâmetros estimados para cada célula da diagonal são calculados em relação a este parâmetro de referência. Por essa razão, é possível comparar estes parâmetros de forma direta, uma vez que os parâmetros de imobilidade são medidos em termos de diferenças em relação à mobilidade.

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	2,5330	0	0	0	0	0	0	0	0
II	0	1,5660	0	0	0	0	0	0	0
III	0	0	1,3720	0	0	0	0	0	0
IV	0	0	0	0,9914	0	0	0	0	0
V	0	0	0	0	1,0220	0	0	0	0
VI	0	0	0	0	0	0,9045	0	0	0
VII	0	0	0	0	0	0	-0,3939	0	0
VIII	0	0	0	0	0	0	0	2,5530	0
IX	0	0	0	0	0	0	0	0	0,8366

A cada parâmetro ajustado está associado um valor de odds-ratio, ou razão de chance: estrato I = 12,59; estrato II = 4,79; estrato III = 3,94; estrato IV = 2,70; estrato V = 2,78; estrato VI = 2,47; estrato VII = 0,433; estrato VIII = 12,85 e estrato IX = 2,31. As razões de chance neste modelo indicam quantas vezes a propensão para a imobilidade é maior em relação à situação de mobilidade perfeita.

Os valores das razões de chance mostram que os estratos de proprietários rurais (VIII) e de profissionais (I) são os que apresentam maior grau de herança de classe; nessa situação a propensão para imobilidade é quase 13 vezes maior do que para mobilidade. Eles são seguidos pelos estratos de administradores (II) e empregadores urbanos (III). Os setores não-manual de rotina (IV), proprietários por conta própria (V) e manual qualificado (VI) apresentam índices menores de propensão à transmissão de classe, demonstrando que são mais permeáveis à mobilidade do que os estratos no topo da estrutura social. O estrato de trabalhadores rurais (IX) expressa ainda maior proximidade do caso de mobilidade, o que se deve ao fluxo de saída deste setor, provocado pela transferência de mão-de-obra do setor

rural para o urbano que vem ocorrendo há décadas. Finalmente, o estrato manual não-qualificado (VII) registra um padrão extremamente fluido, pois a razão de chance para imobilidade incorpora um valor negativo, revelando que neste estrato a propensão à imobilidade é menor do que a propensão à mobilidade, cujo parâmetro de referência é zero, que corresponde à razão de chance igual a 1. Pode-se concluir, portanto, que este estrato é o único em que a imobilidade não prevalece sobre a mobilidade. Em suma, observa-se uma tendência geral à herança de classe, à exceção do estrato não-manual de rotina.

O modelo de mobilidade quase-perfeita não se ajusta aos dados, uma vez que se deve reconhecer a existência de relações diferenciadas entre os estratos, ou seja, a mobilidade entre classes sociais não obedece a um critério uniforme, como é suposto nesse modelo. Por essa razão não se pode atribuir um único parâmetro de mobilidade para todas as interações entre estratos. De qualquer maneira, o modelo de mobilidade quase-perfeita serve como base para estabelecer um conjunto de parâmetros de interação que permitam definir um modelo topológico de fluidez social.

Os modelos topológicos estão associados à tradição que utiliza o estudo da mobilidade como base para o reconhecimento dos padrões de estruturação dos estratos. Nesse sentido, o objetivo principal das análises estruturais é mapear as distâncias entre estratos que revelam as barreiras na estrutura social através de técnicas log-lineares que permitem dividir a tabela de mobilidade intergeracional em regiões distintas de densidade de mobilidade relativa. A mobilidade é entendida como fluxo entre posições e não como aquisição individual. A definição de Baron para sua análise da mobilidade ocupacional nos Estados Unidos expressa perfeitamente as características principais dos modelos estruturais da mobilidade social⁴⁰.

Esse artigo focaliza a tabela de mobilidade como um mapa de regiões de ocupações cujas distâncias e contornos são descritos em termos dos padrões de movimento entre elas. Além dos efeitos associados às origens sociais e destinos ocupacionais, a predisposição ao movimento intergeracional (ou persistência dentro) dos sites é uma característica importante da estrutura ocupacional e social (Baron, 1980: 817).

Partindo desta conexão entre o contexto classe-estrutural e os modelos topológicos, é possível indicar uma outra conexão, senão oposta, ao menos paralela, entre o contexto hierárquico e os modelos de associação.

⁴⁰ Baron (1980) realizou um estudo que revê o trabalho clássico de mobilidade apresentado por Rogoff em 1953, com dados para Indianápolis de 1910 a 1940, através da aplicação de modelos estruturais para dados provenientes de uma amostra nacional datada de 1973. Nesse artigo, Baron confirma a invariância das tendências de mobilidade e revela a existência de uma divisão das ocupações em dois setores que ele denomina "mental-manual".

Este segundo tipo de modelo é aplicável a dados ordenados em categorias hierarquicamente distribuídas, e tem sido amplamente utilizado nos estudos de aquisição de status socioeconômico. A ênfase está no impacto causal da origem sobre o destino dos indivíduos, e o exemplo clássico dessa abordagem é o trabalho de Blau e Duncan (1967). Neste caso, o centro da análise está na relação linear entre a posição do pai e do filho medidas numa escala de prestígio ocupacional, bem como na determinação dos elementos causais da aquisição de status.

Essas diferenças são refletidas nas metodologias típicas das duas escolas. Modelos log-lineares para dados tabulados são apropriados para o escrutínio de célula por célula na análise de tabelas de mobilidade, enquanto o modelo linear geral é mais apropriado para a perspectiva multivariada da pesquisa de aquisição (Hout, 1983: 51).

Como já foi explicitado, o objetivo é refletir a estrutura social brasileira através da análise da mobilidade social. Observe-se ainda que foram adotadas categorias que não obedecem a uma ordenação hierárquica, mas estão definidas num âmbito relacional, o que indica a aplicação de modelos topológicos. As análises exploratórias, utilizadas nos capítulos anteriores, iluminam algumas alternativas para a composição das "áreas" que caracterizam a "topologia" da estrutura de estratos. Vale lembrar que, uma vez que partem da especificação de regiões de quase-independência, por definição os modelos topológicos implicam a existência de uma teoria latente à tabela de mobilidade ao agregar as células em níveis que expressam regimes de mobilidade.

Os modelos topológicos baseiam-se na determinação de parâmetros de interação que devem ser entendidos como tendências para mobilidade ou imobilidade. A cada célula da tabela é atribuído um nível de densidade, e para aquelas células que compartilham o mesmo nível de densidade é determinado um parâmetro de interação comum. Assim, a estratégia analítica baseia-se na suposição de que o modelo de mobilidade perfeita, ou de independência entre origem e destino, não se aplica aos dados, reconhecendo, portanto, a existência de relações entre posições sociais que compõem zonas de associação. Essa técnica consiste em adicionar ao modelo log-linear de independência uma dimensão que expressa os níveis de densidade.

Às células (i, j) são atribuídas a K subconjuntos mutuamente exclusivos e exaustivos, e cada um desses subconjuntos compartilha um parâmetro comum de interação λ_k . Assim, além dos efeitos dos totais, linha e coluna (isto é, efeitos marginais), cada frequência esperada é determinada por apenas um parâmetro, refletindo a densidade da mobilidade ou imobilidade naquela célula relativamente à das outras células na tabela. O parâmetro de interação no modelo

corresponde diretamente ao conceito de densidade conjunta de observações [White, 1963: 26], e podem ser interpretados como índices de distância social entre as categorias das classificações de linha e coluna [Rogoff, 1953: 31-32] (Hauser, 1979: 416).

A fórmula se escreve:

$$\eta_{ij} = \mu + \lambda_i + \lambda_j + \lambda_k$$

Onde: η_{ij} é o valor esperado em cada célula; μ é a média; λ_i é o efeito de pertencer à linha, ou origem, i; λ_j é o efeito de pertencer à coluna, ou destino, j; e λ_k é o efeito de pertencer ao nível de densidade relativa k. O parâmetro de interação λ_k é compartilhado por todas as células às quais foi atribuído o nível k. O teste estatístico de razão de máxima verossimilhança L^2 aplicado ao modelo se distribui como χ^2 com (k-1) graus liberdade, onde k é o número de níveis de densidade.

O modelo será definido, inicialmente, com base nos dados da amostra nacional da PNAD 1988 para homens entre 20 e 64 anos. O objetivo é ajustar um modelo de mobilidade para a mão-de-obra masculina, e aplicá-lo aos dados referentes às mulheres. O não-ajustamento do modelo para as trabalhadoras implica reconhecer que a posição das mulheres na estrutura social não pode ser derivada da posição dos homens, uma vez que elas possuem padrões de mobilidade distintos. Formulando mais precisamente as hipóteses contidas neste estudo, de uma forma estatisticamente precisa temos um teste específico com a hipótese nula de não-diferença entre os modelos de mobilidade de homens e mulheres e a hipótese alternativa de que homens e mulheres estão alocados diferencialmente na estrutura de posições de classes e, portanto, não se devem ignorar os dados sobre a força de trabalho feminina nos estudos de mobilidade social como propõe a perspectiva convencional.

Como foi citado no capítulo de introdução, a perspectiva convencional considera que os estudos de mobilidade podem estar baseados em dados coletados somente entre os homens, uma vez que a unidade de estratificação é a família, e todos os seus membros têm sua posição de classe definida pelo chefe de domicílio, que possui um maior comprometimento com o mercado de trabalho. O caráter intermitente das trajetórias das mulheres no mercado, muitas vezes interrompidas devido à sua função reprodutiva, impede uma análise consistente da estrutura de classes via trabalho feminino. Além disso, supõe a endogamia de classes, o que permite que a classe social de um casal seja reconhecida através da posição de um dos cônjuges.

É possível, ainda, justificar a adoção de dados para homens como base dos estudos de mobilidade pelo simples fato de a estrutura social não ter características diferenciadas por gênero, embora já seja amplamente aceita a tese que identifica a segmentação por gênero da estrutura

ocupacional. A questão posta é: os padrões de mobilidade e a estrutura social brasileira são diferentes para homens e mulheres? Ou, em outras palavras: a estrutura social brasileira tem características significativamente diferenciadas por gênero que justifiquem a realização de estudos de mobilidade incluindo dados sobre mulheres, ou, como proclama a perspectiva convencional, o estudo da mobilidade para homens é suficiente para explicar a estrutura de estratos numa sociedade?

Foram utilizados os dados da PNAD 1988 para o Brasil referentes aos trabalhadores homens com idade entre 20 e 64 anos, tabulados para compor a tabela de mobilidade total, ou seja, formada pelo estrato do pai e o estrato atual do filho. O modelo ajustado inclui sete níveis, ordenados segundo o grau de fluidez, ou seja, o menor valor, ou valor 1, corresponde às células onde há maior densidade, indicando maior rigidez no fluxo entre estratos; por oposição, o valor 7 corresponde, assim, às células nas quais há menor densidade de troca entre origem e destino.

Os valores dos parâmetros aditivos correspondentes a cada nível de densidade no modelo ajustado para homens entre 20 e 64 anos são:

Quadro V

Nível	Parâmetro
1	0,00
2	-1,11
3	-1,70
4	-2,21
5	-2,53
6	-3,46
7	-4,38

Gráfico II

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ DE NÍVEIS DE DENSIDADE PARA O MODELO DE FLUIDEZ SOCIAL

DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	1	2	3	3			6		7
II	2	2					6		7
III	3	3	3						6
IV	2	2	3	2	3	2	3	6	6
V	3	3			2				6
VI		3		3		2		6	6
VII	5	3		3	3	2	2	6	
VIII								1	
IX	7	6	6	6					3

O
R
I
G
E
M

Quadro VI

RESÍDUOS DO MODELO DE FLUIDEZ SOCIAL PARA HOMENS

DESTINO

O
R
I
G
E
M

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	-1,52	0,44	-0,45	1,89	0,11	-0,84	0,11	1,40	0,04
II	-0,69	-0,82	0,23	1,61	-0,44	-1,48	1,17	-0,05	1,77
III	1,57	-0,60	2,17	-0,70	-0,20	0,53	-1,46	-1,09	-1,06
IV	1,32	2,38	-1,72	0,24	1,94	-3,34	-0,75	-0,29	3,57
V	-1,52	0,46	1,99	-0,33	0,52	0,19	-0,69	0,35	-0,88
VI	0,91	2,13	-0,53	-2,81	-0,95	0,20	1,81	-0,54	-0,09
VII	0,45	-1,02	-0,73	0,15	1,18	-0,23	0,53	0,31	-0,33
VIII	1,29	0,33	0,49	-2,23	1,00	-0,96	-0,62	2,11	-0,20
IX	-0,67	-1,72	-1,00	1,58	-0,91	1,61	-0,16	-1,04	-0,05

O modelo ajustou com L^2 de 123,99 e 58 graus de liberdade; o que representa uma melhora considerável em relação ao modelo de mobilidade quase-perfeita, que registrou um valor de L^2 igual a 7950 com 55 graus de liberdade. Deve-se concluir que a diferença de 7826,01 entre os valores da razão de máxima verossimilhança dos dois modelos é expressiva, valendo lembrar que o incremento nos graus de liberdade é consequência das diferenças na parametrização dos modelos.

Como já mencionado no Capítulo II, deve-se salientar que para um grande volume de dados o ajuste do modelo não pode se basear no valor tabulado do qui-quadrado, porque esta é uma estatística que sofre influência dos valores das marginais da tabela na medida em que as frequências esperadas são calculadas a partir destes. Portanto, o teste de significância para o L^2 , ou mesmo para o próprio χ^2 , deve incorporar estatísticas que considerem tanto o valor de N , correspondente ao total de observações da tabela, como os graus de liberdade. Aqui, como para o ajuste dos modelos log-lineares apresentados no Capítulo II, foi utilizado o teste bic cujo cálculo é:

$$bic = 123,99 - 58 (\ln 36843)$$

$$bic = - 485,8$$

Para aceitar a validade do ajuste do modelo, o valor de bic deve ser menor que zero, lembrando que o teste bic toma como modelo de base o

modelo saturado; ou seja, um valor negativo de bic supõe que o modelo escolhido é preferível ao modelo saturado. Dessa forma, o alto valor negativo de bic demonstra que o modelo ajusta para os dados referentes aos homens.

O modelo ajustado assemelha-se aos modelos de distância e, portanto, deve ser lido como uma expressão das distâncias entre estratos sociais, uma vez que as chances de mobilidade se tornam mais escassas na medida em que aumenta a distância entre os estratos de origem e os estratos de destino. Registra, ainda, três resíduos acima do valor 2,57, que supõe significância ao nível de 1%: na célula IV-VI, origem na pequena burguesia e destino no manual qualificado, o resíduo é negativo, indicando que aí o número de observações é menor do que o valor previsto segundo o parâmetro a ela atribuído; da mesma forma, a célula VI-IV incorpora resíduo negativo, assinalando que homens com origem no manual qualificado e destino na pequena burguesia estão representados em menor número do que seria esperado segundo o modelo proposto. Inversamente, a célula IV-IX, origem na pequena burguesia e destino no setor de trabalhadores rurais, incorpora um resíduo positivo, indicando que sua densidade deveria ser menor do que a designada no modelo. A existência de resíduos é previsível, uma vez que não é aconselhável atribuir novos parâmetros de interação que sirvam especificamente a um número limitado de células, sem compor nenhum padrão diferenciado de mobilidade ou, ainda melhor, de densidade relativa.

Observando a diagonal do gráfico II, chama a atenção o grau de densidade de imobilidade em todos os estratos, indicando maiores chances relativas de permanência no estrato de origem, o que caracteriza uma estrutura fechada na qual prevalecem a herança e a reprodução dos estratos. São as categorias de profissionais (I) e de proprietários rurais (VIII) que registram o maior grau de densidade de imobilidade de todo o modelo; isto se deve à capacidade destes estratos de garantir a transmissão de posições a seus descendentes.

A elite brasileira parece operar eficazmente o fechamento social e a reprodução dos estratos, uma vez que impõe barreiras tanto à entrada como à saída, especialmente aos movimentos em direção àquelas categorias distinguidas como blue-collar. Os níveis de densidade nos estratos I, II e III vão diminuindo à medida que aumenta o "espaço" entre eles e os demais estratos; este é um padrão que se pode visualizar tanto na linha como na coluna.

O fechamento da elite fica explícito, ainda, na simetria existente entre os estratos de profissionais, administradores e proprietários que apresentam altos níveis de densidade de mobilidade entre si. Dessa forma, as chances relativas de filhos de profissionais serem encontrados na administração e gerência são simétricas às chances relativas de filhos de administradores e gerentes serem profissionais; do mesmo modo é simétrica a mobilidade entre destinos e origens de profissionais e administradores em relação a destinos e origens de proprietários empregadores.

Em particular, a inserção na categoria de profissionais revela barreiras para os estratos manuais relativamente aos não-manuais, o que se agrava no caso dos trabalhadores oriundos do setor rural. Dessa forma, percebe-se a existência de bloqueios à mobilidade de longa distância sendo, também, possível observar a concentração de densidade no alto do canto esquerdo da matriz de mobilidade, representada no gráfico II, em oposição às baixas densidades no alto do canto direito. Conclui-se, portanto, que as categorias manuais, constituindo estratos de origem mais desfavoráveis, têm menores chances relativas de alcançar posições privilegiadas, ou seja, filhos de trabalhadores nestes estratos enfrentam maiores dificuldades em obter posições que estão no topo da estrutura de emprego.

A mobilidade brasileira caracteriza-se, assim, pela mobilidade de curta distância e pela alta concentração de densidade nas células que indicam imobilidade, sendo, portanto, composta por classes homogêneas na origem. O que marca este quadro da estrutura social brasileira é a clara divisão entre os setores não-manual e manual. Parece mesmo existir uma zona de contenção (buffer-zone), que funciona no sentido de impedir que os filhos de trabalhadores não-manuais sejam deslocados para o setor manual; simetricamente, há um bloqueio para o movimento dos estratos manuais em direção aos não-manuais. As chances relativas de trabalhadores com origem no estrato de profissionais experimentarem mobilidade descendente decrescem de forma constante, e diminuem ainda mais acentuadamente quando dizem respeito ao movimento em direção aos estratos manuais.

Esse padrão é comum a todo o setor não-manual, demonstrando que existe uma zona de contenção que previne a mobilidade descendente. É também relevante o fato de que a composição do setor não-manual de rotina é relativamente fluida, demonstrando um certo grau de abertura para absorção de trabalhadores de diversas origens. Entretanto, os estratos I e III inserem bloqueios à inclusão daqueles com origem nos estratos manuais; já as categorias II e IV são mais heterogêneas. Contudo, esse padrão é esperado, uma vez que o setor não-manual de rotina (IV) funciona como uma zona de absorção de mão-de-obra proveniente dos estratos manuais. Isto corrobora a hipótese de existência de uma zona de contenção (buffer-zone) que cria barreiras à mobilidade de longa distância.

Ainda considerando os estratos intermediários, pode-se observar que há uma alta concentração em torno da fronteira manual/não-manual, devida ao setor não-manual de rotina. Neste sentido, este setor parece operar como uma zona de contenção restringindo a mobilidade de longa distância. Os trabalhadores com origem neste setor encontram-se distribuídos pelos demais estratos urbanos, com exceção do setor rural que tem características bastante particulares de rigidez, tanto para movimentos de entrada como de saída. Dessa forma, os estratos de origem VI e VII, que correspondem ao setor manual, encontram nas ocupações de rotina uma zona de absorção de seus descendentes, embora apresentem índices elevados de imobilidade.

O setor de emprego rural (estrato IX) é um cenário distinto, que se caracteriza por um alto grau de isolamento em relação aos demais. A célula que corresponde à imobilidade apresenta nível de densidade elevado, enquanto aquelas que expressam mobilidade registram baixos níveis de densidade. As chances relativas de filhos de trabalhadores rurais serem encontrados nos demais estratos são baixas, decrescendo na relação direta da distância que separa o setor de emprego rural dos demais. Isto é, as chances de alcançarem posições no estrato I são menores do que as de estarem no estrato II, e assim por diante; o que indica a desigualdade na competição para ocupar posições mais privilegiadas da estrutura social.

Em suma, o padrão de distribuição de posições na estrutura social brasileira não contradiz as hipóteses clássicas que apontam para o fechamento do setor rural, para a existência de bloqueios na fratura que divide os setores não-manual e manual, e também para a relativa fluidez dos estratos que se localizam no centro dessa estrutura. Reforça as hipóteses correntes de que a elite é fechada à incorporação de trabalhadores oriundos de estratos mais baixos, sendo as chances relativas de inserção nos estratos superiores, considerando aqui os estratos I e III, maiores para aqueles que vêm do setor manual e restritas para aqueles com origem no setor rural. Notável é a capacidade de garantir a reprodução no setor não-manual, na medida em que há claras barreiras que impedem os fluxos de saída deste setor em direção ao setor manual. As chances relativas de mobilidade diminuem na proporção inversa do aumento da distância entre os estratos; ou seja, quanto mais distantes estão os estratos manuais dos não-manuais, menos provável é a ascensão ou descensão em direção a eles.

O modelo de fluidez deixa claro um padrão de distância entre os estratos; no entanto, é necessário caracterizar a magnitude das distâncias entre os níveis de densidade. Para compreender melhor a relação entre os parâmetros referentes aos níveis de densidade, é apresentada abaixo a matriz das diferenças nas densidades entre eles:

Níveis	1	2	3	4	5	6	7
1	1	3,03	5,47	9,12	12,55	31,82	79,8
2	0,33	1	1,80	3,00	4,14	10,49	26,31
3	0,18	0,55	1	1,66	2,29	5,81	14,58
4	0,11	0,33	0,51	1	1,38	3,49	8,78
5	0,08	0,24	0,43	0,73	1	2,54	6,38
6	0,03	0,10	0,17	0,28	0,39	1	2,51
7	0,01	0,04	0,07	0,11	0,16	0,40	1

Para calcular essas diferenças é necessário remeter ao quadro V. Com base nos valores da matriz é possível afirmar que o nível 1 é três vezes maior que o nível 2, e cinco vezes e meia maior do que o nível 3. Para demonstrar o cálculo dos valores no triângulo superior da matriz pode-se tomar como exemplo a diferença entre os parâmetros 2 e 3:

$$e^{(-1,11 - (-1,70))} = e^{0,59} = 1,80$$

Para o triângulo inferior da matriz e, portanto, para a diferença entre os parâmetros 3 e 2, tem-se:

$$e^{(-1,70 - (-1,11))} = e^{-0,59} = 0,55$$

A partir destes resultados é possível visualizar não só a hierarquia entre os níveis de densidade, mas também a distância entre eles. O nível de densidade 2 é um terço do nível 1, enquanto o nível 7 é apenas um centésimo do nível 1; indicando uma grande discrepância entre os níveis de densidade que expressam, em última instância, as distâncias entre os estratos.

É possível, ainda, traduzir as diferenças entre os níveis de densidade em chances relativas de mobilidade entre os estratos. Dessa forma, as diferenças nas densidades são expressas em termos de odds-ratio, ou razões de chances relativas. É esperado que a maior razão de chance relativa — que incorpora a competição mais desigual — seja aquela que se refere à mobilidade entre os estratos I e IX. Tomando esta relação como exemplo tem-se que:

$$\frac{F_{11}/F_{19}}{F_{91}/F_{99}} = \frac{D_1/D_7}{D_7/D_3}$$

da mesma forma,

$$\frac{F_{11}/F_{91}}{F_{19}/F_{99}} = \frac{D_1/D_7}{D_7/D_3}$$

Onde D_1/D_7 e D_7/D_3 são os valores correspondentes às diferenças entre os níveis de densidade 1 e 7 e os níveis de densidade 7 e 3, respectivamente. Para estabelecer estes níveis de densidade é necessário remeter à representação gráfica da matriz de densidade para o modelo de fluidez (gráfico II).

Na descrição de Goldthorpe (1987: 112) "as entradas na matriz mostram as chances dos homens em uma classe de origem em relação às chances de os homens oriundos de outra classe serem encontrados em uma em lugar da

outra destas mesmas duas classes". Assim, o valor da célula I-II — 3,03 — registra que as chances de os homens com origem no estrato I estarem no mesmo estrato I são três vezes maiores que as chances dos homens oriundos na estrato II; alternativamente, os homens oriundos no estrato II têm igualmente três vezes mais chances de estarem no estrato II em lugar do estrato I.

MATRIZ DE RAZÕES DE CHANCES RELATIVAS PARA HOMENS

		DESTINO								
		II	III	IV	V	VI	VII	VIII	XI	
O R I G E M	I	3,03	5,47	5,47	16,58	38,03	132,58	82,91	1140,00	
	II		3,00	3,00	5,45	7,53	19,07	37,63	154,76	
	III			3,01	5,03	5,03	6,94	15,09	34,18	
	IV				5,45	1,82	3,27	131,13	61,71	
	V					9,09	7,53	37,64	20,57	
	VI						3,00	95,36	24,39	
	VII							131,13	8,12	
	VIII								17,88	

Se a representação gráfica da matriz de níveis de densidade para o modelo de fluidez social possibilitou a visualização dos padrões de mobilidade, as razões de chances relativas permitem verificar a dimensão das distâncias entre os estratos, traduzindo em números as diferenças de oportunidades de mobilidade e revelando a real dimensão das distâncias entre as classes. A análise do modelo de fluidez social para o Brasil já foi feita, resta apenas chamar atenção para a enorme desigualdade entre os setores urbano/rural e manual/não-manual.

Os profissionais (estrato I), além de incorporarem o nível de densidade mais alto, mantêm-se afastados de todos os demais estratos, o que denota ser este o setor da elite no qual as competições são mais desiguais, especialmente quando a fronteira entre não-manual/manual é cruzada. Nele, as chances de manutenção de classe são dezessete vezes maiores quando o estrato em competição é a pequena burguesia, e 38 vezes quando é o manual qualificado. Os filhos de profissionais têm 130 vezes mais chances de permanecer neste mesmo estrato em lugar de descer ao estrato manual não-qualificado do que os filhos de trabalhadores manuais não qualificados têm de ascender à posição de profissionais. Se considerada a possibilidade de mobilidade para o estrato de trabalhadores rurais, as chances relativas atingem a incrível marca de 1140.

Chama atenção o fato de as razões de chance entre os demais estratos não-manuais — administradores (II), empregadores urbanos (III) e não-manual de rotina (IV) — apresentarem valores idênticos. Essas distâncias aumentam quando verificada a relação dos estratos II e III com os estratos manuais urbanos — VI e VII — podendo-se incluir também a pequena burguesia (V); esse é um claro indicador da barreira que divide os setores não-manual e manual.

O setor rural aparece isolado, entretanto, destaca-se o fato de o estrato de proprietários (VIII) ter chances relativas de mobilidade mais próximas dos estratos não-manuais, em particular, dos empregadores urbanos, o que denota a força da relação de propriedade para as classes sociais. Inversamente, a distância dos trabalhadores rurais (IX) é menor em relação aos trabalhadores manuais, especialmente o estrato de trabalhadores manuais não-qualificados (VII).

A matriz de chances relativas insere a magnitude das desigualdades entre os estratos, que aumenta na medida em que as distâncias entre eles crescem. Os resultados confirmam as conclusões já expressas na análise do modelo de fluidez, quais sejam: fechamento e rigidez nas extremidades da estrutura de classes, relativa fluidez nos estratos intermediários, divisão entre os setores não-manual/manual e isolamento do setor rural. Ainda mais, eles registram a expressiva distância entre os estratos que revela uma extrema desigualdade de oportunidades de mobilidade de classes.

2. Gênero e fluidez social

A próxima etapa é aplicar o mesmo modelo para os dados correspondentes à força de trabalho feminina, testando se o modelo de fluidez definido ajusta também para mulheres. Se o modelo ajustar para os dados da força de trabalho feminina, então é possível rejeitar a hipótese de que os padrões de mobilidade das mulheres exigem a construção de um modelo específico.

O resultado do ajustamento do modelo acima proposto para a tabela de mobilidade feminina é de L^2 igual a 341,36, com 58 graus de liberdade. O valor calculado para bic é:

$$\text{bic} = 341,36 - 58 (\ln 17569)$$

$$\text{bic} = - 225,53$$

Novamente o alto valor negativo calculado para bic conduz à aceitação da hipótese nula; ou seja, o modelo de mobilidade ajusta para os dados de mulheres. Dessa forma, mesmo observando que há diferenças nos ajustamentos das tabelas de mobilidade de homens e mulheres,

verificáveis pelo valor de L^2 dos dois grupos, o modelo se aplica a ambos os casos.

O quadro abaixo apresenta os níveis de densidade do modelo para os dados da tabela de mobilidade total de mulheres:

Quadro VII

Nível	Parâmetro
1	0,00
2	-0,88
3	-1,37
4	-1,88
5	-2,15
6	-3,26
7	-4,07

Quadro VIII

RESÍDUOS DO MODELO DE FLUIDEZ SOCIAL PARA MULHERES

DESTINO

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
I	-0,18	1,34	1,77	-0,20	-1,97	-2,05	0,62	0,95	-1,18
II	0,24	-2,52	0,52	0,95	0,38	-2,44	2,89	0,30	-0,53
III	0,19	-0,18	0,97	-1,66	2,94	0,05	0,09	1,19	0,76
IV	-0,31	4,97	0,78	-2,17	4,23	0,14	-1,41	0,84	-0,59
V	-0,16	-0,46	2,25	3,46	-1,71	-0,66	-2,75	-0,54	-1,77
VI	-1,90	-0,98	-1,06	4,12	1,85	-5,26	0,79	0,81	-1,38
VII	0,61	1,32	0,73	-4,99	4,73	1,44	2,89	0,10	-4,38
VIII	1,83	1,37	0,60	-0,53	-0,74	-1,14	1,70	0,80	-3,39
IX	0,41	-2,06	-3,15	1,54	-3,12	3,43	-1,36	-1,00	-1,75

A análise dos resíduos permite avaliar as diferenças relativas entre homens e mulheres tanto na alocação em posições da estrutura social, quanto no padrão de mobilidade total. Considerando significantes os resíduos acima do valor /2,57/, que estão destacados em negrito, tem-se que as filhas de trabalhadores não-manuais de rotina têm maior possibilidade de

serem encontradas no setor de administração (II) e na pequena burguesia (V) do que o previsto pelo modelo, o que não ocorreu no caso dos homens. Da mesma forma, o setor não-manual de rotina inclui, em maior proporção que o esperado, as mulheres com origem nos estratos de pequenos proprietários (V) e manual qualificado (VI). Também as trabalhadoras com origem nos estratos de administradores (II) e de proprietários empregadores (III) apresentam maior fluidez para os estratos de destino manual não-qualificado (VII) e pequena burguesia (V). Esse padrão é explicado pelo fato de as mulheres estarem mais concentradas nas ocupações de rotina. No entanto, filhas de trabalhadores no manual não-qualificado são encontradas menos freqüentemente no estrato IV, embora estejam mais representadas na pequena burguesia, sempre em comparação com os valores previstos pelo modelo.

A reprodução do estrato do pai pelas filhas se dá em menor escala no manual qualificado, isto é, as mulheres têm menos chances de herdarem de seus pais as posições na indústria moderna e no setor de serviços, entretanto a herança de posições no manual não-qualificado se dá em maior proporção do que seria previsto. Aquelas com origem no setor rural têm menos chances que os homens, que já apresentavam índices de fechamento nessas células, de alcançarem posições entre os proprietários, tanto empregadores (III) como conta própria (IV). No entanto, são mais representadas entre os trabalhadores no setor manual qualificado, possivelmente por este inserir as ocupações no setor de serviços. Também as chances de ocuparem posições no setor de trabalhadores rurais são menores quando suas origens estão no setor manual não-qualificado e de proprietários rurais; indicando que não há a mesma demanda sobre as mulheres, diferentemente dos homens, para que as filhas de proprietários rurais trabalhem na terra.

A observação mais relevante está relacionada à presença das mulheres no setor não-manual de rotina, que representa um estrato que permite um padrão de ascensão social favorável, relativamente ao setor manual. Seja nas melhores chances de as mulheres com origem neste setor alcançarem posições na administração e gerência e na pequena burguesia, seja nas chances mais favoráveis daquelas que têm origens em setores mais baixos (conta própria e manual qualificado) de ultrapassarem a barreira para o não-manual. Em oposição, filhas de administradores e proprietários urbanos apresentam maior fluidez para estratos de destino nos setores manual não-qualificado e pequena burguesia. Destaca-se, ainda, o maior fechamento para a entrada de mulheres no já restrito setor de trabalhadores rurais.

Aqui também cabe introduzir uma matriz de diferença entre os níveis de densidade, uma vez que os parâmetros do modelo de fluidez ajustados para os dados de mulheres são distintos daqueles ajustados para os homens.

Níveis	1	2	3	4	5	6	7
1	1,00	2,41	3,94	6,55	8,58	26,04	58,48
2	0,41	1,00	1,63	2,72	3,56	10,80	24,26
3	0,25	0,61	1,00	1,67	2,18	6,62	14,86
4	0,15	0,36	0,60	1,00	1,31	3,97	8,92
5	0,11	0,28	0,46	0,76	1,00	3,03	6,81
6	0,04	0,09	0,15	0,25	0,32	1,00	2,25
7	0,02	0,04	0,04	0,11	0,14	0,44	1,00

As diferenças entre os níveis de densidade para as mulheres não discrepam muito daquelas calculadas para os homens, com exceção da linha correspondente ao nível 1 que parece apresentar diferenças menores em relação aos outros níveis. Ainda assim, essas diferenças podem produzir resultados distintos na matriz de razões de chances relativas para mulheres, embora não haja motivos para supor que o padrão divirja daquele já apresentado para os homens.

MATRIZ DE RAZÕES DE CHANCES RELATIVAS PARA MULHERES

		DESTINO							
		II	III	IV	V	VI	VII	VIII	XI
O R I G E M	I	2,41	3,94	3,94	10,74	23,83	93,00	43,67	1462,00
	II		2,72	2,72	4,46	5,84	17,70	23,73	269,56
	III			2,74	4,64	4,64	6,06	11,13	73,56
	IV				4,52	1,64	2,67	98,18	72,00
	V					7,56	5,84	23,73	18,00
	VI						2,72	72,00	23,48
	VII							98,18	5,93
	VIII								10,92

Como previsto, o padrão reproduz aquele já observado nas razões de chances calculadas para os homens, porém, as desigualdades de oportunidades parecem ser menores para a força de trabalho feminina; à exceção das razões de chances relativas do estrato de trabalhadores rurais (IX) comparativamente aos estratos de profissionais (I), administradores (II),

empregadores urbanos (III) e não-manual de rotina (IV). Assim, se para os homens o setor rural já se mostrava isolado dos estratos não-manuais, esse quadro é ainda mais extremo no caso das mulheres. As diferenças entre homens e mulheres, porém, não têm impacto sobre a análise final, já que persiste o alto índice de desigualdade nas oportunidades de troca de posições na estrutura social brasileira.

De qualquer forma, a finalidade deste estudo é testar se a diferença entre os dois grupos de gênero é significativa ou não. Para proceder ao teste que permita inferir se a diferença do padrão de fluidez social para homens e mulheres é significativa ao ponto de indicar a necessidade de um modelo específico para mulheres, deve-se construir um modelo que inclua a variável gênero. Somente assim é possível realizar um teste formal para a hipótese nula de não-diferença entre os padrões de mobilidade de homens e mulheres. Este modelo obedece à seguinte expressão:

$$\eta_{ij} = \mu + \lambda_i + \lambda_j + \lambda_s + \lambda_k + \lambda_{is} + \lambda_{js} + \lambda_{ks}$$

Pode-se, então, estabelecer um teste de hipóteses formalizado:

$$H_0: \lambda_{ks} = 0$$

$$H_1: \lambda_{ks} \neq 0$$

Onde: μ é a média; λ_i é o efeito de pertencer à origem i ; λ_j é o efeito de pertencer ao destino j ; λ_s é o efeito da variável sexo; λ_k é o efeito de pertencer ao nível de densidade k ; λ_{is} é o efeito de pertencer à origem i e sexo s ; λ_{js} é o efeito de pertencer ao destino j e sexo s ; e λ_{ks} é o efeito de pertencer ao sexo s e ao nível de densidade k .

A hipótese nula consiste em supor que no modelo de fluidez social o efeito do parâmetro de interação entre sexo e nível de densidade é nulo. Ou seja, o teste é feito sob a hipótese nula de que o nível de densidade e, portanto, o modelo de fluidez proposto, é independente do gênero. Em suma, estão sendo construídos dois modelos, com as seguintes expressões:

$$\text{Modelo } m: \eta_{ij} = \mu + \lambda_i + \lambda_j + \lambda_s + \lambda_k + \lambda_{is} + \lambda_{js} + \lambda_{ks}$$

$$\text{Modelo } m': \eta_{ij} = \mu + \lambda_i + \lambda_j + \lambda_s + \lambda_k + \lambda_{is} + \lambda_{js} \quad \text{Onde } \lambda_{ks} = 0$$

O primeiro modelo, que será denominado m , registrou um L^2_m de 493,59, com 116 graus de liberdade; o segundo modelo, denominado m' , obteve um $L^2_{m'}$ de 514,44, com 122 graus de liberdade. Lembrando que ambos os modelos têm probabilidade desconhecida de serem verdadeiros, de acordo com os dados pode-se, então, estimar a razão dessa probabilidade desconhecida pela probabilidade (também desconhecida) de que

o modelo saturado é verdadeiro, de acordo com os dados para cada modelo. Denominando B a razão do modelo m e de B' a do modelo m' de B' ; e observando que na razão B/B' a probabilidade de que o modelo saturado seja verdadeiro se cancela (Raftery, 1986; Hout, 1989), tem-se a seguinte expressão:

$$B/B' = \frac{\text{probabilidade de o modelo } m \text{ ser verdadeiro, dadas as frequências observadas}}{\text{probabilidade de o modelo } m' \text{ ser verdadeiro, dadas as frequências observadas}}$$

Assim,

$$\begin{aligned} -2 \ln (B/B') &= -2 [\ln B - \ln B'] \\ &= \text{bic} - \text{bic}' \\ &= (L^2_m - L^2_{m'}) - [(df_m - df_{m'}) \ln N] \end{aligned}$$

Para $N = 54412$, tem-se:

$$-2 \ln (B/B') = 46$$

O valor positivo desta equação permite concluir que o modelo alternativo m' , que insere menor número de parâmetros, é preferível ao modelo m . Note-se que o melhor modelo é aquele com maior valor negativo de bic. A comparação dos valores calculados para bic e bic', respectivamente -770,8 e -815,9, permite afirmar que m' é preferível a m .

É possível, portanto, aceitar a hipótese nula de não-diferença entre os padrões de fluidez da estrutura social brasileira para homens e mulheres, uma vez que o modelo m' , excluindo o parâmetro de interação entre gênero e nível de densidade (λ_{ks}), demonstrou ser melhor que o modelo m que mantinha essa associação. Pode-se concluir, portanto, a favor da hipótese de existência de um único modelo de mobilidade que se aplica independentemente da variável gênero.

Esta análise leva a rejeitar os argumentos de que as mulheres têm posições desvantajosas em relação aos homens, ao menos no que diz respeito às suas chances relativas de mobilidade social. Isto não impede afirmar que a mobilidade *de facto*, expressa em taxas absolutas de mobilidade, seja desfavorável a elas. Se as mulheres ganharam espaço na força de trabalho com a expansão econômica, é possível advertir que foram inseridas em posições menos privilegiadas que os homens, especialmente no setor tradicional da produção, embora tenham ocupado, também, posições do não-manual, especialmente no setor público. Estas diferenças são, sobretudo, consequência da desigualdade de oportunidades objetivas na estrutura de emprego, tendo como causa a segregação por gênero; mas não podem ser atribuídas a desigualdades nas chances relativas de mobilida-

de social, ou ainda, à dissimilaridade no grau de fluidez da estrutura social para homens e mulheres.

Contudo, o modelo foi desenvolvido a partir da tabela de mobilidade total que compreende, como visto anteriormente⁴¹, tanto a mobilidade intergeracional como a mobilidade intrageracional. Desse modo, as informações se referem a indivíduos que estão em momentos distintos de seu ciclo de vida e, neste caso, reúne trabalhadores que têm uma posição mais estável àqueles que estão iniciando sua vida ativa, o que no Brasil ocorre, em média, aos 15 anos de idade. Por esta razão, o modelo deve ser testado para trabalhadores que já atingiram certo nível de maturidade profissional, considerando, para tanto, apenas homens e mulheres com 35 anos ou mais.

Com $N = 33220$, L^2_m igual a 306,08 e 116 graus de liberdade, e $L^2_{m'}$ igual a 325,20 e 122 graus de liberdade tem-se o resultado do teste para os valores bic e bic' na comparação dos dois modelos para homens e mulheres com 35 anos ou mais:

$$-2 \ln (B/B') = 43,3$$

Novamente, com o valor positivo obtido na comparação dos modelos m e m' não é possível rejeitar a hipótese nula de não-diferença de gênero no modelo de fluidez social. Mesmo com a introdução de uma coorte de idade, o modelo que exclui o parâmetro de interação entre sexo e nível de densidade mostrou ser preferível ao modelo que incluía este parâmetro.

Esta conclusão leva em conta o fato de o modelo m' ter um valor de bic de -944,93 e, portanto, um maior valor negativo do que o valor de bic para o modelo m , que é -901,58.

As tabelas de mobilidade utilizadas até aqui incluíram os dados de todos os homens e mulheres presentes na amostra da PNAD 1988. Ao optar por trabalhar com esse universo foi possível formar um quadro mais completo da estrutura social e incorporar amplamente a questão de gênero, não limitando homens e mulheres às suas posições na família, se chefe ou cônjuge. É importante deixar claro que a principal questão colocada era a de verificar se a estrutura de classes no Brasil introduzia a clivagem de gênero, indicando, assim, a existência de desigualdades entre homens e mulheres nas chances relativas e, conseqüentemente, no padrão de fluidez da estrutura social. Esta é a hipótese que fundamenta a principal questão abordada nesta tese, e foi testada levando à conclusão de que o modelo de mobilidade social brasileiro é válido para a força de trabalho como um todo, independentemente do sexo.

No entanto, este estudo não estaria completo se não contivesse uma análise sobre as diferenças existentes entre homens chefes de domicílio e mulheres cônjuges. Isto porque, além da dimensão de gênero, a distinção

⁴¹ Esta discussão está presente no Capítulo III

entre chefes e cônjuges se inscreve na posição assumida por homens e mulheres no contexto familiar. Lembrando que o debate principal sobre a unidade de análise de estratificação se dá em torno da perspectiva convencional, que baseia os estudos de mobilidade unicamente nas informações sobre o chefe do domicílio, ao introduzir uma diferenciação entre chefes e cônjuges está-se abrindo uma nova questão, relativa à participação da mulher casada no mercado de trabalho e seu impacto na estrutura de classe; a coorte de idade de 35 anos ou mais será mantida.

O resultado do teste para os valores bic e bic' na comparação dos dois modelos para homens chefes de domicílio e mulheres cônjuges é:

$$\text{Com } N = 30058:$$

$$-2 \ln (B/B') = 42,52$$

Os valores de bic e bic' são -890,25 e -932,8, respectivamente. A comparação entre os dois modelos resulta em não-rejeição da hipótese nula de não-diferença no modelo de mobilidade para homens chefes de domicílio e mulheres casadas, o que permite inferir a estabilidade do padrão de fluidez social brasileiro, mesmo em face de diferenças na posição familiar de homens e mulheres. Assim, não se pode refutar a hipótese de que a posição de classe das mulheres casadas pode ser derivada da posição de classe de seus maridos; mesmo porque a estrutura de posições de classe das mulheres em geral não insere diferenças significativas em relação à dos homens.

É indispensável alertar que o ajustamento de um único modelo para a mobilidade de homens e mulheres aponta para a prevalência da classe sobre o gênero como fator determinante e definidor do sistema de estratificação social. Melhor dizendo, introduz o fato de que o processo endógeno de mobilidade e a fluidez/rigidez da estrutura social é "gendered blind".

Pode-se argumentar, como constataram Breen e Whelan (1995) na Irlanda, que os regimes de mobilidade são similares para homens e mulheres, indicando que o crescimento substancial da participação feminina na força de trabalho não teve impacto significativo no processo de mobilidade de classes. Isso não deve ser utilizado para justificar a exclusão das mulheres das análises de mobilidade ocupacional. Contudo, as desvantagens sofridas pelas mulheres devido à segmentação, por gênero, do mercado de trabalho, não constituem uma questão a ser explicada através das análises de classes. Nesse sentido, gênero não é uma variável determinante do grau de abertura do sistema de distribuição de posições de classe e, portanto, da desigualdade de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma pesquisa implica retomar caminhos já percorridos pela literatura, mas, além disso, deve ultrapassar suas fronteiras trazendo novos elementos ao debate científico. Por esta razão deve garantir continuidade no campo de estudo, abrir novos espaços e apontar outros rumos para a abordagem do tema. Nesse sentido, a maior contribuição deste livro é recuperar uma área das Ciências Sociais que tem como vocação ser arena de debates sobre classes, estratificação e estrutura social, mas que, no Brasil, não se desenvolveu como cenário de investigação, gerando um descompasso com a produção internacional.

O objetivo deste capítulo final é sistematizar os principais pontos tratados ao longo do livro, buscando, também, integrar as metas delineadas na introdução e as conclusões resultantes das análises empíricas. Dessa forma, apresenta como proposta organizar as principais considerações elaboradas ao longo deste trabalho, dando a elas continuidade e refletindo sobre suas possíveis articulações.

A mobilidade social funciona como indicador das características de estruturação da sociedade, na medida em que a forma como as oportunidades são distribuídas, o recrutamento desigual nas elites e as divisões e barreiras entre as classes falam da configuração do sistema de estratificação. Ao desvendar os padrões de relação entre classes, o estudo de mobilidade revela a forma que assume a estrutura social desenhando seus contornos e suas fronteiras, permitindo deduzir, através do grau de fluidez e troca entre os estratos, os limites que determinam, igualam e diferenciam as classes sociais.

Assim, como foi mencionado na Introdução, mais que medir o volume de mobilidade entre classes, o objetivo deste estudo foi identificar o padrão desta mobilidade, inserindo a questão de gênero, por confrontar a hipótese de que essa dimensão é determinante nas análises de classes. Em suma, a principal tarefa imposta aqui foi definir um modelo de mobilidade que expressasse de maneira mais exata a estrutura social do Brasil, além de diagnosticar possíveis desigualdades de gênero nas chances relativas dentro do sistema de estratificação por classes. Neste sentido, propôs-se testar a hipótese de existência de estruturas de classes diferenciadas por gênero.

As etapas do processo de construção desta análise foram organizadas em cinco capítulos que representaram diferentes momentos da pes-

quisa, mas constituíram fases de exploração de um mesmo objeto de estudo. Os Capítulos I e II foram dedicados a apresentar uma classificação de estratos que se ajustasse às opções teóricas de análise, aos objetivos da pesquisa e às características da fonte de dados utilizada. O Capítulo I introduz a teoria subjacente às definições de esquemas de classes e aborda os conceitos marxistas e weberianos que informam as análises atuais, bem como as propostas de classificações que visam fornecer bases empíricas a esse arcabouço teórico, conduzidas por Erik Olin Wright e John Goldthorpe. E o Capítulo II insere todo o processo empírico de construção da classificação de estratos, apresentando a metodologia e os marcos conceituais adotados. É relevante mencionar que a definição dessa classificação se incorpora ao contexto conceitual classe-estrutural que prioriza a relação entre os estratos de acordo com a situação de mercado e a situação de trabalho em lugar da posição assumida por eles dentro de uma hierarquia de status.

A análise de conglomerados explicitou as similaridades e dissimilaridades entre as categorias segundo os valores médios de escolaridade e renda, permitindo a identificação de grupos de categorias. Essa primeira análise serviu de base exploratória para a definição das categorias que poderiam ser agregadas por apresentarem situações de mercado semelhantes; contudo, era importante testar o grau de aproximação dessas categorias no contexto da mobilidade. Como a classificação foi definida com o propósito de observar a relação entre origem e destino das classes sociais, é importante que ao agregar categorias não fossem perdidas as características dos padrões de mobilidade.

Nesse sentido, a aplicação de modelos log-lineares segundo o critério de homogeneidade interna (Goodman, 1981) possibilitou avaliar se as categorias a serem agrupadas incorporavam padrões semelhantes de distribuição tanto nas linhas como nas colunas da tabela de mobilidade. Em termos substantivos, isto significa testar a homogeneidade tanto da distribuição das categorias da origem pelas categorias de destino, como da composição das categorias de destino de acordo com as categorias de origem. A classificação resultante deste processo foi determinada tendo em vista tanto a relevância teórica de cada grupo para a definição do quadro de estratificação, levando em conta suas situações de mercado e emprego, como a propriedade empírica do agrupamento, com a preocupação de não perder informação relevante. De qualquer forma, a teoria precede a empiria, e os grupos ocupacionais agregados foram aqueles considerados teórica e substantivamente similares e relevantes para o estudo da estrutura de classes brasileira.

Algumas conclusões podem ser também destacadas; entre elas está a proximidade das categorias do setor rural, no qual a dimensão de autonomia não implica diferenças nem o nível educacional dos trabalhadores, nem suas recompensas em termos de rendimento; outro ponto a ser destacado é a heterogeneidade da classe operária, dividida entre empregados

na indústria moderna e na indústria tradicional. Os operários da indústria moderna estão mais assemelhados, em situação de mercado, aos trabalhadores no setor de serviços, enquanto os operários da indústria tradicional se encontram próximos dos trabalhadores no setor de sobrevivência; prevalece, desta forma, a distinção entre qualificação e não-qualificação no setor manual.

Uma vez definida a classificação de estratos, o passo seguinte consistiu em realizar análises exploratórias das tabelas de mobilidade total, de mobilidade intergeracional e de mobilidade intrageracional. Dessa maneira, o Capítulo III recuperou a tradição dos estudos de mobilidade no Brasil que está calcada na análise das taxas de movimentação entre estratos, expressando não só o volume de mobilidade total como também especificando o volume de mobilidade estrutural e de circulação.

Alguns padrões puderam daí ser deduzidos; entre eles observa-se que o Brasil experimenta maiores índices de mobilidade intergeracional circular do que estrutural, indicando uma tendência de diminuição na mobilidade causada pelas mudanças na estrutura de emprego. Essa tendência é contrária àquela observada na década de 70 quando se registravam taxas significativas de mobilidade estrutural como resultado de um processo de abertura de novos postos de trabalho no setor urbano⁴². Corrido, essa observação aplica-se à tabela de mobilidade de homens; no caso das mulheres a mobilidade estrutural é maior do que a circular, com exceção da mobilidade intrageracional.

Esta diferença pode ser explicada pela segregação por gênero do mercado de trabalho, que determina estruturas de emprego distintas para homens e mulheres, ou seja, as mulheres ocupam posições específicas em setores ocupacionais caracterizados como "femininos". Ao comparar a distribuição de destino e de origem das tabelas de mobilidade de mulheres, o que se está comparando são duas estruturas diferenciadas por gênero, uma vez que as categorias de destino se referem aos estratos das mulheres e as categorias de origem aos estratos de seus pais. Como as taxas de mobilidade estrutural baseiam-se na comparação dessas duas estruturas, diferenças devidas à segmentação do mercado por gênero tornam-se explícitas, bastando avaliar os valores marginais de linha e coluna das tabelas. Por isso, quando consideradas as taxas de mobilidade intrageracional para mulheres, a mobilidade circular aparece maior do que a estrutural, uma vez que as duas estruturas de emprego comparadas não inserem diferenças de gênero, por se referirem ao primeiro trabalho (origem) e ao trabalho atual (destino) das mulheres.

As diferenças entre as distribuições de ocupações de homens e mulheres refletem, sempre em termos comparativos, a maior evasão das mu-

⁴² Pastore e Haller (1993) já haviam apontado esta tendência de diminuição da mobilidade estrutural.

lheres do campo e maior concentração nos setores não-manual de rotina e manual não-qualificado. Note-se que as mulheres estão posicionadas nas ocupações da base tanto do setor não-manual como do manual urbano.

Entre os padrões da mobilidade brasileira que devem ser destacados está a prevalência da mobilidade de curta distância. A proporção de trabalhadores com origem nos estratos manuais que se movem em direção a posições no setor não-manual diminui à medida que a distância entre os estratos aumenta. Chama atenção o fato de ser o setor não-manual de rotina o estrato que mais recebe indivíduos que estão iniciando seu ciclo de vida economicamente ativa, servindo como principal via de inserção no mercado de trabalho, independentemente do estrato de origem.

Soma-se a isto o fato de que existem barreiras à mobilidade para além da fronteira manual/não-manual, funcionando mais explicitamente no sentido de bloquear a mobilidade para fora do setor não-manual, mas também previnem a mobilidade ascendente do setor manual para o não-manual. Esta clivagem entre manual/não-manual apresenta-se mais rígida no caso das mulheres. Outro aspecto da estrutura social que fica evidente na análise das tabelas de mobilidade é o isolamento do setor rural, que é composto quase unicamente por descendentes de trabalhadores neste mesmo setor. Conclui-se, portanto, que a estrutura social brasileira caracteriza-se pela mobilidade de curta distância, pelas fraturas expressas em dualidades manual/não-manual e urbano/rural.

As considerações expostas acima permitem formar um quadro da estrutura de estratificação social no Brasil, que conduz ao exame de três teses clássicas dos estudos de mobilidade, distintas, mas inter-relacionadas, que são: fechamento social, zona de contenção e contramobilidade. A tese de fechamento social incorpora a questão das barreiras à mobilidade de longa distância, pressupondo que o movimento entre estratos está condicionado à distância entre eles; dessa forma, há um fluxo maior nos estratos intermediários do que nos extremos da estrutura social. As diversas categorias experimentam chances diferenciadas de alcançar posições na elite, que diminuem na relação inversa do aumento da distância entre elas; isto resulta em uma elite que garante a transmissão de posições de classe aos seus descendentes.

As barreiras à mobilidade para além da fronteira manual/não-manual, observadas nas análises do Capítulo III, são o substrato da tese de zona de contenção. Nela, o pressuposto é de que existe um grande volume de mobilidade entre as ocupações que estão próximas da fronteira entre os setores manual e não-manual, mas que essa mobilidade funciona no sentido de "amortecer" a mobilidade de longa distância, restringindo a movimentação aos estratos intermediários. Pode-se perceber claramente a inter-relação entre esta tese e a de fechamento social; ambas dizem respeito à prevenção de mobilidade de longa distância e garantia de homogeneidade na origem para os estratos nos

extremos da estrutura de classes. A terceira tese, contramobilidade, argumenta pela existência de mecanismos de compensação ao incremento, em décadas recentes, das taxas de mobilidade via educação. Nesse sentido, haveria uma retração na mobilidade ascendente durante a vida produtiva paralelamente ao crescimento da mobilidade ascendente logo na entrada no mercado de trabalho, o que se daria devido ao aumento da importância da educação e profissionalização em detrimento da experiência e do treinamento. Seria esperado, então, que as gerações mais jovens experimentassem maiores índices de mobilidade intergeracional ascendente, compensados, posteriormente, por índices menores de mobilidade de carreira ascendente.

Essas três teses são confirmadas para os dados do Brasil. A elite tem alto índice de fechamento em relação aos demais estratos, especialmente aqueles no setor manual, demonstrando eficiência em garantir a transmissão geracional de posições privilegiadas. Os altos índices de mobilidade nas posições intermediárias da estrutura social, aliados ao relativo fechamento dos estratos localizados nos extremos, evidenciam a existência de uma zona de contenção prevenindo a mobilidade de longa distância. Avaliando as taxas de mobilidade para duas coortes de idade, foi possível corroborar a tese de contramobilidade para os homens, uma vez que a coorte mais jovem apresentou maiores índices de mobilidade intergeracional enquanto a mais velha registrou maiores índices de mobilidade de carreira. Porém, este padrão não se confirma para as mulheres, já que a coorte mais jovem apresentou índices mais elevados de mobilidade em direção aos três estratos superiores para as trabalhadoras com origem no setor manual urbano e que iniciaram sua vida produtiva em ocupações neste mesmo setor ou no setor não-manual de rotina. O resultado é previsível e reflete o aumento da escolaridade e da participação feminina na força de trabalho em décadas recentes.

Os capítulos até aqui discutidos contribuíram para formar um quadro da mobilidade social no Brasil e, conseqüentemente, dos padrões de relação entre os estratos que compõem a estrutura de classes. As análises utilizadas até este ponto basearam-se em taxas absolutas de mobilidade e, neste sentido, incorporaram características da mobilidade devidas às diferenças nas distribuições de emprego tanto entre as variáveis de origem e destino como entre homens e mulheres. No entanto, ao retomar a principal meta deste trabalho, que é a definição de um modelo que expresse as características da mobilidade e possibilite identificar o grau de abertura da estrutura social brasileira, tornou-se indispensável introduzir uma nova perspectiva metodológica.

Vale lembrar que é a associação entre origem e destino, depurada dos fatores estruturais, que reflete o nível de fluidez de uma sociedade expresso na distribuição de oportunidades e chances relativas de mobilidade. Por esta razão, o modelo de fluidez social apresentado no Capítulo V diz respeito aos padrões endógenos da relação entre estratos de origem

e destino, isolando os efeitos do tamanho absoluto dos grupos de categorias de origem e destino⁴³. Assim, ao concentrar a análise nos padrões e tendências de fluidez social e na desigualdade de classes, o foco deste estudo se dirige para as chances relativas de mobilidade total, indicando a aplicação de modelos log-lineares e, mais especificamente, de modelos topológicos, na medida em que são mais apropriados para análises do tipo classe-estrutural, por permitir o mapeamento da tabela de mobilidade dividindo-a em regiões de densidade de mobilidade relativa.

As taxas absolutas de mobilidade apontaram direções que iluminam os caminhos e hipóteses que informaram a construção do modelo de mobilidade. Entre as tendências que ficaram claras nas análises de proporções dos Capítulos III e IV destacam-se o fechamento dos estratos superiores, a fluidez dos estratos intermediários e o isolamento dos estratos rurais. Duas fraturas desenham a estrutura social brasileira e estão localizadas nas fronteiras entre os setores manual e não-manual, e entre os espaços rural e urbano; e as barreiras impostas aos movimentos que ultrapassam essas "fraturas" permitem reconhecer a rigidez da estruturação da sociedade brasileira em três grandes grupos de classes.

Outra questão central neste livro, abordada no Capítulo V, dedica-se à avaliação da hipótese de existência de diferenças de gênero na estrutura de classes. Este tema tem movido debates em torno da relevância das informações sobre mulheres nas análises de mobilidade social. A segregação por gênero no mercado de trabalho, que se expressam em desigualdades nas distribuições ocupacionais de homens e mulheres, não é questionada, mas sim, a influência das informações sobre mulheres para o dimensionamento das tendências de fluidez social e conhecimento dos padrões de mobilidade que delineiam a estrutura de classes. Assim, a questão, como colocada por Breen e Whelan (1995: 1), é "avaliar em que medida a incorporação de mulheres nas análises de classes altera a compreensão dos processos centrais da mobilidade social".

Para conduzir esta avaliação foi construído um teste de hipóteses para verificar se existiam diferenças significativas entre um modelo que incluía a associação entre nível de densidade relativa e gênero e outro que supunha a independência entre estas duas variáveis. Dessa forma, foi possível testar se o modelo de fluidez social era independente do sexo dos respondentes. O resultado indicou que a associação entre gênero e nível de densidade não introduzia uma dimensão significativa para o modelo ajustado de mobilidade social, permitindo afirmar que não existe diferença significativa nos padrões de mobilidade entre homens e mulheres, apontando para a existência de um único modelo de mobilidade de classes.

⁴³ Como assinala Valle Silva (1979): "A influência das origens sociais dos indivíduos sobre suas realizações ocupacionais é melhor expressa em termos da proporção relativa de pessoas da mesma origem que alcançaram uma certa ocupação, e não em termos da proporção absoluta ()".

Nesta análise foram introduzidas ainda duas dimensões: (i) idade, considerando apenas os dados de homens e mulheres maiores de 35 anos, com a finalidade de controlar as disparidades entre os momentos da vida produtiva de pais e filhos/filhas; e (ii) posição na família, com dados referentes a homens chefes e mulheres cônjuges. Os resultados foram idênticos àqueles obtidos para o total de respondentes homens e mulheres. É possível, portanto, afirmar que, embora as mulheres apresentem posições desvantajosas no que diz respeito às taxas absolutas de mobilidade, não há relevantes desigualdades de gênero no contexto da estrutura de classes, refletida nos padrões intrínsecos à associação entre origem e destino.

Em suma, a partir da análise de taxas relativas de mobilidade é possível apontar o Brasil como uma sociedade organizada em classes marcadamente delimitadas, que apresentam certo grau de fluidez dentro das fronteiras que as dividem, mas inscrevem significativa rigidez no movimento para além delas. Essas características tendem a se tornar dominantes com a redução no ritmo das transformações decorrentes de mudanças estruturais, que marcaram as décadas de 50 a 70. Além disso, este estudo revela que a estrutura de classes ultrapassa e sobrepõe as diferenças de gênero, podendo-se argumentar a favor da existência de um único modelo de fluidez/rigidez social para o Brasil, impermeável às desigualdades de gênero.

BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Pamela. Women's social class identification: does husband's occupation make a difference? *Sociology*, v. 21, n. 1, p. 91-103, 1987.

_____. A re-examination of tree theses re-examined. In: PAYNE, G, ABBOTT, P. *The social mobility of women: beyond male mobility models*. London: Falmer Press, 1990.

ABREU, A. Paiva. Mão-de-obra feminina e mercado de trabalho no Brasil. *Boletim Técnico do SENAC*, v. 3, n. 1, 1977.

AGRESTI, Alan. *Categorical data analysis*. New York: J. Wiley, 1990.

AGUIAR, Neuma. *Mujer y crisis*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1990. cap.: Las mujeres y la crisis latinoamericana.

_____. *Sistema Integrado de Estatísticas Sociais por Sexo e Cor*. Rio de Janeiro: Mudar: IUPERJ, 1992.

_____. *Desigualdades sociais e pobreza por gênero e raça no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1993. (Agendas de Políticas Públicas).

AITIKIN, M., ANDERSON, D., FRANCIS, B. et al. *Statistical modelling in GLIM*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1992.

ANDERBERG, M. R. *Cluster analysis for applications*. London: Academic Press, 1973.

BARON, J. N. Indianapolis and beyond: a structural model of occupational mobility across generations. *American J. Sociology*, v. 85, n. 4, p. 815-839, 1980.

BARROS, R. P., LAM, D. Income inequality, inequality in education and the demand for schooling in Brazil. In: *Seminário em Educação, Crescimento e Desigualdade no Brasil*.

_____, SANTOS, E. *Conseqüências de longo prazo no trabalho precoce*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

_____, RAMOS, L., REIS, J. G. Mobilidade de renda no Brasil: 1981/1989. In: International Seminar on Labor Market Roots of Poverty and Inequality in Brazil.

BERTAUX, Daniel. *La mobilité sociale*. Paris: Hatier, 1985.

BILLEWICZ, W. Z. Some remarks on the measurement of social mobility. *Population Studies*, n. 9, 1955-6.

BIRKELUND, Gunn. Stratification and segregation. *Acta Sociologica*, v. 35, n. 1, p. 47-62, 1992.

BISHOP, Y. M. M., FIENBERG, S. E., HOLLAND, P. W. *Discrete multivariate analysis: theory and practice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.

BLAU, P., DUNCAN, O. D. *The american occupational structure*. New York: J. Wiley, 1967.

BLAY, Eva. *O trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BONNEY, N. Gender, household and social class. *British J. Sociology*, v. 39, n. 1, p. 28-47, 1988.

BOTTOMORE, T. B. *Classes in modern society*. London: Allen and Unwin, 1965.

_____. *Elites and society*. London: Watts, 1964.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BREEN, R., ROTTMAN, David B. *Class stratification: a comparative perspective*. London: Harvester Wheatsheaf, 1995.

_____, WHELAN, C. T. Gender and class mobility: evidence from the Republic of Ireland. *Sociology*, v. 29, n. 1, p. 1-22, 1995.

BREIGER, Ronald L. *Social mobility and social structure*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.

CAILLAUX, Elisa. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, 1994.

CHASE, I. D. A comparison of men's and women's intergenerational mobility in the US. *American J. Sociology*, v. 40, n. 4, 1975.

CORDEIRO, G. M. Modelos lineares generalizados. In: Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, 1986, Campinas. *Anais do VII SINAPE*. Campinas : s.n., 1986.

CORMARCK, R. M. A review of classification. *Journal. of The Royal Statistical Society*, v. 134, n. 3, p. 321-367, 1971. (Series A).

COX, David R. *The analysis of binary data*. London: Methuen, 1970.

CRAMER, Duncan. *Introducing statistics for social research*. London: Routledge, 1994.

CROMPTON, Rosemary. Class theory and gender. *British J. Sociology*, v. 40, n. 4, 1989.

_____. *Class and stratification*. London: Polity Press, 1994.

_____, MANN, Michael. *Gender and stratification*. Cambridge: Polity Press, 1986.

_____, SANDERSON, Kay. *Gendered jobs and social change*. London: Unwin Hyman, 1990.

DAHRENDORF, Ralf. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1959.

DALE, A., GILBERT, G. N., ARBER, S. Integrating women into class theory. *Sociology*, v. 19, n. 3, p. 384-408, 1985.

DEX, Shirley. Work history analysis, women and large data sets. *The Sociological Review*, v. 32, n. 4, p. 637-661.

_____. *Women's occupational mobility: a lifetime perspective*. London: Macmillan Press, 1987.

DOBSON, Annette J. *An introduction to generalized linear models*. London: Chapman & Hall, 1994.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

EDGELL, Stephen. *Class*. London: Routledge, 1993.

ELIASON, Scott R. *Maximum likelihood estimation: logic and practice*. Beverly Hills: Sage Publications, 1993. (Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, series 07-096)

ENGELS, F. Prefácio para The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte. In: MARX, K., ENGELS, F. *Selected works*. Moscou: Foreign Language Publishing, 1962.

ERIKSON, Robert. Social class of men, women and families. *Sociology*, v. 18, p. 500-504, 1984.

_____, GOLDTHORPE, John H. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1993.

_____. *Does the class mobility of women differ that of men: cross-sex comparisons in cross-national perspective?* Mannheim: Casmin, 1988. (Working Paper, n. 15).

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Changing classes: stratification and mobility in post-industrial societies*. London: Sage Publications, 1993.

EVANS, Geoffrey. Putting men and women into class: an assessment of the cross-sex validity of the Goldthorpe schema. *Sociology*, v. 30, n. 2, p. 209-234, 1996.

EVERITT, B. *Cluster analysis*. United Kingdom: Social Science Research Council: Gower Publishing, 1986.

FEATHERMAN, David, HAUSER, Robert M. Sexual inequalities and socioeconomic achievement in the U. S., 1962-1973. *American Sociological Review*, v. 41, n. 4, p.462-483, 1976.

FIENBERG, Stephen E. *The analysis of cross-classified categorical data*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

FINGLENTOS, B. *Models of category counts*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1984.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 2v.

_____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 2v.

GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. London: Hutchinson, 1973.

_____. HELD, David. *Classes, power and conflict: classical and contemporary debates*. London: Macmillan, 1992.

GLASS, David V. *Social mobility in Britain*. London: Routledge, 1954.

GOLDTHORPE, J. H. On economic development and social mobility. *British J. Sociology*, v. 36, n. 4, p. 549-573, 1986.

_____. Women and class analysis: in defence of the conventional view. *Sociology*, v. 17, n. 4, p. 465-488, 1983.

_____. Women and class analysis: a reply to the replies. *Sociology*, n. 18, p.491-499, 1984.

_____, HOPE, K. *The social grading of occupations: a new approach and scale*. Oxford: Clarendon Press, 1974.

_____, LLEWELLYN, C., PAYNE, C. *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GOLDTHORPE, J. H., PAYNE, Clive. On the class mobility of women: results from different approaches to the analysis of recent British data. *Sociology*, v. 20, n. 4, p. 531-556, 1986.

GONZALES, L., HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOODMAN, Leo A. The analysis of cross-classified data: independence, quasi-independence, and interaction in contingency tables and without missing entries. *Journal of the American Statistical Association*, n. 63, 1968.

_____. Criteria for determining whether certain categories in a cross-classification table should be combined, with special reference to occupational categories in an occupational mobility table. *American J. Sociology*, v. 87, n. 3, p.612-650, 1981.

_____. Multiplicative models of the analysis of mobility tables and other kinds of cross-classification tables. *American J. Sociology*, v. 84, n. 4, p.804-819, 1979.

_____. New methods to analysing the intrinsic character of qualitative variables using cross-classified data. *American J. Sociology*, v. 93, n. 3, p.529-583, 1987.

_____. On the measurement of social mobility: na index of status persistence. *American Sociological Review*, v. 34, n. 6, p.831-849, 1969.

_____, KRUSKAL, W. H. *Measures of association for cross classifications*. New York: Springer-Verlag, 1979.

GORZ, A. *Farewell to the working class*. London: Pluto, 1982.

HALLER, A. O. *Gênero, herança de status e desenvolvimento*. Madison: Univ. of Wisconsin; Brasília: Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1990.

_____, SARAIVA, H. U. *The income effects of education in development: Brazil 1973 and 1980*. S.l.: s. n., 1988.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. Perspectivas sobre raza y clase en Brasil. In: *Black Brazil: culture, identity, social mobilization*. Gainesville: University of Florida, 1993. (Conferência).

_____, SILVA, N. Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HAUSER, Robert M. Some exploratory methods for modeling mobility tables and other cross-classified data. In: HEISE, D. *Sociological methodology*. San Francisco: Jossey-Bass, 1979.

_____. A structural model for the mobility table. *Social Force*, v. 56, n. 3, p.919-953, 1978.

_____, DICKISON, P., TRAVIS, H. *et al*. Structural change in occupational mobility among men in the U. S. *American Sociological Review*, v. 40, n. 5, p. 585-598, 1975.

_____, KOFFEL, J., TRAVIS, H. *et al*. Temporal changes in occupational mobility: evidence for men in the United States. *American Sociological Review*, v. 40, n. 3, p.279-297, 1975.

HAYES, Bernadette C. Female intergenerational occupational mobility within Northern Ireland and the Republic of Ireland: the importance of maternal occupational status. *British J. Sociology*, v. 38, n. 1, p.66-76, 1987.

HAYES, Bernadette C., MILLER, R. The silenced voice: female social mobility patterns with particular reference to the British Isles. *British J. Sociology*, v. 44, n. 4, 1993.

HEATH, Anthony. *Social mobility*. London: Fontana, 1981.

_____, BRITTEN, N. Women's jobs do make a difference: a reply to Goldthorpe. *Sociology*, v. 18, n. 4, p.475-490, 1984.

HOLLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

HOUT, Michael. *Mobility tables*. California: Sage Publications, 1983.

_____. *Following in father's footsteps*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1989.

_____. More universalism, less structural mobility: the american occupational structure in the 1980s. *American J. Sociology*, v. 93, n. 6, p. 1358-1400, 1988.

HUTCHINSON, B. The social grading of occupations in Brazil. *British J. Sociology*, n. 3, p. 176-189, 1957.

_____. *Mobilidade e trabalho*. Brasil: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

IPEA. *Brasil: indicadores sociais, relatório interno*. Brasil, 1992. (CPS, n.08/92)

JOHNSON, S. C. Hierarchical clustering schemes. *Psychometrika*, n. 32, p. 241-254, 1967.

KAUFMAN, L., ROUSEEUW, P. *Finding groups in data*. New York: J. Wiley: Interscience Publication, 1990.

KNOKE, D., BURKE, P. J. *Log-linear models*. Beverly Hills: Sage Publications, 1980. (Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, series 07-020).

LAMPARD, Richard. Parent's occupations and their children's occupational attainment: a contribution to the debate on the class assignment of families. *Sociology*, v. 29, n. 4, p.715-728.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.

LIPSET, S. M., BENDIX, R. *Social mobility in industrial society*. Berkley: University of California Press, 1959.

LOCKWOOD, David. *The blackcoated worker*. London: Allen e Unwin, 1958.

LOPES, Juarez R. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971a.

_____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971b.

LORR, M. *Cluster analysis for social scientists*. USA: Jossey-Bass Publishers, 1983.

MACH, Bogdan W., WESOŁOWSKI, Włodzimierz. *Social mobility and social structure*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

MARSHALL, G., ROSE, D., NEWBY, H. et al. *Social class in modern Britain*. London: Routledge, 1993.

MARTIN, J., ROBERTS, C. *Women and employment: a lifetime perspective*. London: HMSO, s.d.

MAKX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Os Pensadores, v. 2).

_____, ENGELS, F. *Capital*. London: Lawrence and Wishard, 1974. v. 3

_____. *Selected workers*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1962. Cap.: Manifesto of the Communist Party.

_____. *Textos*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1977. v. 3. Cap.: Manifesto do Partido Comunista.

MCCLENDON, J. The occupational status attainment process of males and females. *American Sociological Review*, v. 41, n. 1, p. 52-64, 1976.

MILIBAND, Ralph. Class analysis. In: GIDENS, A., TURNER, J. *Social theory today*. Cambridge: Polity Press, 1993.

NELDER, J. A. Log-linear models for contingency tables. *Applied Statistics*, n. 23, p. 323-329, 1974.

_____, WEDDERBURN, R. W. M. Generalized linear models. *Journal of The Royal Statistical Society*, n. 135, p. 370-384, 1972.

NOURIS, M. J. *SPSS-X Advanced Statistics Guide*. S.l. : SPSS, 1988.

OFFICE OF POPULATION CENSUSES AND SURVEYS. *Classification of occupations*. London: HMSO, 1970.

PAKULSKII, J., WATERS, M. *The death of class*. London: Sage Publications, 1996.

PARETO, Vilfredo. *Traité de sociologie generale*. Genebra: Droz, 1917-1919.

PARKIN, Frank. *Class inequality and political order*. London: Heinemann, 1971.

_____. *Class inequality and the political order: social stratification in capitalist and communist countries*. St. Albans: Paladin, 1972.

_____. *Marxism and class theory*. London: Tavistock, 1979.

PARSONS, T. *An analytical approach to the theory of social stratification: essays in sociological theory*. Glencoe: Free Press, 1954.

PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1979.

_____. Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 1, 1981.

_____, CASTOR, M. C. *Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social en Brasil: movilidad ocupacional y mercados de trabajo*. S. l.: PREALC: OIT, 1983.

_____, HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO, J., ALBUQUERQUE, R. *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993.

_____, ZYLBERSTAIN, H. *Social mobility in Brasil 1973-1982: the role of education in status determination*. São Paulo: USP, 1990.

PASTORE, José, ZYLBERSTAIN. *Tendências da mobilidade social no Brasil e em São Paulo*. S. l. : s. n., 1991. (IV Fórum Nacional).

PAYNE, Geoff. Social mobility. *British J. Sociology*, v. 40, n. 3, p.471-492, 1989.

_____, ABBOTT, Pamela. *The social mobility fo women: beyond male mobility models*. London: The Falmer Press, 1990.

PENA, M. V. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: USP, 1980. (Tese de Doutorado)

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Hemus, [19—?].

PORTOCARRERO, Lucienne. Social mobility in France and Sweden: women, marriage and work. *Acta Sociologica*, v. 28, n. 3, p.151-170, 1985.

POWELL, B., JACOBS. Gender differences in the evaluation of prestige. *Sociological Quarterly*, v. 25, n. 2, p.173-190, 1984.

PRANDY, K., BLACKBURN, R. Putting men and women into classes: but is that where they belong? a comment on Evans. *Sociology*, v. 31, n. 1, p. 143-152, 1997.

PRATES, S. Pariticipation laboral femenina en un processo de crisis. In: AGUIAR, N. *Mujer y crisis*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1990.

RAFTERY, Adrian. Choosing models for cross-classifications. *American Sociological Review*, v. 51, n. 1, p. 154-146, 1986.

ROBERTS, S., MARSHALL, G. Intergenerational class processes and the assimetry hypothesis. *Sociology*, v. 29, n. 1, p. 43-58, 1995.

ROEMER, J. *A general theory of exploitation and class*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1982.

ROSE, D., MARSHALL, G. Social stratification. In: HARALAMBOS, M. *Developments in sociology*. S. l. : s. n., 1988. v. 4.

_____. Constructing the (w)right classes. In: WRIGHT, E. O. *The debate on classes*. London: Verso, 1989.

SAUNDERS, Peter. Might Britain be a meritocracy? *Sociology*, v. 29, n. 1, p. 23-42, 1995.

_____. *Social class and stratification*. London: Routledge, 1994.

_____. Social mobility in Britain: an empirical evaluation of two competing explanations. *Sociology*, v.31, n. 2, p. 261-288, 1997.

SAYER, A. Post-fordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, p. 666-695, 1990.

SILTANEN, Janet. *Locating gender*. Londres: UCL Press, 1994.

SILVA, Nelson Valle. As duas faces da mobilidade social. *Dados*, n. 21, p. 49-48, 1979.

_____. *Introdução à análise de dados qualitativos*. São Paulo: Vértice, 1990.

SILVA, Nelson Valle. *Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil*. S. l.: s. n., 1992.

SINGER, P., MADEIRA, F. A estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil. *Cadernos Cebrap*, n. 13, 1973.

SOROKIN, Pitirim A. *Social mobility*. New York: Harper, 1927.

SPINDEL, C. R. Mujer y crisis en los años ochenta. *Mujer y Crisis*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1990.

SWELL, W., HAUSER, R., WOLF, W. Sex, schooling and occupational status. *American J. Sociology*, v. 86, n. 3, 1980.

TYREE, A. Mobility ratios and association in mobility tables. *Population Studies*, n. 27, 1973.

UPTON, G. J. G. *The analysis of cross-tabulated data*. Chichester: Wiley, 1978.

VIANNA, L. W., CARVALHO, M. A., MELO, M. P. *et al. Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987. 2v.

WARD, J. H. Hierarchical grouping to optimise an objective function. *Journal of American Statistics Association*, n. 58, p. 236-244, 1963.

WATERS, Malcolm. Collapse and convergency in class theory: the return of the social in the analysis of stratification arrangements. *Theory and Society*, v. 20/2, p. 141-172, 1991.

_____. *Globalization*. London: Routledge, 1955.

WEBER, M. Class, status, Party. In: GERTH, H. H., MILLS, C. W. *From Max Weber: essays in sociology*. New York: Oxford Univ. Press, 1977.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1991. v. 1.

_____. *A ética Protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed., 1989.

WESTERGAARD, J., RESLER, H. *Class in a capitalist society: a study of contemporary Britain*. London: Heinemann, 1975.

WESTERN, M., WRIGHT, E. O. Class boundaries and intergenerational mobility among men. *American Sociological Review*, v. 59, n. 4, 1994.

WRIGHT, Erik Olin. *Classes*. London: Verso, 1985.

_____. *The debate on classes*. London: Verso, 1989.

APÊNDICE

Índice das ocupações classificadas em nove estratos

I. Profissionais

- 101 — Engenheiros
- 102 — Arquitetos
- 121 — Químicos
- 122 — Farmacêuticos
- 123 — Físicos
- 124 — Geólogos e mineralogistas
- 141 — Agrônomos
- 142 — Biologistas
- 143 — Farmacologistas
- 144 — Veterinários
- 151 — Médicos
- 152 — Dentistas
- 153 — Enfermeiros e diplomados
- 161 — Acadêmicos de hospital
- 171 — Matemáticos
- 172 — Estatísticos
- 173 — Analistas de sistemas
- 181 — Economistas
- 182 — Contadores
- 183 — Técnicos de administração
- 201 — Sociólogos
- 202 — Psicólogos
- 203 — Geógrafos
- 204 — Assistentes sociais
- 205 — Outros cientistas sociais
- 211 — Professor pesquisador
- 212 — Professor superior
- 213 — Professor do 2º grau
- 214 — Professor da 5ª à 8ª série
- 231 — Magistrados

- 232 — Procuradores
- 233 — Advogados
- 291 — Biblioteconomistas
- 292 — Museólogos
- 711 — Aviadores civis
- 851 — Oficiais das forças armadas
- 854 — Delegados e comissários de polícia

II. Administradores

- 020 — Ministros de Estado etc.
- 021 — Diretor, assessores e chefes no serviço público
- 032 — Administradores — extração mineral
- 033 — Administradores — indústria de transformação
- 034 — Administradores — construção civil
- 035 — Administradores — comércio de mercadorias
- 036 — Administradores de hotéis
- 037 — Administradores nos transportes
- 038 — Administradores de financeiras
- 039 — Outros administradores
- 040 — Chefes e encarregados de seção na administração
- 050 — Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação
- 051 — Inspetores do trabalho
- 052 — Assistentes administrativos
- 241 — Tabelião e oficiais de registros
- 242 — Escrivães de cartório
- 244 — Outras ocupações auxiliares de justiça
- 631 — Viajantes, representantes e praticistas
- 632 — Representantes comerciais
- 633 — Propagandistas
- 641 — Corretores de seguros
- 642 — Corretores de imóvel
- 643 — Corretores de títulos
- 644 — Avaliadores e leiloeiros
- 645 — Outros agentes e corretores
- 646 — Outras ocupações do comércio

III. Proprietários empregadores

- 007 — Empregador — extração mineral
- 008 — Empregados — indústria de transformação

- 009 — Empregador — construção civil
- 010 — Comerciante (empregador)
- 011 — Hoteleiro e dono de pensão (empregador)
- 012 — Empresário de transportes
- 013 — Outros proprietários

IV. Não-manual de rotina

- 053 — Caixas
- 054 — Almojarifes e armazenistas
- 055 — Expedidores
- 056 — Datilógrafos
- 057 — Operadores de teleimpressoras
- 058 — Operadores de máquinas automáticas
- 059 — Secretários
- 060 — Auxiliar de contabilidade
- 061 — Operadores de copiadoras
- 062 — Arquivistas
- 063 — Recepcionistas
- 064 — Auxiliar administrativo
- 065 — Auxiliar de escritório
- 103 — Agrimensores
- 104 — Cartógrafos
- 111 — Desenhistas
- 112 — Técnico de edificações
- 113 — Outras ocupações na engenharia
- 125 — Outras ocupações na química e física
- 131 — Técnicos químicos
- 132 — Prático de farmácia
- 133 — Técnico em meteorologia
- 162 — Enfermeiros não-diplomados
- 163 — Massagistas
- 164 — Ortopistas/óticos
- 165 — Operadores — equipamentos médicos
- 167 — Protéticos
- 168 — Técnicos — análise clínica
- 191 — Técnicos — contabilidade
- 192 — Técnicos — estatística
- 193 — Programadores de computador
- 215 — Professor — 1ª à 4ª série
- 216 — Professor 1º grau
- 217 — Professor pré-escola

218 — Professor profissionalizante
219 — Professor
221 — Orientador de ensino
222 — Inspetor de alunos
243 — Oficiais de justiça
251 — Religiosos
261 — Escritores de jornais
271 — Escultor, pintor
273 — Decorador, cenógrafo
274 — Fotógrafo
275 — Músicos e compositores
276 — Artista TV, cinema e teatro
277 — Artista de circo
278 — Locutores /comentaristas
279 — Produtores e diretores de espetáculos
280 — Cinegrafistas
281 — Operadores — equipamentos de som
282 — Outros operadores — rádio e TV
293 — Outras ocupações técnicas e artísticas
402 — Técnicos — indústria de transformação
403 — Mestres — indústria civil
404 — Mestres — construção civil
405 — Técnicos — energia elétrica
406 — Outros mestres
571 — Inspetores de qualidade
588 — Supervisores — segurança no trabalho
712 — Comissários (aviação)
721 — Oficiais — Marinha Mercante
761 — Inspetores e despachantes de transportes
771 — Agentes postais e telégrafos
772 — Postalistas
773 — Telegrafistas e rádio telegrafistas
834 — Técnicos de esportes
852 — Praças das forças armadas
853 — Oficiais do Corpo de Bombeiros
855 — Investigadores de polícia
856 — Guardas civis
857 — Carcereiros e guardas de presídio
858 — Datilocopistas
914 — Capatazes
918 — Inspetores e fiscais

V. Proprietários por conta própria

601 — Comerciantes — conta própria
801 — Proprietários nos serviços — conta própria
811 — Hoteleiros e donos de pensão

VI. Manual qualificado

166 — Parteiras
283 — Operadores de projetor em cinema
391 — Sondadores de poços de gás e petróleo
411 — Foneiros metalúrgicos
412 — Laminadores
413 — Trefiladores
414 — Modeladores
415 — Galvanizadores
416 — Afiadores e amoladores
417 — Polidores e esmerilhadores
418 — Ferramenteiros
419 — Estampadores mecânicos
420 — Operadores de prensa
421 — Frisador/ferrador
422 — Torneiro mecânico
423 — Ajustador/montador
424 — Mecânico veículo
425 — Mecânicos
426 — Soldadores
427 — Rebitadores
428 — Caldeiros
429 — Ferreiros / serralheiros
430 — Funileiros
431 — Lanterneiros
491 — Montadores — equipamento elétrico
492 — Montadores — equipamento eletrônico
493 — Reparadores — equipamento elétrico
494 — Montadores de rádio e TV
495 — Reparadores de rádio e TV
496 — Eletricistas de instalações
497 — Instalador linhas elétricas
499 — Operador instalação energia elétrica
551 — Linotipistas
552 — Tipógrafos

553 — Clicheristas / gravadores
554 — Impressores
555 — Revisores em indústrias gráficas
556 — Encadernadores
557 — Outras ocupações — indústria gráfica
722 — Mestres de embarcação
723 — Maquinistas de embarcação
724 — Foguistas de embarcação
725 — Marinheiros civis
726 — Taifeiros
727 — Barqueiros e canoieiros
731 — Guindasteiros
732 — Estivadores
741 — Agentes de estradas de ferro
742 — Condutores e chefes de trem
743 — Maquinistas de trem
744 — Foguistas de trem
745 — Guarda-freios
746 — Manobreiros e sinaleiros
751 — Motoristas
752 — Trocadores
774 — Telefonistas
775 — Carteiros
776 — Guarda-fios
812 — Camareiros de hotel
813 — Cozinheiros
814 — Garçons
815 — Atendentes
821 — Cabeleireiros
822 — Barbeiros
823 — Maquiladores
824 — Manicures e pedicuros
831 — Jogadores de futebol
832 — Lutadores e atletas profissionais
833 — Juizes esportivos
845 — Contínuos
912 — Bilheteiros
913 — Bombeiros
915 — Dedetizadores
916 — Guardadores de automóvel
917 — Guardas-sanitários
920 — Lixeiros
921 — Lubrificadores
922 — Operadores de trator e bombeiro

VII. Manual não-qualificado

272 — Artesãos
441 — Cardador / penteador
442 — Maçaroqueiros
443 — Fiandeiros
444 — Rendeiros
445 — Urdidores
446 — Cordoeiros
447 — Tecelões
448 — Tapeceiros
449 — Redeiros
450 — Alvejadores etc.
451 — Estampadores têxteis
462 — Curtidores
470 — Alfaiates e costureiros
471 — Auxiliares de costura
472 — Calceiro, camiseiro
473 — Modelista, corte
474 — Bordadeira
475 — Chapeleiro de palha
476 — Chapeleiro — exclusive palha
478 — Trabalhador — fábrica de sapato
479 — Bolseiro — cinteiro
481 — Marceneiro
482 — Carpinteiro
483 — Canoieiro
484 — Operador — máquina marcenaria
485 — Serradores
486 — Preparador — compensado
487 — Estofadores — capoteiros
488 — Colchoeiros
489 — Lustradores de madeira
490 — Cesteiro e esteireiro
511 — Armadores de concreto
512 — Pedreiros
513 — Serventes de pedreiro
514 — Pintores e caiadores
515 — Estivadores
516 — Ladrilheiros
517 — Encanadores
518 — Vidraceiros
519 — Calceteiros
520 — Calafates

521 — Operadores — máquina de construção civil
531 — Lingüiceiros — salsicheiros
532 — Charqueadores
533 — Magarefes
534 — Ocupações — indústria de laticínios
535 — Doceiros e confeitores
536 — Macarroneiros e pasteleiros
537 — Padeiros
538 — Farinheiros e moleiros
539 — Ocupações — indústria de açúcar
540 — Ocupações — indústria de bebidas
541 — Ocupações — indústria do café
542 — Ocupações — indústria do pescado
543 — Ocupações — indústria do chá, mate e cacau
544 — Ocupações — indústria oleaginosa
545 — Outras ocupações — indústria alimentar
561 — Vidreiros e ampoleiros
562 — Ceramistas e louceiros
563 — Pintores cerâmicos
564 — Oleiros
572 — Ourives e relojoeiros
573 — Lapidadores
574 — Borracheiro
575 — Vulcanizadores/recauchutadores
576 — Fogueteiros
577 — Vassoureiros
578 — Marmoristas
579 — Preparador de fumo
580 — Charuteiros e cigarreiros
581 — Pintores a pistola
582 — Operadores de empilhadeira
583 — Foguistas
584 — Embaladores
585 — Ocupações — indústria do papel
586 — Ocupações — indústria da borracha e plástico
587 — Ocupações — indústria do cimento
589 — Outras ocupações — indústria de transformação
611 — Feirantes
612 — Aguadeiros
613 — Doceiros
614 — Quitandeiros e fruteiros
615 — Tupeiros, peixeiros e leiteiros
616 — Bilheteiros
617 — Outras ocupações do comércio ambulante
621 — Vendedores de jornais e revistas

805 — Empregados domésticos
825 — Lavadeiras e passadeiras
826 — Engraxates
841 — Porteiros
842 — Ascensoristas
843 — Vigias
844 — Serventes
859 — Guardas / vigias particulares
919 — Jardineiros. Exclusive lavoura
923 — Operadores de máquinas
925 — Trabalhador conservador de rodovias

VIII. *Empregadores rurais*

001 — Agricultores
002 — Criadores de gado
003 — Avicultores e criadores de pequenos animais
004 — Criadores de outros animais
005 — Proprietários na agropecuária n.e.c.
006 — Empresários extração vegetal e pesca

IX. *Trabalhadores rurais*

030 — Administradores e gerentes na agropecuária
031 — Administradores e gerentes na extração vegetal e pesca
301 — Produtores agropecuários autônomos
302 — Técnico na agropecuária
303 — Tratoristas e outros operadores
304 — Outros trabalhadores na agropecuária
321 — Caçadores
322 — Pescadores
331 — Madeireiros
332 — Lenhadores
333 — Carvoeiros (fabricantes)
334 — Seringueiros
335 — Ervateiros
336 — Apanhadores, descascadores e quebradores de produtos vegetais
341 — Mineiros
345 — Canteiros e marroeiros
351 — Operadores de máquinas — extração de minérios e pedras

→ 371 — Garimpeiros

→ 381 — Salineiros

→ 401 — Mestres e técnicos de empresas de extração mineral

→ 753 — Carroceiros e tropeiros

→ 924 — Trabalhadores braçais n.e.c.